

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

THIAGO COLOMBO BERTONCELLO

WILHELM REICH: MARXISMO, PSICANÁLISE E JUSTIÇA

São Paulo

2012

Thiago Colombo Bertoncello

Wilhelm Reich: Marxismo, Psicanálise e Justiça

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Político e Econômico

Orientador: Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro

São Paulo

2012

B536w Bertoncello, Thiago Colombo

Wilhelm Reich: marxismo, psicanálise e justiça / Thiago Colombo Bertoncello. São Paulo, 2012.

145 f. ; 30 cm

Referências: p. 141-145

Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana

Mackenzie, 2012.

1. Freudo-Marxismo. 2. Teoria Crítica. 3 Wilhelm Reich. 4. Marxismo. 6. Direito.
5. Psicanálise. I. Título.

CDD 341.378

THIAGO COLOMBO BERTONCELLO

WILHELM REICH: MARXISMO, PSICANÁLISE E JUSTIÇA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Direito Político e Econômico

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro – Orientador

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Patrícia Tuma Martins Bertolin

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Silvio Luiz de Almeida

Universidade São Judas Tadeu

RESUMO

Esta pesquisa dedica-se a retirar os proveitos jurídicos do trabalho desenvolvido pelo psiquiatra Wilhelm Reich. Neste percurso, partimos de um estudo situado no campo do marxismo e da psicanálise para, posteriormente, explicar como a psicanálise reichiana foi utilizada para uma compreensão crítica de nossa sociedade. A partir das análises sociais de Reich, partimos para uma análise das suas formulações jurídicas, evidenciando suas limitações e os elementos que podem ser utilizados para uma melhor compreensão do direito.

Palavras-chave: freudo-marxismo, teoria crítica, Wilhelm Reich, marxismo, direito, psicanálise.

ABSTRACT

This research is dedicated to withdraw the proceeds of the legal work developed by psychiatrist Wilhelm Reich. In this way, we start from a study between Marxism and psychoanalysis to explain how reichian psychoanalysis was used for a better understanding of our society. From the Reich's social understanding, we did an analysis of his legal formulations, showing its limitations and the elements which can be used for a better understanding of law.

Keywords: Freudian-Marxism, critical theory, Wilhelm Reich, Marxism, law, psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. REICH: ENTRE PSICANÁLISE E MARXISMO.....	10
1.1 A integração “vazia” dos revisionistas e as falsas totalizações.....	13
1.2 O potencial crítico da psicanálise.....	20
1.2.1 As similaridades estruturais entre a teoria crítica e a psicanálise.....	21
1.2.2 A psicanálise como ferramenta para compreender a realidade.....	32
2. REICH: ECONOMIA SEXUAL E DOMINAÇÃO.....	40
2.1 A libido como fonte da estrutura psíquica.....	42
2.2 O encouraçamento.....	49
2.3 A couraça muscular, os bions e o orgone.....	58
3. A COMPREENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DE REICH.....	66
3.1 A viabilização da revolução proletária.....	66
3.2 Desenvolvimento orgânico: a Democracia Natural do Trabalho.....	90
4. O DIREITO EM WILHELM REICH.....	100
4.1 O direito como ancoradouro da moral sexual negativa.....	102
4.2 O direito na proteção ao livre desenvolvimento natural.....	113
4.3 O julgamento de Reich.....	121
4.4 Limites de Reich na compreensão do direito.....	125
4.5 Os proveitos de Reich para o direito.....	134
CONCLUSÃO.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141

INTRODUÇÃO

Carlos Drummond de Andrade, no poema de abertura do livro *Sentimento do mundo*¹, traduz a angústia de uma época que ainda não se encerrou. Ele se sente pequeno em face das opressões de um mundo marcado pela intransigência e pela desigualdade e, tendo apenas “duas mãos”, não vê muita possibilidade de mudança nessa estrutura. Diante disso, termina o poema dizendo “esse amanhecer / mais noite que a noite”.

Esse pessimismo não é compartilhado por Thiago de Mello, que na obra *Faz escuro mas eu canto: porque a manhã vai chegar* nos ensina que ainda é tempo de esperança: “É preciso trabalhar todos os dias pela alegria geral. É preciso aprender esta lição todos os dias e sair pelas ruas cantando e repartindo a esperança, a mão cristalina, a fronte fraternal”.²

Na esteira do otimismo do poeta amazonense é que se guia este trabalho. Em busca de uma reflexão prática e objetiva em torno dessa realidade escura, de uma noite que teima em amanhecer “mais noite”, encontramos Wilhelm Reich, que viveu a primeira metade do século mais sangrento da história da humanidade. Porém, mesmo em meio à escuridão, continuou a cantar a alvorada que, acreditamos, chegará inundando de luz e calor a nossa existência.

Podemos resumir a história de Reich com um pequeno excerto de texto, presente no começo de seus livros da maturidade e dedicado às crianças do futuro: “Amor, trabalho e conhecimento são as fontes de nossa vida. Deveriam também governá-la”. Para ele, o lastro da dominação social que acompanha a humanidade há mais de seis mil anos e que foi extremada nos últimos duzentos está na repressão a estes três elementos que, esgarçados, distorcem o modo como os homens veem a sua própria existência.

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

² MELLO, Thiago de. *Faz escuro mas eu canto: porque a manhã vai chegar*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. xvii.

Na psicanálise, dedicou-se a compreender como os efeitos da incompatibilidade entre o princípio da realidade e o princípio do prazer se dão na instância psíquica e concluiu que a insatisfação libidinal produz uma estrutura de caráter rígida e doentia. Esse caráter, chamado de neurótico, seria inclinado a temer a autoridade e a aceitá-la passivamente, sendo a base de todos os governos autoritários.

Na militância política e como cientista social, dedicou-se a romper com as amarras sociais, que davam ensejo a uma massa populacional acrítica. Neste sentido, sugeriu mudanças na estrutura familiar, política e educacional, tendo, também, grande aversão às religiões ascetas.

Como médico, usou os conhecimentos adquiridos nos mais variados ramos das ciências não para somente tratar os sintomas, mas também para prevenir o surgimento de doenças como o câncer, mais relacionadas às repressões sociais do que a uma infecção por corpo estranho.

Mas o objetivo do nosso estudo, sem nunca se distanciar da perspectiva crítica em relação à realidade opressora, é resgatar nos trabalhos de Reich elementos proveitosos à compreensão do fenômeno jurídico. Para tanto, foi necessário percorrer um extenso caminho pelos estudos empreendidos por Reich, desenvolvendo-o em quatro etapas.

As premissas do pensamento de Reich vieram, principalmente, do uso da psicanálise para perfazer uma análise da realidade. Isto nos impôs, no primeiro capítulo do trabalho, desenvolver a discussão sobre como a psicanálise pode ser utilizada para a elaboração de uma crítica à estrutura de dominação. Para isso, relacionamos os autores que dialogaram com o autor e com a psicanálise de seu tempo, no intento de elaborar uma teoria crítica social.

O que ocorre, no pensamento de Reich, é que com o desenvolvimento das especificidades de sua teoria psicanalítica ele se distanciou das premissas da psicanálise freudiana, criando princípios terapêuticos que não guardavam relação, a não ser na origem, com os passos que os demais psicanalistas estavam seguindo.

Com isso, tornou-se necessário, no segundo capítulo, esboçarmos as singularidades da terapia reichiana, indicando, além dos conhecimentos desenvolvidos por ele como psicanalista, o início da vegetoterapia, quando o contato corporal entre o médico e o paciente

passou a ser essencial no tratamento das neuroses. Outro ponto destacado neste capítulo é a descoberta da energia orgone e o seu uso, por meio de “acumuladores de orgone”, no tratamento da biopatia do câncer.

Obviamente que as análises acerca dos métodos terapêuticos de Reich não foram esmiuçadas detalhadamente. Ao descrever as bases teóricas e os métodos científicos sempre tivemos o objetivo de torná-los simples, para que o profissional das áreas de estudos sociais compreendesse plenamente o trabalho.

Após o estudo da terapêutica reichiana passamos, novamente, à interlocução entre a psicanálise e as ciências sociais, mas, dessa vez, destacando os métodos psicanalíticos desenvolvidos por Reich para a formulação de uma teoria crítica social.

Nesta parte do estudo, que abrange o terceiro capítulo, postulamos a existência de duas fases distintas na análise política de Reich. Na primeira delas, Reich tinha como horizonte político a viabilidade de uma revolução proletária, buscando explicar os elementos que impediam a ocorrência da emancipação marxista. Na segunda fase, Reich rompe com a postura revolucionária marxista e destaca uma nova espécie de desenvolvimento social, chamado de orgânico, destinado a alcançar a “democracia natural do trabalho”.

Feita a análise política, passamos à análise jurídica desenvolvida por Reich, à qual dedicamos o derradeiro capítulo do nosso trabalho. Apesar de não possuir nenhuma obra que trate especificamente de temas jurídicos, em inúmeros momentos ele se depara com o direito, fazendo análises, interpretações e sugestões ao conteúdo da norma, que são de grande valia para extrairmos proveitos para o fenômeno jurídico.

Esta análise também é dividida em duas fases, cindidas pelos mesmos motivos desenvolvidos no terceiro capítulo. Todavia, aqui será necessário evidenciarmos as limitações teóricas do autor, que muito embora trate do fenômeno jurídico como um jurista regular o faz ainda hoje. Não chega, em nenhum momento, a fazer uma análise sobre a existência e o surgimento da forma da norma, o que o deixa longe da vanguarda jurídica.

1. REICH: ENTRE PSICANÁLISE E MARXISMO

O psiquiatra austríaco Wilhelm Reich é um dos pensadores mais versáteis do século XX. Seus estudos transitaram pelas mais díspares e complexas áreas do conhecimento como a física, a meteorologia, a biologia, a sociologia, a psicanálise e a filosofia, sendo as três últimas categorias do conhecimento aqui destacadas de fundamental importância para se chegar a uma real compreensão da sua obra e, assim, extrair dela os maiores proveitos para a filosofia do direito.

Além da abrangência de suas pesquisas, outro ponto de especial destaque são as controvérsias que o acompanharam em todos esses campos do conhecimento. Como psicanalista, foi considerado por Freud um de seus discípulos mais brilhantes, mas foi excluído da sociedade psicanalítica após manter intacta a radicalidade da teoria da libido. Como comunista, foi militante contra o fascismo alemão, entretanto, foi excluído do partido por conta de sua *SexPol*³, que não se coadunava com as ideias do marxismo stalinista. Nos Estados Unidos, foi seguido por vários médicos, mas teve suas pesquisas proibidas por decisão da FDA⁴. As controvérsias em torno do trabalho de Reich são tantas que ele teve os seus livros censurados, queimados ou proibidos nos três diversos polos ideológicos da primeira metade do século XX (Rússia stalinista, Alemanha fascista e América liberal).

Uma possível explicação a essa repulsa às suas obras decorre de sua origem como pesquisador na psicanálise, desenvolvendo a teoria das pulsões e estudando os efeitos bioquímicos do orgasmo. Isso o tornou vulnerável a ataques moralistas, ofensas de ordem pornográfica que nenhuma relação guardavam com as pesquisas por ele realizadas. Essas reiteradas perseguições irracionais ao seu trabalho ele creditou à “peste emocional”, que assola os homens independentemente de sua ideologia.

³ A *SexPol*, defendida por Reich, será abordada no terceiro capítulo deste trabalho.

⁴ *Food and Drug Administration*, agência norte-americana que autoriza o uso de métodos terapêuticos, além de fármacos, alimentos etc.

A força da campanha contra Reich e o freudo-marxismo foi tão intensa que Sérgio Rouanet trata o período subsequente como sendo um período de “silêncio tumular”. A respeito do assunto, vejamos:

Um dos fenômenos mais estranhos da história do conhecimento é o silêncio tumular que parece ter se abatido sobre os freudo-marxistas dos anos 20 e 30, e ao qual sucumbiu, em especial, sua teoria da ideologia e do processo de ideologização. Sem dúvida, os historiadores das ideias mencionam que a tentativa de integração de Marx e Freud e da “revolução orgástica” de Reich foi devidamente ressuscitada na fase heróica da “New Left” norte-americana. O que parece ter passado despercebido aos althusserianos, aos especialistas em Gramsci e até aos representantes da Escola de Frankfurt é que a maior parte de suas descobertas são na verdade reedições, às vezes banalizadas, de ideias originalmente tratadas pelo freudo-marxismo, há meio século.⁵

Como descrito acima, o personagem central que foi responsável pelo resgate do nome, da imagem e do trabalho de Reich, em especial no âmbito da filosofia e da psicanálise, foi Herbert Marcuse⁶, que no contexto das revoltas na França em maio de 1968, da “New Left” e dos movimentos de contracultura norte-americanos fez uso de seu *status* de ídolo da extrema esquerda⁷ para evidenciar o freudo-marxismo, cuja pedra angular, segundo J. M. Palmier, foi dada por Reich.⁸

A fusão entre o freudismo pessimista e o marxismo revolucionário era considerada um absurdo tanto para os marxistas como para os psicanalistas:

(...) o absurdo dessa ideia raramente era questionado em qualquer lado do Atlântico. Embora Trotsky tivesse simpatizado com a psicanálise, sua voz já não era ouvida nos círculos comunistas ortodoxos desde 1923, quando um tabu recaíra sobre Freud e seus seguidores, e o behaviorismo pavloviano se transformara na nova ortodoxia. No próprio movimento psicanalítico, Siegfried Bernfeld, Otto Fenichel e Paul Federn tinham expressado interesse na integração dos dois sistemas, mas com pouco sucesso. Reich, seu proponente mais vociferante a partir do fim da década de 1920, caiu no ridículo geral, sendo tocado sem cerimônia para fora do Partido Comunista e do movimento psicanalítico em meados da década de 1930. Conservadores e radicais concordavam que o pessimismo básico de Freud acerca das

⁵ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 66. Nas citações presentes neste trabalho a ortografia foi atualizada.

⁶ Em 1955, Marcuse publicou o artigo *Crítica do revisionismo neofreudiano*, que mais tarde foi incorporado ao livro *Eros e civilização*, como epílogo.

⁷ JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

⁸ PALMIER, J. M. *Wilhelm Reich: Essai sur la Naissance du Freudo-marxisme*. Paris: French & European Pubns, 2004.

possibilidades de mudança social era incompatível com as esperanças revolucionárias de um verdadeiro marxista. Ainda em 1959, Philip Rief teve a chance de escrever: “Para Marx, o passado está prenhe do futuro e tem no proletariado o parteiro da história. Para Freud, o futuro está prenhe do passado, um fardo do qual somente o médico e a sorte podem nos livrar”.⁹

Conforme cita Martin Jay, mesmo em 1959 havia quem reputasse qualquer tentativa de harmonização entre o marxismo e a psicanálise como fadada ao insucesso. Ele mesmo afirma: “Hoje é difícil de avaliar a audácia dos primeiros teóricos que propuseram o casamento antinatural de Freud e Marx”.¹⁰ Neste ponto é que se destaca um instituto de pesquisas sociais alemão, responsável pela solução mais madura ao harmonizar a psicanálise e o marxismo.

O *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisas Sociais), fundado em 1923 na cidade de Frankfurt, ficou conhecido pela capacidade de seus pensadores em buscar uma compreensão multidisciplinar do tempo presente, para que assim conseguissem elaborar uma teoria que trouxesse a superação das formas de dominação capitalista.¹¹ Nessa tentativa de transformação e de renovação do marxismo não havia como ignorar a pujante ciência que decifrava as neuroses e a formação da psique humana, o que levou os principais nomes¹² da Escola de Frankfurt a incorporarem a psicanálise ao núcleo de seu pensamento.

O Instituto tinha na sua essência a interdisciplinaridade, integrando inúmeras áreas do conhecimento como sociologia, filosofia, economia, direito e estética – mas, sem dúvida, a relação com a psicanálise foi responsável por trazer o maior número de novas perspectivas na compreensão da realidade e na sua superação. Segundo Sérgio Rouanet, a psicanálise está além de uma mera influência para a teoria crítica frankfurtiana, em suas palavras:

⁹ JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 133.

¹⁰ JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 133.

¹¹ NOBRE, Marcos. *Curso livre de Teoria Crítica*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2009, p. 17.

¹² Isto, após Horkheimer assumir a direção do Instituto.

Mas o freudismo não é, para a Escola de Frankfurt, uma influência: é uma interioridade construtiva, que habita seu corpo teórico e permite à teoria crítica pensar seu objeto, pensar-se a si mesma, e pensar o próprio freudismo enquanto momento da cultura. O que implica, em primeira instância, uma crítica do próprio freudismo, pois se a Escola de Frankfurt é crítica da cultura e da ideologia, o é, em grande parte, através de Freud, mas também contra Freud.¹³

E é aprofundando essa “interioridade construtiva” entre a psicanálise e a Escola de Frankfurt que evidenciaremos as conexões entre Reich, o freudo-marxismo e a teoria crítica frankfurtiana, cabendo salientar que, antes de tratarmos da verdadeira integração entre essas duas escolas do pensamento por meio das semelhanças entre as ciências e do uso de ambas para a crítica da cultura, trataremos do revisionismo neofreudiano que, para incorporar a psicanálise às análises sociais, optou por retirar todo o potencial crítico antes de efetuar a integração, o que levou a uma conjugação estéril.

1.2 A integração “vazia” dos revisionistas e as falsas totalizações

O Revisionismo¹⁴, mais popular movimento psicanalítico das décadas de 1940 e 1950, foi um movimento filosófico e psicanalítico que modificou ou abandonou a metapsicologia freudiana¹⁵. Enquanto Freud, com um viés biológico, dedicava à libido¹⁶ e ao complexo de Édipo a formação do caráter, que se completava no passado, dando importância à história filogenética e ontogenética do indivíduo, relegando ao presente uma repetição indefinida das questões mal resolvidas do passado, os revisionistas abandonaram a formação do caráter no passado e dedicaram importância ao ambiente cultural do indivíduo e à sua interação com o meio. Ou seja, ao abandonarem a função biológica da libido, para creditar

¹³ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 11.

¹⁴ Os principais nomes do revisionismo foram Erich Fromm, Karen Horney, Clara Thompson e Harry Stack Sullivan, que, embora tenham diferenças entre si, possuem um núcleo comum que está sendo abordado neste estudo.

¹⁵ Segundo Charles Rycroft, metapsicologia é “o termo inventado por Freud para descrever o que outras ciências chamam de ‘teoria geral’, isto é, enunciados feitos no mais alto nível de abstração. As formulações metapsicológicas descrevem os fenômenos mentais em função do aparelho psíquico fictício e idealmente contêm referências aos aspectos topográficos, dinâmicos e econômicos do fenômeno em tela; o aspecto topográfico refere-se à localização do fenômeno dentro do aparelho psíquico, isto é, se no *id*, no *ego* ou no *superego*; o dinâmico, aos instintos envolvidos; o econômico, à distribuição da energia dentro do aparelho”. RYCROFT, Charles. *Dicionário crítico de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 151

¹⁶ “(...) expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável) daqueles instintos que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra ‘amor’”. FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 101.

importância às relações humanas do indivíduo adulto, esqueceram da formação do caráter no passado, para valorizar apenas o presente.¹⁷

Abandonando a infância, o passado, a estrutura biológica do indivíduo, a teoria das pulsões e o complexo de Édipo, para se privilegiar o “hoje” e o atual meio cultural, perde-se o potencial crítico da psicanálise, pois é justamente a incapacidade de nossa sociedade em satisfazer a libido que evidencia a dominação e a repressão do atual princípio da realidade. Segundo Adorno, “a psicanálise radical, ao partir da libido como algo anterior ao social alcança o ponto, ontogenético e filogenético em que o princípio social da dominação coincide com o psicológico da repressão pulsional”.¹⁸ Por esta razão, Rouanet afirma que “O ponto de partida do revisionismo é a supressão da teoria das pulsões (...). A psicanálise é dessexualizada. (...) Ora, para Adorno e Horkheimer essa dessexualização implica numa verdadeira emasculação da psicanálise”.¹⁹

Ao se defender da acusação de ter abandonado o freudismo, Erich Fromm assim se manifestou em uma carta dirigida a Martin Jay:

(...) nunca abandonei o freudismo, a menos que se identifique Freud com a teoria da libido. (...) Considero que a realização fundamental de Freud foi seu conceito de inconsciente, com suas manifestações na neurose, nos sonhos etc. e na resistência, assim como seu conceito dinâmico de caráter. Esses conceitos continuaram a ser fundamentais em todo o meu trabalho. Dizer que abandonei o freudismo, por ter abandonado a teoria da libido, é uma afirmação muito drástica, que só é possível do ponto de vista do freudismo ortodoxo. Seja como for, nunca desisti da psicanálise. Nunca desejei formar minha própria escola. Fui afastado pela Associação Psicanalítica Internacional do quadro dos seus membros, ao qual pertencia, e ainda sou [1971] membro da Associação Psicanalítica de Washington, que é freudiana. Sempre critiquei a ortodoxia freudiana e os métodos burocráticos da organização internacional freudiana, porém todo meu trabalho teórico é baseado no que considero as descobertas mais importantes de Freud, com exceção da metapsicologia.²⁰

¹⁷ THOMPSON, Clara. *Evolução da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

¹⁸ ADORNO, Theodor. *Die Revidierte Psychoanalyse* (A Psicanálise revista) em *Gesammelte Schriften* 8, (Frankfurt: Surhkamp, 1972) p. 27, apud ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 79.

¹⁹ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 79.

²⁰ JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 137.

Mas os críticos ao distanciamento que Erich Fromm, Karen Horney, Clara Thompson e Harry Stack Sullivan tomaram do pensamento original de Freud rebateram:

(...) o abandono da teoria da libido e de outros componentes cruciais do pensamento original de Freud, como o complexo de Édipo, significou que Fromm se afastara tanto dos elementos essenciais da teoria ortodoxa, que era justificável chamá-lo de revisionista.²¹

Com efeito, o abandono do núcleo metapsicológico freudiano torna nula a tentativa de integração entre os dois movimentos, até porque, segundo o próprio Freud²² cita e Claudio Oliveira²³ também ratifica esse entendimento, os próprios laços sociais, para a psicanálise, se formam com base na teoria da libido. Vejamos:

E, no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor²⁴ atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo. E isso é verdade tanto no amor sexual pelas mulheres, com todas as obrigações que envolve de não causar dano às coisas caras às mulheres, quanto no amor homossexual, dessexualizado e sublimado, por outros homens que se origina do trabalho comum.

Se assim, nos grupos, o amor a si mesmo narcisista está sujeito a limitações que não atuam fora deles, isso é prova irresistível de que a essência de uma formação grupal consiste em novos tipos de laços libidinais entre os membros do grupo.

Nosso interesse nos conduz agora à premente questão de saber qual possa ser a natureza desses laços que existem nos grupos. No estudo psicanalítico das neuroses, ocupamo-nos, até aqui, quase exclusivamente com os laços com objetos feitos pelos instintos amorosos que ainda perseguem objetivos diretamente sexuais. Nos grupos, evidentemente, não se pode falar de objetos sexuais dessas espécies. Preocupamo-nos aqui com instintos amorosos que foram desviados de seus objetivos originais, embora não atuem com menor energia devido a isso.²⁵

²¹ JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 137.

²² FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

²³ OLIVEIRA, Claudio. In: SAFATLE, Vladimir; MANZI, Ronaldo (orgs.). *A filosofia após Freud*. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 101.

²⁴ Freud trata, neste ponto, do amor, como sinônimo de libido.

²⁵ FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 115.

Retirar, portanto, a teoria da libido do cerne da psicanálise para tentar harmonizá-la à melhor compreensão dos laços sociais é o equivalente a não se fazer a integração. Wilhelm Reich coloca a obediência cega das massas a uma autoridade justamente na supressão da sexualidade, da libido nas crianças pequenas:

A formação das massas no sentido de serem cegamente obedientes à autoridade se deve não ao amor parental, mas à autoridade da família. A supressão da sexualidade nas crianças pequenas e nos adolescentes é a principal maneira de conseguir obediência.²⁶

Com a retirada da teoria das pulsões, a psicanálise torna-se permeada pela ideologia dominante e dominadora, não enfrentando o conflito indivíduo-cultura, creditando a uma pequena margem de liberdade a sua totalidade:

(...) a psicanálise se torna, assim, ideológica nas duas dimensões do conflito indivíduo-cultura e assim como escamoteia a supressão pulsional, reduzindo-a a um problema moral, escamoteia a contradição objetiva de um sistema que proclama a liberdade e se funda na dominação, ao endossar, como verdadeira, a fachada ideológica da dominação, que é a pseudoliberalidade da concorrência²⁷.

Adorno faz análise semelhante, pois percebe que “ao invés de analisar as sublimações, os revisionistas sublimam a própria psicanálise, tornando-a universalmente aceitável”.²⁸ E continua:

A escola neofreudiana une os dois princípios (social e psíquico) somente depois de torná-los inofensivos. A dominação aparece como disciplina familiar, falta de amor e outros epifenômenos, e a supressão pulsional como uma ansiedade localizada nas camadas externas do narcisismo, e em conflitos que se travam mais no pré-consciente que no inconsciente.²⁹

Assim, os revisionistas nada acrescentam ao potencial crítico de se conciliar a psicanálise ao marxismo. Também constatando isso, Marcuse aponta:

²⁶ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 17.

²⁷ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 83.

²⁸ ADORNO, Theodor, apud ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 83.

²⁹ ADORNO, Theodor, apud ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 82.

Fromm dedica uma grande parte da sua obra escrita à crítica da “economia de mercado” e sua ideologia, que coloca poderosas barreiras no caminho do desenvolvimento produtivo. Mas o assunto fica por aí. Os vislumbres críticos não conduzem a uma transavaliação dos valores de produtividade e do “eu superior” – que são exatamente os valores da cultura criticada. O caráter da filosofia revisionista manifesta-se na assimilação do positivo e do negativo da promessa e sua traição. A afirmação absorve a crítica. O leitor poderá ficar com a convicção de que os “valores superiores” podem e devem ser praticados dentro das próprias condições que os traíram; e podem ser praticados porque o filósofo revisionista os aceita em sua forma ajustada e idealizada – nos termos do princípio da realidade estabelecido.³⁰

Sem questionar o princípio da realidade, partindo da aceitação da forma idealizada da sociedade e ignorando o fator libidinal, não há de se esperar que exista alguma grande contribuição por parte dos revisionistas, no que tange a uma compreensão direcionada à emancipação humana. Marcuse, ao elogiar o trabalho de integração entre psicanálise e marxismo feito por Wilhelm Reich, destaca justamente o papel que a repressão libidinal, e, por consequência, a libido, possui nos interesses de dominação e exploração buscados pela classe dominante:

A mais séria tentativa realizada para desenvolver a teoria crítica social implícita em Freud foi a de Wilhelm Reich, em seus primeiros escritos. Em sua obra *Einbruch der Sexualmoral*³¹ (1932), Reich orientou a Psicanálise no sentido da relação entre a estrutura social e instintiva. Salientou o grau em que a repressão sexual é imposta pelos interesses de dominação e exploração, e a medida em que esses interesses são, por seu turno, reforçados e reproduzidos pela repressão sexual.³²

Importante salientar que a não satisfação da libido por conta de o princípio da realidade atual suprimir tal possibilidade e as consequências disso na estrutura psíquica é o fato que faz a conexão entre o psíquico e a estrutura social, por isto a integração dos revisionistas, diferentemente daquela levada a cabo por Reich e pela Escola de Frankfurt, não fecunda um potencial crítico do nosso estado de dominação.

³⁰ MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009, pp. 222-223.

³¹ Este livro foi publicado em português pela editora Martins Fontes, com o título: *Irrupção da moral sexual repressiva*.

³² MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009, p. 205.

Antes de partirmos para os meandros das similaridades entre marxismo e psicanálise, no âmbito dos estudos desenvolvidos por Reich e pela Escola de Frankfurt, cabe também nos precavermos de outra falha recorrente entre os estudiosos que tentaram solucionar o problema desta integração da psicanálise às ciências sociais. Trataremos agora do tema das falsas totalizações.

Um exemplo de totalização feita na integração entre sociologia e psicanálise é a realizada por Talcott Parsons³³, que trouxe a teoria freudiana como um subsistema dentro da sua *action theory*, aplicando a psicanálise em um nível mais elevado de abstração social, ou seja, a psicanálise que se aplica aos indivíduos tem seu material teórico aplicado aos grupamentos sociais. Vejamos como Parsons utiliza a psicanálise em um ensaio feito sobre o tema em 1959:

As exigências por uma consistência cultural e as ações realizadas pelo sistema social e pelo sistema psicológico sempre colidem gerando um ponto de tensão no sistema. Em outras palavras, casos de relativa estabilidade nos padrões de manutenção devem sempre ser contabilizados por específicos mecanismos que “antecipam” as ameaças que surgem para a estabilidade do sistema. Nunca é seguro supor que um padrão cultural é “naturalmente apropriado” e será mantido em um sistema de ações simplesmente porque “tem que ser assim”.³⁴

Para este trabalho, o mais importante não é tema tratado por Parsons e sua metodologia de pesquisa envolvendo vários sistemas de conhecimento e a integração entre eles, o que importa no âmbito desse trabalho é o fato de lidar com a psicanálise como uma teoria cujos elementos são aplicados ao social. Assim, dá um significado à psicanálise que ela não possuía e a aplica como se houvesse uma espécie de psique social semelhante à individual, realizando uma aplicabilidade falsa dos conhecimentos desenvolvidos pelos psicanalistas.

³³ Outro exemplo de totalização é *Psicologia das multidões*, de Gustav Le Bon, que traz um conceito de superego médio, que seria uma categoria psicanalítica comum a toda a população. No Brasil, temos uma edição desse livro publicado pela editora Martins Fontes.

³⁴ “The system exigencies of cultural consistency and the operative actions of both social and psychological systems always impinge on the tension problem. In other words, cases of relative stability of pattern maintenance must always be accounted for by specific mechanisms which ‘forestall’ the continually arising threats to this stability. It is never safe to assume that a cultural pattern is ‘naturally appropriate’ and will be maintained in a system of action just because it ‘has to be that way’”. PARSONS, Talcott. An Approach to Psychological Theory in Terms of the Theory of Action. In: *Psychology: A Study of a Science*. Volume 3. McGraw-Hill Book Company: New York; Toronto; London, 1959, p. 635.

Cabe destacar que mesmo ousando com uma aplicação da psicanálise de uma forma diferente daquela como ela fora concebida, Parsons também destaca que a psicanálise é uma ciência imatura e que não possui substrato empírico suficiente. Vejamos:

Tenho deliberadamente chamado este ensaio de uma aproximação com a teoria psicológica. Certamente, não se pode fingir a formulação de qualquer coisa próxima de um sistema maduro. Mas no fator psicológico, como em outros ramos da teoria da ação, e com respeito à teoria como um todo, parece-me claro que estamos trabalhando com um verdadeiro sistema teórico, bruto e incompleto, como o atual estágio de seu desenvolvimento, sem dúvida, é. E eu não subestimo as enormes dificuldades que temos pela frente, nem a imensa quantidade de trabalho por parte de muitas pessoas para melhorá-lo.³⁵

Analisando esse excerto, tem-se um indício de que Parsons teria realizado essa totalização da psicanálise em busca de antecipar os futuros caminhos desse campo de conhecimento que, em razão de sua imaturidade, ainda não teria desenvolvido ferramentas necessárias para o estudo social, tal como ele dispõe em outras passagens do texto supracitado. Todavia, ele destaca que com o avanço do conhecimento haveria uma integração do seu *personality system* ao *social system*, ocasionando uma integração entre as necessidades funcionais do sistema social a um pretense superego médio.³⁶

Por mais absurdo que possa parecer, Parsons vê a lacuna entre a satisfação libidinal e este superego médio, dentro da sua tentativa de integrar os vários sistemas sociais, ser proporcionada pela ausência de saber empírico e não pelo fato de o princípio da realidade barrar a satisfação da libido. Parsons espera que, com o amadurecimento da psicanálise, teremos um modo de eliminar a tensão entre os impulsos libidinais e a estrutura social. Ou seja: já temos essa satisfação libidinal plena, somente não conseguimos prová-la tecnicamente.

³⁵ “Let me close within this framework. I have deliberately called this essay an approach to psychological theory. It certainly cannot pretend to formulate anything like a mature theoretical system. But in the psychological as in the other branches of the theory of action, and with respect to the theory as a whole, it seems to me clear that we are working inand with a genuine theoretical system, crude and incomplete as the present stage of its development undoubtedly is. I underestimate neither the enormous difficulties which lie ahead in the effort to improve it nor the immense amount of work on the part of many people which it will require to overcome them. But in the sciences of human behavior, attainment of what I think the most essential of all the ingredients of a mature science, adequate systematic theory, is a goal close enough to be carefully and deliberately worked for, not in a fumbling but in a systematic way”. PARSONS, Talcott. An Arouch to Psychological Theory in Terms of the Theory of Action. In: *Psychology: A Study of a Science*. Volume 3. McGraw-Hill Book Company: New York; Toronto; London, 1959, p. 708.

³⁶ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, pp. 84-85.

Ao ignorar a soma dos indivíduos atomizados e contraditórios e as determinações econômicas e sociais, às quais a esmagadora maioria da população está submetida, Parsons não explora o ponto crucial da aplicabilidade da psicanálise à sociologia que é a descoberta do conflito indivíduo-cultura, que se fixa na formação do caráter individual. Neste ponto, Sérgio Rouanet destaca:

Uma psicologia unilateral, que se fecha às suas determinações sociais, diz mais sobre essas determinações que uma síntese pluralista, que ao silenciar a voz do particular silencia ao mesmo tempo a denúncia do processo responsável pela atomização. O conhecimento do Todo só pode ser conhecimento do Todo contraditório, e só na perspectiva dessa contradição e desse dilaceramento pode o espírito aceder à visão do Todo. O ideal da coincidência entre as “necessidades funcionais” e o “Superego médio” é a utopia negativa do terror absoluto. Utopia já realizada em todos os regimes totalitários, que visam, exatamente, a integração do geral e do particular através da submissão incondicional deste àquele.³⁷

Essa desconsideração pelas contradições do individual leva Parsons a afirmar que a “diferença entre o nível individual e o sociológico são meras diferenças de ‘abstraction level’”.³⁸ Essa correlação não é feita pelos estudiosos da Escola de Frankfurt, que conseguiram produzir uma crítica social fazendo um uso da psicanálise bem diferente da conformista e totalizante “teoria da ação” de Parsons. Posto isso, vamos às análises da teoria crítica frankfurtiana, suas relações e semelhanças com a psicanálise que foi por ela incorporada.

1.2 O potencial crítico da psicanálise

Para analisar as conexões entre a teoria crítica e a psicanálise, adotaremos a classificação feita por Sérgio Rouanet na obra *Teoria crítica e psicanálise*, que dividiu as contribuições feitas pelo freudismo em dois principais aspectos: a influência do mesmo na formação da teoria crítica, por meio de semelhanças estruturais a ambos; e o fornecimento de ferramentas que possibilitam uma crítica da cultura, permitindo a descoberta dos inúmeros elementos que fazem a mediação entre o indivíduo e a cultura.

Esta classificação, além de didática, nos permitirá observar um cerne comum nos estudos de vários pensadores que em algum momento de sua trajetória estiveram ligados ao

³⁷ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 85.

³⁸ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 86.

Instituto de Pesquisas Sociais, ainda que tenham apresentado diferentes graus de contribuição para as revistas científicas diretamente vinculadas à instituição.

Assim, Horkheimer, Adorno e Marcuse (que contribuíram em variadas áreas de estudo tais como a sociologia da arte, sociologia da música e em formulações sobre a indústria cultural, estudos epistemológicos e sobre preconceito, além também de terem tratado de psicologia) serão estudados em conjunto com Wilhelm Reich, que teve contribuições no âmbito da Escola de Frankfurt, especialmente no campo da integração da psicanálise à sociologia.

1.2.1 As similaridades estruturais entre a teoria crítica e a psicanálise

Quando citamos a relação de “interioridade construtiva” entre a psicanálise e a teoria crítica, descrita por Martin Jay, estávamos tratando das relações que serão abordadas neste tópico. Destacar a importância do freudismo na obra de Marcuse é simples, a mera transcrição do título, além do conteúdo, obviamente, de sua obra *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*³⁹ evidencia que ele incorporou e explorou a produção psicanalítica freudiana. Em Adorno e Horkheimer temos o uso de categorias psicanalíticas para decifrar a indústria cultural, as hipóstases do iluminismo⁴⁰, a ideologia⁴¹. Deve-se mencionar também o estudo feito por este último filósofo entre História e Psicologia.⁴² Todos esses exemplos iluminam a influência da psicanálise.

Um dos principais fatores que levaram a essa influência foi a fundação do Instituto Psicanalítico de Frankfurt, projeto estimulado por Max Horkheimer. Não dispondo de um local para abrigar o nascente instituto psicanalítico, Horkheimer ofereceu as instalações do Instituto de Pesquisas Sociais para que os psicanalistas se instalassem. A proposta foi aceita e com essa agregação, ainda que temporária, tivemos um primeiro momento na história em que a psicanálise passou a ser estudada em uma universidade de maneira sistematizada. Essa união física dos institutos trouxe, como consequência, a interação intelectual entre os filósofos

³⁹ MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

⁴⁰ HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

⁴¹ HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Ideologia. In: *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1973.

⁴² HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

da Escola de Frankfurt e a psicanálise. Este momento é descrito por Rolf Wiggershaus da seguinte maneira:

A abertura do Instituto Psicanalítico de Frankfurt – Karl Landauer e Heinrich Meng eram diretores, e Frieda Fromm-Reichmann e Erich Fromm os docentes – foi a concretização de um plano elaborado desde 1926 pelo círculo de Heidelberg, constituído em torno de Frieda Reichmann. O fato de o Instituto Psicanalítico de Frankfurt – o segundo desse gênero depois daquele de Berlim, fundado em 1920 – ter sido criado no quadro do Instituto de Pesquisas Sociais, devido a uma cadeia de relações pessoais entre Erich Fromm, Frieda Reichmann, Leo Löwenthal, Max Horkheimer e Karl Landauer, teve como consequência a primeira entrada, mesmo indireta, da psicanálise em uma universidade; a atribuição – violentamente contestada – do Prêmio Goethe a Freud, em 1930, foi, de certa forma, a homenagem oficial da cidade de Frankfurt ao fundador da psicanálise. Mas a outra consequência foi o casamento institucional entre psicanálise e pesquisa social ligada ao materialismo histórico.⁴³

Esta última frase de Rolf Wiggershaus é emblemática: “a outra consequência foi o casamento institucional entre psicanálise e pesquisa social ligada ao materialismo histórico”. O autor destaca o casamento institucional que deu lastro para o casamento teórico de ambas as doutrinas, que agora serão estudadas.

A psicanálise foi importante na formação da teoria crítica frankfurtiana basicamente em três aspectos: nos questionamentos epistemológicos, traduzindo-se em uma crítica do positivismo; quanto ao método de busca dos resultados, em que ambas pressupõem uma crítica do objeto estudado; e, por fim, na postura filosófica de ambas ao destacar o distanciamento entre a realidade e o racional.⁴⁴

Tanto a teoria crítica quanto a psicanálise tinham em comum o questionamento da chamada teoria tradicional. Esta, lastreada no positivismo científico, converte a realidade em um fato dado a-histórico e imutável que pode ser fracionado e analisado pontualmente, pois a soma destes conhecimentos sobre os fragmentos nos levaria a uma perfeita compreensão do todo. Ao fazer isso, a teoria tradicional ignora que a estrutura da atual sociedade superou inúmeros outros paradigmas e modos de produção até chegar ao estágio atual, que, do mesmo modo que os demais, também virá a ser superado.

⁴³ WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002, p. 26.

⁴⁴ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 99 e seguintes.

Com efeito, tomar a realidade a partir de seus fragmentos, estudando-os como meras relações de causa e consequência, com um empirismo levado ao extremo, sem observar as interações entre a infinidade de microfenômenos que povoam a realidade e a infraestrutura econômica que dialeticamente se relaciona com as demais esferas sociais é colocar a técnica acima do racional, impondo-se uma determinada possibilidade como se fosse a única, ou como se fosse uma relação estática.

Reich, neste ponto, destaca que não devemos nos ater a um objeto fracionado e imutável. Devemos, ao procurar o entendimento do objeto de estudo, buscar suas origens e suas relações com o todo. Vejamos a crítica que ele formula ao cientista “Zé-ninguém”, que está preso à concepção da teoria tradicional:

Seu raciocínio é míope, Zé-ninguém; você não enxerga mais longe do que do café da manhã ao almoço. Precisa aprender a pensar para trás e para frente, ao longo dos séculos. Precisa aprender a pensar em termos da vida como um todo, do *seu* desenvolvimento desde o primeiro floco plasmático até o animal humano que caminha ereto, mas continua a pensar de forma tortuosa.⁴⁵ [grifo do autor]

Ao destacar a importância de se observar o objeto “ao longo dos séculos”, promovendo a interligação entre o objeto de estudo e o todo, na sua acepção mais ampla, Reich flagrantemente mostra a fragilidade da teoria tradicional que, incapaz de pensar em termos de mundo e de humanidade, permite descobertas que, ao invés de promoverem a evolução social, terminam por criar armas de destruição em massa. Nas palavras de Reich:

Você acha que o príncipe conversa-fiada produz bombas atômicas? Não, elas são fabricadas por Zés-ninguéns que gritam hurra, hurra em vez de se recusarem a fazê-las. (...) E você, cientista mais brilhante do século XX, se você não fosse um Zé-ninguém microscópico, teria pensado em termos do mundo e não de uma nação. Seu grande intelecto lhe teria mostrado como manter a bomba atômica *fora* do mundo.⁴⁶ [grifo do autor]

⁴⁵ REICH, Wilhelm. *Escute, Zé Ninguém!* 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 100-101.

⁴⁶ REICH, Wilhelm. *Escute, Zé Ninguém!* 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 120-121.

Neste trecho, além de destacar que o surgimento das armas de destruição em massa se dá pelo trabalho dos homens e não de seus líderes, Reich faz uma afirmação que deixa nítido o quanto a ciência tradicional pode caminhar contrariamente à razão humana. Se os criadores da bomba atômica, fruto da agregação de descobertas e inovações em áreas fragmentárias do conhecimento, tivessem pensado em termos de humanidade, aquela arma de destruição em massa jamais teria existido.

Horkheimer, ao tratar da teoria tradicional, tal como Reich, destaca a necessidade de integração e contextualização histórica entre os diversos sistemas da ciência pois, hoje, temos ramos independentes que não relacionam os seus conhecimentos, atuando isoladamente:

A concepção tradicional da teoria é o resultado de uma abstração que parte dessas atividades científicas tal como ocorre em um determinado nível de divisão de trabalho. Corresponde à atividade científica desenvolvida como todas as outras atividades da sociedade, sem uma relação imediatamente transparente entre essas atividades específicas. Neste ponto que a concepção tradicional não realiza a verdadeira função social da ciência, não representa o que a teoria representa para a existência humana, mas somente em uma esfera separada do resto da atividade social em que tem lugar a produção de uma teoria em condições históricas. Mas a vida em sociedade é realmente o resultado de trabalho conjunto dos vários ramos da produção, e, embora na divisão do trabalho no modo de produção capitalista seja pouco funcional, os seus ramos, incluindo a ciência, não podem ser considerados autossuficientes e independentes.⁴⁷

⁴⁷ “La concepción tradicional de la teoría es el resultado de una abstracción que parte de la actividad científica tal como se lleva a cabo em um nível dado de división del trabajo. Corresponde a la actividad del científico tal como se desempeña junto a todas las restantes actividades de la sociedad, sin que la relación entre dichas actividades particulares sea inmediatamente transparente. De ahí que em la concepción tradicional no aparezca la verdadera función social de la ciencia, no aparezca lo que la teoría significa em la existencia humana, sino solamente em esa esfera desprendida del resto de la actividad social em la que tiene lugar la producción de teoría em condiciones históricas. Pero la vida de la sociedad es em realidad el resultado del trabajo conjunto de las distintas ramas de la producción, y aunque la división del trabajo em el modo de producción capitalista funcional mal, sin embargo sus ramas, incluida la ciencia, no se pueden considerar autossuficientes e independientes. HORKHEIMER, Max. *Teoría tradicional y teoría crítica*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000, p. 32.

Ao tratar da ciência, Horkheimer destaca que a concepção da teoria tradicional não realiza a função social da ciência, pois está separada dos demais espaços sociais humanos, como se fosse autossuficiente e independente. Horkheimer também nos mostra que as criações da teoria tradicional não questionam as condições históricas em que são criadas e, assim, deixam de interrogar o que sustenta os atuais pilares econômicos e sociais. Em resumo, destacam-se as duas principais críticas à teoria tradicional, sua natureza fragmentária e a incapacidade de analisar a sociedade como histórica e, por conta disso, mutável.

Com isso, temos a relação epistemológica intrínseca entre a psicanálise e a teoria crítica. A psicanálise tem como pressuposto entender o indivíduo como um ser moldado pela sua história e o fator ontogenético é essencial para que se descubra a origem das neuroses atuais. Do mesmo modo, a teoria crítica busca entender a origem da dominação e das desigualdades de nossa sociedade em sua formação histórica. Percebe-se claramente a similaridade entre ambas ao buscarem no passado do indivíduo/sociedade as origens para as impropriedades que se apresentam na atualidade.

Outro ponto de consonância entre ambas atinge o elemento da realidade fragmentária que não é admitida por nenhuma delas. Na psicanálise, a neurose do paciente tem sua origem ligada a fatores que remontam a um passado remoto do mesmo, mas que ele pode transferir para outras pessoas, diversas daquela que originou a neurose, de modo que não se pode restringir a análise ao objeto apresentado pelo paciente, sendo necessário relacionar com inúmeros fatores, situações e pessoas que compuseram a história do mesmo.

A teoria crítica frankfurtiana tanto no modelo⁴⁸ do materialismo interdisciplinar da década de 1930, quanto no modelo lançado na década de 1940, destacava as relações entre as diversas áreas do conhecimento humano, fato que, inclusive, é reforçado pela composição do Instituto⁴⁹. Segundo os integrantes da Escola de Frankfurt, haveria uma influência determinante entre a economia⁵⁰, o Estado, o direito, a alienação, a indústria cultural e todos os demais ramos do conhecimento, de modo que qualquer estudo de uma dessas áreas

⁴⁸ NOBRE, Marcos. *Teoria Crítica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 47 e seguintes.

⁴⁹ Fizeram parte do Instituto: F. Pollock, economista; F. Nilmann, advogado; H. Marcuse e E. Fromm, psicanalistas; M. Horkheimer e T. Adorno, filósofos; W. Benjamim, esteta; dentre outros.

⁵⁰ O modelo fundado com a *Dialética do esclarecimento*, na década de 1940, era lastreado no “capitalismo de Estado”, de F. Pollock, que retirou a preponderância da determinação social da economia, para colocá-la no Estado regulador e direcionador da economia.

eliminando as demais realizaria uma análise míope da realidade, ignorando fatores essenciais para a compreensão da mesma.

Como podemos ver, tanto a psicanálise como a teoria crítica refutam a aplicação fragmentária do conhecimento e pressupõem as relações dialéticas entre os variados campos de investigação acadêmica (teoria crítica) ou entre as várias relações humanas (psicanálise). Sérgio Rouanet ao evidenciar essas semelhanças disse:

De fato, contudo, toda a *démarche* psicanalítica é uma interminável refutação, em sua teoria e em sua prática, da razão positivista. Ela se opõe, ponto por ponto, à descrição feita por Horkheimer da “teoria tradicional”. Ao contrário desta, não concebe o seu objeto como um dado, mas como um produto de uma história. A neurose é um todo estruturado, e não um conjunto incompreensível de sintomas isolados, como os neurologistas pré-freudianos concebiam a histeria. Essa estrutura de conjunto resultou de uma gênese, de um processo patológico que está no cruzamento do individual – a estrutura pulsional – e do social – as normas de cultura. Os fatos, tal como estes se apresentam à observação clínica, são vistos como epifenômenos que remetem a realidades originais, decifráveis por uma hermenêutica. A compreensão dessa estrutura profunda inclui a reflexão sobre as possibilidades de transformá-la. Constituída na história, a neurose pode ser modificada na história.⁵¹

Além de destacar as já citadas semelhanças entre as teorias ao criticar o positivismo, Rouanet mostra um novo ponto de vista que também é semelhante em ambas: a faceta metodológica. Elas analisam a realidade, mas sabem que os fatos apresentados podem estar contaminados, de modo que para conseguir extrair o real conteúdo dos seus objetos de estudo, se aprofundam ao máximo na história do indivíduo, para que possam encontrar no individual o que poderá ser aplicado ao coletivo.

⁵¹ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 101.

Adorno, no seu livro de introdução à sociologia, faz interessante estudo a este respeito. Vejamos:

(...) o tema dialético repousa no fato de Freud haver descoberto na elaboração de seu próprio material, genuinamente, que quanto mais profundamente se mergulha nos fenômenos da individuação dos seres humanos, quanto mais irrestritamente se apreende o indivíduo em sua dinâmica e seu resguardo, tanto mais perto se chega àquilo que, no indivíduo, já não é propriamente indivíduo. Assim a focalização freudiana no indivíduo oferece um exemplo esplêndido para a minha exigência de se descobrir o conteúdo social das categorias peculiares das ciências específicas aprofundando-se nestas e não a partir do que se encontra fora delas. Na teoria freudiana predominam, em primeiro lugar, próximas à superfície e niveladas conforme o princípio da realidade a que todos os homens precisam se adequar, determinadas situações relativamente abstratas e semelhantes. A seguir, quando mergulhamos na chamada dinâmica psíquica, ou seja, quando se gera a diferenciação nos mecanismos inconscientes e, sobretudo no movimento interativo entre o inconsciente e o eu individual, apercebe-se o coletivo⁵².

Esse ponto, que ressalta a importância de se aprofundar no indivíduo para conseguirmos perceber certas categorias que se aplicam à coletividade, também é reforçado por Reich quando salienta que a psicanálise deve voltar-se a compreender os fatos individuais para, somente então, extrairmos daí o que será aproveitado no estudo de certas manifestações sociais:

O verdadeiro objecto da psicanálise é a vida psíquica do homem tornado ser social. Ela só se interessa com o psiquismo das massas na medida em que nele surgem fenômenos individuais (o problema do chefe, por exemplo, na medida em que, pelo seu conhecimento do indivíduo, ela pode explicar as manifestações da “alma” das massas, tais como o medo, o pânico, a obediência, etc.).⁵³

Todavia, surge uma questão: como retirar de um caso particular algo que se aplica em uma crítica da cultura, sendo que esse particular está inserido na cultura e permeado pela ideologia do momento histórico? Na resposta a essa pergunta encontramos a natureza da semelhança metodológica entre a teoria crítica e a psicanálise: ambas precisam questionar certos aspectos da realidade que se apresentam como verdadeiros, para que seja possível evidenciar as contradições estruturais.

⁵² ADORNO, Theodor. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008, p. 269.

⁵³ REICH, Wilhelm. *Materialismo dialético e psicanálise*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1977, p. 146.

A esse respeito, Adorno e Horkheimer explicam:

Para esboçar uma resposta, não bastaria a consideração óbvia de que as ideologias se refletem, por sua vez, e repercutem sobre a realidade social. A contradição entre a verdade objetiva das formações espirituais e o simples Ser-para-outro, que o pensamento tradicional não pode resolver, deveria ser dialeticamente aprofundada como contradição da coisa e não como mera insuficiência do método.⁵⁴

O problema dessas contradições, mascaradas pela ideologia, não está no fato de ela, em si, ser falsa, mas sim no fato de ela apresentar-se como realizada, ou seja, mostrar-se como se os seus componentes correspondessem à realidade. Vejamos:

A cortina que se interpõe, necessariamente, entre a sociedade e a compreensão social da sua natureza expressa, ao mesmo tempo, essa natureza, em virtude do seu caráter de cortina necessária. As ideologias verdadeiras e próprias convertem-se em pseudoideologias apenas na relação em que se situam a respeito da própria realidade. Elas podem ser verdadeiras “em si”, como são as ideias de liberdade, humanidade e justiça, mas não verdadeiras quando têm a presunção de já estarem realizadas.⁵⁵

A psicanálise, do mesmo modo que a teoria crítica, para chegar à solução de seus casos clínicos mais complexos, muitas vezes precisa adotar uma metodologia semelhante, o que levou Rouanet a qualificar a psicanálise como o maior exemplo dessa crítica imanente.

Dentro das categorias psicanalíticas, o melhor exemplo da semelhança com a metodologia da teoria crítica é a racionalização, que consiste na construção, pelo paciente, de uma argumentação lógica ou moralmente aceita para justificar uma conduta que, na verdade, tem outra origem. Em outras palavras, é uma aliança que o ego faz com o id, ao fornecer uma justificativa culturalmente aceita para uma fobia ou neurose, originada no inconsciente. Como exemplo, podemos citar o caso de um paciente que diz se banhar oito vezes ao dia e lavar as mãos compulsivamente, manifestando uma proteção excessiva com a higiene pessoal, por conta de várias bactérias que foram descobertas pela ciência e que podem ser eliminadas com o banho, o que, de fato, é lastreado na realidade. Todavia, depois de uma análise apurada o psicanalista descobre que a neurose com a higiene é uma maneira de tentar “limpar-se” de um caso de traição que cometera no passado, o que representa o real motivo da origem de sua neurose. Ou seja, esse paciente utilizou-se de uma racionalização para justificar a

⁵⁴ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (orgs.). *Temas básicos de sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 190.

⁵⁵ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (orgs.). *Temas básicos de sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1978, pp. 198-199.

transferência de seu problema originário para outro.

As similaridades são consideráveis. No caso clínico descrito acima, o psicanalista precisará desmascarar essa racionalização que o paciente diz corresponder à realidade para, então, chegar à verdadeira origem da neurose e mostrar a ele que, muito embora a explicação dada seja plausível, o motivo original da neurose se encontra em outro fato. A teoria crítica precisa desmascarar a ideologia que se apresenta como correspondente à realidade, sendo papel do estudioso evidenciar a dominação e o controle de classes que na verdade fomentam essa ideologia e, assim, mostrar a verdade que a ideologia insiste em omitir. Rouanet também escreve sobre o assunto, ao citar a racionalização como uma prática crítica do analista:

Ora, a realidade que o analista está excluindo é aquela mesma realidade excluída pelos frankfurtianos quando defendem a verdade de uma teoria contra “a prova da realidade”. Diante do conflito entre uma teoria emancipatória e uma realidade, trabalhada pelo iluminismo e como tal hostil a qualquer pensamento capaz de transcendê-la, a teoria crítica não hesita em tomar partido contra a realidade repressiva: é ela que é falsa, e não a teoria. Mas é em nome da realidade que a realidade é excluída. Pois os elementos da realidade mobilizados pelo paciente para alimentar sua resistência – moral e ideais culturais vigentes – são partes do real repressivo que bloqueia o acesso à verdadeira realidade. Como a teoria crítica, a psicanálise não aceita que a falsa realidade se transforme em tribunal de última instância para decretar a nulidade do discurso verídico – no caso o discurso terapêutico.⁵⁶

Rouanet, ao ressaltar no fim do trecho citado que tanto a ciência psicanalítica quanto a teoria crítica não aceitam a “falsa realidade”, deixa espaço para destacarmos mais uma semelhança estrutural entre elas: trata-se agora da similaridade filosófica. Trata-se da incompatibilidade entre a sociedade e a satisfação plena dos indivíduos que a compõem, ou seja, o princípio da não-identidade, dentro da sociedade repressora em que vivemos.

⁵⁶ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 109.

Em seu ensaio “O mal-estar na civilização”, Freud conclui que a não-identidade entre felicidade e a nossa sociedade é, segundo ele, um tradicional pessimista, inerente à civilização humana e mostra que o avanço de nossa civilização nos impõe um sentimento de culpa que nos impede de alcançar a felicidade:

(...) o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa. Qualquer coisa que ainda soe estranha a respeito dessa afirmação, que constitui a conclusão final de nossa investigação, pode ser provavelmente localizada no relacionamento bastante peculiar – até agora completamente inexplicado – que o sentimento de culpa mantém com a nossa consciência.⁵⁷

Marcuse trata da impossibilidade de satisfação do princípio do prazer e de sua extirpação pelo princípio da realidade, diagnosticando o momento em que a não-identidade surge, tanto ontogeneticamente, quanto filogeneticamente, todavia, diferentemente de Freud, Marcuse afirma que a não-identidade é inerente à nossa sociedade, mas não a toda civilização:

A substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade é o grande acontecimento traumático no desenvolvimento do homem – no desenvolvimento do gênero (filogênese), tanto quanto no indivíduo (ontogênese). Segundo Freud, esse evento não foi único, pois se repete ao longo da história da espécie humana e de cada um de seus indivíduos. Filogeneticamente, ocorre primeiro na *horda primordial*, quando o *pai primordial* monopoliza o poder e o prazer, e impõe a renúncia por parte dos filhos. Ontogeneticamente, ocorre durante o período inicial da infância, e a submissão ao princípio da realidade é imposto pelos pais e outros educadores. Mas tanto no nível genérico, como no individual, a submissão é continuamente reproduzida. Ao domínio do pai primordial segue-se, após a primeira rebelião, o domínio dos filhos, e o clã fraternal desenvolve-se para dar origem a um domínio social e político institucionalizado. O princípio da realidade materializa-se num sistema de instituições. E o indivíduo, evoluindo dentro de tal sistema, aprende que os requisitos do princípio da realidade são os da lei e da ordem, e transmite-os à geração seguinte.⁵⁸

⁵⁷ FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 137.

⁵⁸ MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009, p. 36.

Importante frisar que os dois princípios da realidade (a lei e a ordem) destacados por Marcuse são característicos de nossa sociedade e não de toda civilização. Segundo Reich, são esses elementos que se contrapõem a uma sociedade autônoma e livre, que será aprofundada neste trabalho quando tratarmos da “democracia natural do trabalho”. Porém, desde agora podemos mostrar que Reich reputa essa dissociação entre a vida social e a satisfação de *Eros*, exigida pela nossa cultura, como superável. Dedicando especial atenção à sexualidade/libido, tão cara aos psicanalistas, coloca que a ausência de satisfação libidinal é um dos elementos que impedem uma sociedade de se emancipar, servindo para a manutenção do mal-estar:

Natureza e cultura, instinto e moralidade, sexualidade e realização tornam-se incompatíveis, como resultado da cisão na estrutura humana. A unidade e congruência de cultura e natureza, trabalho e amor, moralidade e sexualidade – desejada desde tempos imemoriais – continuará a ser um sonho enquanto o homem continuar a condenar a exigência biológica da satisfação sexual natural (orgástica). A democracia verdadeira e a liberdade baseadas na consciência e responsabilidade estão também condenadas a permanecer como uma ilusão, até que essa exigência seja satisfeita. Uma sujeição sem remédio às condições sociais caóticas continuará a caracterizar a existência humana. Prevalecerá a destruição da vida pela educação coercitiva.⁵⁹

Ao destacar a educação coercitiva, Reich abrange não somente a educação feita primordialmente pela família, mas também aquela feita pela religião, pelo Estado e pelos educadores.⁶⁰ Na questão de nossa educação formal, temos uma análise da teoria crítica feita por Alysson Mascaro que demonstra como o princípio da realidade modifica também as bases de nosso ensino:

A razão crítica é escassa numa sociedade estruturada para a dominação. Ao invés de se limitar à reprodução, tecnicando seus caminhos, a razão crítica é libertária. Busca entender as contradições da própria racionalidade, os horizontes da exploração social, a relação da parte com o todo. A razão crítica não necessariamente se perfaz na escola, na universalidade, nos diplomas e títulos, que são caminhos tradicionais do repositório da razão técnica. Numa sociedade na qual o ensino é reproduzido como forma de instrumentalidade do conhecimento, muitas vezes a razão crítica está numa sabedoria fora dos limites escolares e universitários.

⁵⁹ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 17.

⁶⁰ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (capítulos 5 a 9).

A razão crítica não é apenas o procedimento de indivíduos com uma mirada de horizonte distinta, mais larga, consequente e dialética. É também uma forma de estruturação crítica do mundo. Ocorre que a sociedade capitalista impede essa estruturação. A reificação das relações sociais e das pessoas torna o conhecimento uma ferramenta de cálculo de ganhos. Estuda-se numa faculdade de direito não pelo gosto pelo justo, mas porque o direito permite uma profissão jurídica rentável. O conhecimento de uma certa área passa a ser menos respeitado do que o de outra porque remunera menos. Na verdade o capitalismo, ao tornar a própria razão uma mercadoria, que estrutura a sociedade para impedir uma visão crítica e libertária de si própria.⁶¹

Vemos que até a estrutura educacional de nossa realidade, que deveria criar pensadores e questionadores da realidade, apresenta-se contaminada, reforçando a cisão entre o real e o racional em nossa sociedade. Fica patente a semelhança entre a teoria crítica e a psicanálise para evidenciar o princípio da não-identidade e, mais que isso, vemos também o esforço de ambas para demonstrar o modo como essa incompatibilidade entre nossas estruturas, psíquicas e sociais, nos leva a um permanente estado de angústia, insatisfação e, por consequência, infelicidade.

Com esse esforço estrutural tendente a destruir a capacidade da sociedade em enxergar como ela realmente se desenvolve, precisaremos de ferramentas que analisam a estrutura psíquica dos componentes desta sociedade doente, para com isso buscar a sua superação. Para tentar compreender as irracionalidades da sociedade é possível utilizar ferramentas da psicanálise, tais como a identificação e a projeção, que serão agora estudadas como ferramentas de compreensão da nossa realidade.

1.2.2 A psicanálise como ferramenta para compreender a realidade

Nesse momento, já não é possível fazermos uma análise conjunta dos estudos de Wilhelm Reich e Marcuse com os demais frankfurtianos, adjetivo que a partir de agora se refere, no âmbito deste trabalho, apenas a Horkheimer e Adorno, que até agora vinham sendo tratados somente na seara em que apresentavam um cerne de produção comum. Isto porque a utilização que Reich e Marcuse fazem da psicanálise para criticar a sociedade é absolutamente divorciada daquelas levadas a cabo por Adorno e Horkheimer. Enquanto esses últimos fazem a leitura da obra freudiana a partir da obra completa de Freud, envolvendo a criação do

⁶¹ MASCARO, Alysson L. B. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 512.

instinto de morte e o quase abandono da teoria da libido, Reich e Marcuse destacam a teoria da libido, desenvolvendo-a de tal modo que seus futuros conceitos e análises serão corolários dela.

Com essa marcante diferença, que os levará a conclusões diversas, trataremos agora do uso da psicanálise pelos frankfurtianos, para depois, em capítulo próprio, explorarmos a psicanálise reichiana e suas implicações sociais, que são notadamente mais otimistas e revolucionárias que as oriundas do *Institut*.

Dentre os vários mecanismos de defesa⁶² apresentados por Freud, dois deles têm especial importância nos estudos sociológicos realizados pelos pesquisadores de Frankfurt: a identificação e a projeção. Esses mecanismos têm particular importância porque conseguem explicar a origem do autoritarismo fascista e o ódio antisemita.

A identificação⁶³ é a categoria psicanalítica responsável por transformar o indivíduo recém-nascido em um integrante simbiótico a nossa cultura, nossos valores e a nossa

⁶² “Freud valorizou, sobretudo, o mecanismo defensivo da repressão (a defesa mais evidente nas pacientes histéricas de que ele tratava), além de outros presentes nos quadros paranóides, como a projeção, na psicopatologia das fobias e neuroses obsessivas, como deslocamento, anulação, isolamento e formação reativa. M. Klein, por sua vez, descreveu as defesas primitivas de que o psiquismo do bebê necessita para fazer frente à aludida angústia de aniquilamento, como são: negação onipotente, dissociação (*splitting*), projeção e identificação projetiva, introjeção e identificação introjetiva, idealização e denegrimto”. ZIMERMAN, David. *Fundamentos psicanalíticos. Teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 65.

⁶³ “Para abordar as questões postas acima, Freud lança mão e aprimora o conceito de identificação apontando três casos referentes a esse processo. A primeira forma de identificação refere-se à identificação primária, que desempenha uma função na pré-história do complexo edipiano. Nesse momento, o menino ‘toma o pai como seu ideal’ (Freud, 1921/1976, p. 133), quer ser o pai. Essa atitude, segundo o autor, é tipicamente masculina e ajuda a preparar o menino para o complexo de Édipo. A segunda forma de identificação é compreendida tal como ocorre na neurose, como processo de formação dos sintomas. No ensaio de 1921, Freud discorre a respeito do caso de uma menina que desenvolve o mesmo sintoma que a mãe – uma tosse atormentadora. Essa identificação pode advir do complexo de Édipo, que significa o desejo hostil da menina em tomar o lugar da mãe, já que o pai é o objeto de desejo. O sintoma, nesse caso, representa o amor pelo pai e, sob a influência do sentimento de culpa, o desejo de assumir o lugar da mãe é atendido – a tosse aterrorizante. Por outro lado, o sintoma pode ser o mesmo que o da pessoa amada. Freud, nesse mesmo ensaio, retoma o sintoma de Dora (caso publicado em 1905) – a imitação da tosse do pai, como ilustração dessa identificação. Nesse caso, pode-se afirmar ‘que a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação’ (Freud, 1921/1976, p. 135). Nesse sentido, essas identificações destinam-se a internalizar um só traço do objeto, por meio do processo de regressão. O terceiro caso de identificação é particularmente interessante, segundo Freud, uma vez que essa identificação não contempla uma relação de objeto com a pessoa que está sendo imitada, não há investimento libidinal. O autor apresenta como exemplo o caso de uma moça de um internato que recebeu de alguém de quem está apaixonada uma carta que lhe provocou crises de histeria. Algumas de suas amigas também desenvolveram a crise por meio de uma infecção mental. Nesse caso, o mecanismo da identificação baseia-se no desejo de colocar-se na mesma situação; as moças também gostariam de ter um caso amoroso”. GUIMARÃES, V. C.; CELES, L. A. M., O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, jul-set 2007, volume 23, n. 3, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a14v23n3.pdf>, acessado em 31/05/2011, p. 342.

sociedade. A identificação se estabelece em três momentos distintos: no primeiro deles estende sua personalidade para dentro de outra pessoa; no segundo momento essa identidade que fora estendida a outra pessoa é reagregada ao indivíduo, para em um terceiro momento essa identidade ser fundida ou incorporada às instâncias psíquicas do mesmo, sendo responsável, após uma série de identificações sucessivas (com o seio da mãe, ao amamentar; com o pai, no momento de superação do complexo de Édipo; com professores primários, universitários, chefes, líderes partidários e políticos) por formar a personalidade⁶⁴ do indivíduo.

Essas identificações, após devidamente introjetadas, incorporadas à psique, são essenciais para a permanência e a reprodução de nossa forma cultural. É por meio delas que se estabelece o superego, instância psicológica topográfica representativa dos valores culturais e que, em eterno conflito com o id, instância psicológica topográfica que representa os impulsos naturais biológicos, influencia a atuação do ego, única das instâncias descritas alcançável conscientemente. Ou seja, o superego estará permanentemente, em nome dos valores da sociedade introjetados, limitando os impulsos libidinais do id, atuando como um soldado da ordem cultural, atuante dentro do inconsciente de cada um dos integrantes da sociedade.

Acontece que Adorno e Horkheimer viram nesse processo um aspecto que Freud não havia destacado: enquanto este via nesse processo o nascimento da individualização dos sujeitos, aqueles resgataram justamente o inverso. Eles pontuaram que com a captura ideológica, feita pela sociedade iluminista, das instâncias culturais, as identificações passaram a assumir um caráter de desindividualização, de massificação e padronização da cultura.

⁶⁴ GUIMARÃES, V. C.; CELES, L. A. M., O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, jul-set 2007, volume 23, n. 3, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a14v23n3.pdf>, acessado em 31/05/2011, p. 343.

Segundo Rouanet, esta diferença de postura entre o psicanalista e os frankfurtianos decorre do momento do capitalismo que cada um observava; ao momento de Freud, tínhamos o capitalismo concorrencial em que:

A família burguesa conseguiu, bem ou mal, realizar essa tarefa complicada de produzir personalidades suficientemente fortes para travar a batalha da competição e suficientemente submissas para aceitar a autoridade, quando inelutável – tal como a autoridade do mercado. A tópica freudiana descreve a realidade psíquica média, na etapa do individualismo burguês. Cada mônada social dispõe do seu *id*, gerador de impulsos cegos, do seu *superego*, forma mediatizada de presença do social, e do seu Ego, que ouve as partes litigantes e profere sentenças imparciais, que arbitram entre as necessidades do indivíduo e as do sistema capitalista. O preço que o capitalismo liberal pagava pela produção de indivíduos autônomos era o risco de ter de enfrentar um número excessivo de indivíduos demasiadamente autônomos. Mesmo se abstrairmos dessa faixa dissidente, entretanto, que possivelmente nunca chegou a ameaçar o sistema em sua fase heróica, subsiste o fato de que a integração do indivíduo não se fazia por sua absorção direta pelo todo, mas através da mediação do Superego – a voz do social, mas voz indireta, imperiosa mas não onipotente, suficientemente civilizada, em todo caso, para abrir mão de algumas de suas reivindicações e chegar a entendimentos com o Id, em nome do princípio da realidade, graças à arbitragem do ego.⁶⁵

Já o período de análise de Adorno e Horkheimer é aquele em que o capitalismo concorrencial (baseado no mercado) esmorece e o capitalismo monopolista fascista⁶⁶ (baseado nas grandes corporações) se impõe em grande parte da Europa, o que os leva a perceber a modificação na estrutura topográfica psíquica dos indivíduos:

Não obstante, a complicada aparelhagem psíquica possibilitou a cooperação relativamente livre dos sujeitos em que se apoiava a economia de mercado. Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada. Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. A decisão que o indivíduo deve tomar em cada situação não precisa mais resultar de uma dolorosa dialética interna da consciência moral, da autoconservação e das pulsões. Para as pessoas na esfera profissional, as decisões são tomadas pela hierarquia que vai das associações até a administração nacional; na esfera privada, pelo esquema da cultura de massa, que desapropria seus consumidores forçados de seus últimos impulsos internos. As associações e as celebridades assumem as funções do ego e do superego, e as massas, despojadas até mesmo da aparência da personalidade, deixam-se modelar muito mais docilmente segundo os modelos e palavras de ordem dadas, do

⁶⁵ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, pp. 124-125.

⁶⁶ As principais análises econômicas quanto à modificação de um capitalismo liberal para um capitalismo de Estado foram feitas, no âmbito do *Institut*, por Friederick Pollock, que influenciou determinantemente Adorno e Horkheimer.

que os institutos pela censura interna. Se, no liberalismo, a individuação de uma parte da população era uma condição da adaptação da sociedade em seu todo ao estágio da técnica, hoje, o funcionamento da aparelhagem econômica exige uma direção das massas que não seja perturbada pela individuação.⁶⁷

Nessa nova estrutura psíquica, o indivíduo, ao invés de ter em si o conflito dialético id-superego administrado racionalmente pelo ego, tem agora uma nova instância que traz uma falsa satisfação do id e que, ao invés de atender aos desejos nascidos no próprio indivíduo, tem suas necessidades criadas pelas grandes corporações, pela publicidade que atinge a formação do indivíduo, tanto ou mais que os próprios pais. Erich Fromm chama esse novo caráter, moldado pelo mercado, de “mercantil”. Em suas palavras:

O objetivo do caráter mercantil é a completa adaptação, de modo a tornar desejável em todas as condições do mercado de personalidade. As personalidades de caráter mercantil nem mesmo têm egos (como tinham as pessoas do século XIX) a que se agarrar, que lhes pertençam, que não se mudem. Porque estão sempre mudando seus egos, de acordo com o princípio: “sou como o mercado deseja que eu seja”.⁶⁸

Isso ocorre imposto por uma necessidade de identificação, não em busca de uma identidade específica, mas do seu oposto, uma identificação com o grupamento social (ou desidentificação). É justamente esse grupamento social que fará o papel do superego, que se encontra absolutamente inflado, e censurará o comportamento diferente do padrão pré-moldado pela indústria cultural. E, assim, “a irracionalidade da adaptação dócil e aplicada à realidade torna-se, para o indivíduo, mais racional que a razão”.⁶⁹

Foi essa estrutura psíquica moldada pela realidade econômica fascista que permitiu a ascensão autoritária do *Führer*. Com a ausência de um ego que trouxesse um elemento de crítica e racionalidade, as massas estavam à deriva, sujeitas às propagandas nazifascistas e, por ausência de uma identificação com o pai, puderam se identificar com o líder autoritário, idealizando-o como o pai da nação. O líder, por sua vez, também oriundo das massas, apresenta um caso de ausência de individualidade psíquica e consegue respaldo popular justamente pela semelhança que apresenta com as massas:

⁶⁷ HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp. 167-168.

⁶⁸ FROMM, Erich. *Ter e Ser*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, pp. 147-148.

⁶⁹ HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 168.

Por isso o líder deve ser ao mesmo tempo onipotente e banal, super-homem e homem da rua, como Chaplin, que representa o papel do Grande Ditador e do barbeiro. Para que o indivíduo se reconheça no líder, o líder tem que assemelhar-se com o indivíduo. A identificação da massa ao líder é obtida pelo líder através da técnica de identificar-se parcialmente com a massa. Essa semelhança é apenas em parte uma técnica deliberada de influenciar multidões. Psicologicamente, o líder fascista se parece, de fato, com a massa. Pode adivinhar suas necessidades e aspirações, porque sua psicose, racionalmente explorada, é homóloga da estrutura psicótica que engendra a massa como fenômeno da patologia coletiva.⁷⁰

Ao tratar dessa patologia coletiva, Adorno e Horkheimer chegam a um ponto de seu raciocínio em que consideram essa realidade criada pelo capitalismo monopolista, a própria dialética do esclarecimento, como uma verdadeira loucura:

O progresso da sociedade industrial, que devia ter eliminado como que por encanto a lei da pauperização que ela própria produzira, acaba por destruir a ideia pela qual o todo se justificava: o homem enquanto pessoa, enquanto portador da razão. A dialética do esclarecimento transforma-se objetivamente na loucura.

A loucura é, ao mesmo tempo, uma loucura da realidade política. O mundo, que resultou do denso tecido das comunicações modernas, tornou-se tão uniforme, que as diferenças características dos desjejuns dos diplomatas em Durbarton Oaks e na Pérsia devem ser apresentadas com um colorido nacional, ao passo que o caráter nacional deixa-se perceber melhor na fome de arroz de milhões de famintos que escaparam às malhas estreitas.⁷¹

Importante notar que essa modificação na estrutura psíquica da grande massa popular, agora buscando identificação na cultura de massa/indústria cultural e não mais no ambiente familiar, foi causada pela estrutura econômica monopolista – o que evidencia o quanto a ideologia está correlacionada com o ambiente econômico estabelecido, levando nossos hábitos, valores e trabalhos a atenderem, não só à manutenção, mas também à reprodução das relações de produção do sistema econômico.

Além da categoria psicanalítica da identificação de que o iluminismo assenhorou-se, de modo favorável à manutenção do sistema, transformando as antigas identificações que formavam a individualidade (especialmente, a identificação com o pai, no momento de superação do complexo de Édipo) em uma identificação vazia com o todo, que

⁷⁰ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 131.

⁷¹ HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 168.

desindividualiza o sujeito temos também outro mecanismo de defesa psicanalítico que, por conta dessa repressão da forma individualizada, também foi trabalhado pela ideologia fascista.

Essa padronização dos costumes, da propaganda nazifascista, da massificação da população, imposta pelas grandes corporações e pela indústria cultural e a existência de uma moralidade conservadora que reprimia todos os impulsos de prazer que não correspondessem fielmente a essa uniformidade social, forçavam o indivíduo a reprimir suas pulsões verdadeiras e que não encontravam respaldo no ambiente social.

Por conta das neuroses, causadas pela repressão sexual e pela padronização imposta pela ideologia do capitalismo monopolista, o indivíduo precisa projetar para o exterior, em outras pessoas ou coisas, elementos que “precisa” reprimir em sua psique e, ao projetá-los, condena-os, tal como o faz dentro do seu aparelho psíquico. Esse mecanismo de defesa é chamado de projeção.

Em outras palavras, na *dialética do esclarecimento* encontramos a constatação de que “a projeção patológica consiste substancialmente na transferência para o objeto dos impulsos socialmente condenados do sujeito”⁷². E continua: “Como não pode (o doente recalcado que necessita fazer a repressão) confessar o seu desejo, ele ataca o outro como um ciumento ou um perseguidor, assim como o sodomita recalcado se dedica à caça ou à presa de animais”.

É nesse contexto que o antissemitismo estabelece-se criando essa falsa projeção daquilo que, em geral, a massa precisava reprimir. Ela não poderia confessar seus desejos, sob pena de censura, não do superego, mas sim da sociedade padronizada que ojeriza o diferente, o vivo, o não-autômato:

⁷² HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 158.

O judeu é inventado pelo antissemita para que seus fantasmas eróticos e agressivos possam encontrar corpo. Os estereótipos antissemitas segundo os quais os judeus são parasitários, apátridas, homicidas e sexualmente incontinentes exprimem o velho desejo mimético, reprimido pelo iluminismo.⁷³

Adorno e Horkheimer, ao tratar dessa projeção, também colocam a responsabilidade por ela na sociedade iluminista que, sob a bandeira da liberdade e da igualdade, exclui do indivíduo seu próprio espírito e experiência, usurpando a realidade e a cultura, deixando apenas aquilo que previamente estivesse de acordo com o *establishment* ideológico:

A falsa projeção é o usurpador do reino da liberdade e da cultura; a paranoia é o sintoma do indivíduo semcultivado. Para ele todas as palavras convertem-se num sistema alucinatório, na tentativa de tomar posse pelo espírito de tudo aquilo que sua experiência não alcança, de dar arbitrariamente um sentido ao mundo que torna o homem sem sentido.⁷⁴

Com essa falsa projeção o que “o sujeito inscreve no real é sua própria nulidade, produzida por esse mundo real. Em vez de modificá-lo, confirma-o”.⁷⁵ A falsa identificação com o ambiente cultural, descrita anteriormente, cria sujeitos que simplesmente se adaptam ao todo e essa falsa projeção faz com que os indivíduos vejam na realidade somente os reflexos de seus recalques, deixando para trás a “percepção latente do real”.⁷⁶ E assim, o capitalismo, por meio das ferramentas descritas e da massificação da população, da padronização do consumo, do controle por meio de grandes empresas, do positivismo elevado à máxima potência, do fetiche do valor da mercadoria⁷⁷ e do conseqüente enfraquecimento de instâncias psíquicas, torna o homem sem sentido. E sem sentido o homem entrega-se à dominação, sem nem mesmo saber que está sendo dominado.

⁷³ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 140.

⁷⁴ HORKHEIMER M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 161

⁷⁵ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 149.

⁷⁶ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 149.

⁷⁷ A teoria do valor da mercadoria é descrita no primeiro volume de *O capital* e também pode ser encontrada em interessante trabalho de Anselm Jappe, *As aventuras da mercadoria*, publicado em português pela editora Antígona.

2. REICH: ECONOMIA SEXUAL E DOMINAÇÃO

Reich e Marcuse, ao elaborarem suas teorias críticas da realidade iluminista, fixaram-se em certas premissas que, muito diversas daquelas apresentadas por Adorno e Horkheimer, nos impediram de estudá-los no último e mais importante tópico do capítulo anterior, aquele em que estudamos o uso da psicanálise para a crítica da cultura.

Mesmo o grau de otimismo quanto à possibilidade de uma emancipação humana em Reich e Marcuse é sensivelmente diferente do apresentado pelos demais frankfurtianos. Enquanto Adorno e Horkheimer não viam a possibilidade de uma revolução ou modificação profunda na estrutura capitalista⁷⁸, Reich e Marcuse sempre admitiram e criaram caminhos que viabilizassem uma transformação radical na sociedade.

Legítimos representantes da esquerda crítica psicanalítica, muito embora tenham um objetivo em comum, Reich e Marcuse possuem trajetórias intelectuais muito distantes, o que nos impede de analisá-los em conjunto. Sendo o objetivo de nossa pesquisa resgatar as influências de Wilhelm Reich para a elucidação do fenômeno jurídico, não nos caberá discutir neste trabalho a importância da filosofia marcuseana, que sem dúvida é de uma magnitude imensurável, com criações originalíssimas como o homem/sociedade unidimensional, a erotização polimorfa, as considerações sobre revolução e contrarrevolução, dentre outras que sem dúvida trariam inúmeras contribuições para o direito. Rouanet, ao demarcar a diferença quanto ao uso da teoria da libido que, apesar de comum a ambos, é utilizada por cada um deles de maneira diferente, ilustra as divergentes premissas teóricas:

⁷⁸ “Desse modo, em ‘teoria tradicional e teoria crítica’, a possibilidade da prática transformadora encontrava-se bloqueada historicamente pela repressão e pela propaganda nazista, permanecia ainda no horizonte a ideia de que as possibilidades de intervenção transformadora no mundo poderiam se reabrir com a derrota do nazismo. Esse não foi, entretanto, o diagnóstico de Horkheimer e Adorno a partir da década de 40. A vitória das tropas aliadas não significou, para eles, a restauração das possibilidades revolucionárias. Pelo contrário, o diagnóstico do tempo presente que desenvolveram na *Dialética do Esclarecimento* foi a de um bloqueio estrutural na prática transformadora”. NOBRE, Marcos. *Teoria Crítica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, pp. 49-50.

Enquanto a solução de Reich implica reivindicar a hegemonia da libido genital e em sacrificar a libido pré-genital, a de Marcuse implica, ao contrário, em denunciar o primado da genitalidade como um instrumento de repressão social e em reivindicar a reativação da libido pré-genital, como condição necessária para a reerotização do organismo e para a autossублиmação de Eros.⁷⁹

Iluminada essa diferença teórica entre ambos, tema que seria, por si só, um objeto complexo de investigação, resta necessário realizar um corte epistemológico, voltado a centrarmos o foco do nosso trabalho em Reich, e o mais natural nesse momento é explicar a razão pela qual ele se diferencia dos ditos frankfurtianos (adjetivo que continuará abrangendo Adorno e Horkheimer, neste capítulo). Apesar de todos eles reconhecerem a influência do momento econômico e das relações de produção na determinação da ideologia, que permeia os indivíduos em seu espaço histórico, Reich dá importância a um fator natural e biológico que fica à parte, no máximo sendo tangenciado pelos frankfurtianos:

A psicanálise pode, portanto, confirmar inteiramente a tese de Marx segundo a qual é a existência social que determina a “consciência”, isto é as representações, objectivos e pulsões, ideologias morais, etc. e não o contrário. Dá a esta tese um conteúdo concreto no que respeita ao desenvolvimento infantil. **O que, entretanto, não exclui que a intensidade das necessidades (condicionada somaticamente), assim como as diferenças qualitativas no desenvolvimento, sejam determinadas pelo aparelho pulsional.** Não existe aqui “desvio idealista” – crítica que me foi dirigida por muitos marxistas – mas concordância completa com a tese de Marx segundo a qual os homens fazem a sua própria história, mas apenas em condições determinadas e com determinados pressupostos iniciais de natureza social.⁸⁰ [grifo nosso]

Neste trecho, destaca-se a diferença fundamental que traz toda a originalidade e a premissa para que Reich construa sua teoria de interpretação social com o uso da psicanálise. Ele resgata as necessidades pulsionais e ciclos fisiológicos, impossíveis de serem satisfeitos em face do nosso princípio da realidade e que, por esta razão, terminam por determinar a formação do caráter do indivíduo.

⁷⁹ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 245.

⁸⁰ REICH, Wilhelm. *Materialismo dialético e psicanálise*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1977, p. 93.

Em resumo, enquanto Adorno e Horkheimer veem a influência das relações de produção como bastião da estrutura psíquica. Reich destaca um novo elemento que está diretamente relacionado com esta estrutura, justamente por fazer a mediação entre as relações de produção da estrutura econômica repressora e a formação do caráter. Em seus estudos da análise do caráter “inclui a noção do desenvolvimento da couraça caractereológica, que podemos tomar como a gênese da personalidade”⁸¹ e que está diretamente relacionada com a estrutura econômica da sociedade, pois “a gênese do caráter tem por base o conflito entre as demandas pulsionais e o meio exterior”.⁸²

Esse fenômeno é denominado por Reich de “economia sexual” e depois de “orgonomia” termos que para serem compreendidos necessitam de um estudo de seus trabalhos teóricos psicanalíticos e terapêuticos, a fim de conseguirmos viabilizar uma compreensão ampla da temática, razão pela qual, a partir de agora, caminharemos pelas origens psicofilosóficas da economia sexual de Reich, estudo seguido por uma introdução à orgonomia, conhecimento inescapável para chegarmos às conclusões a respeito do Estado e do direito em seus estudos.

2.2 A libido como fonte da estrutura psíquica

Desde a sua infância, quando vivia na fazenda de seu pai, Reich teve uma intensa integração com a natureza e um interesse destacado pela biologia. Com o fim da Primeira Guerra Mundial (em que serviu de 1915 a 1918, terminando sua carreira como tenente) mudou-se para Viena, onde ingressou na faculdade de direito. Já no primeiro semestre, Reich desiste do curso de direito pela abordagem formalista dada aos problemas humanos⁸³ e se transfere para a faculdade de medicina, ancorado em seus interesses por fisiologia. Mas, ao longo de seus estudos, o direito ainda cruzaria seu caminho inúmeras vezes.

⁸¹ RAPPAPORT, Clara Regina. (org.). *Temas básicos da psicologia: teorias da personalidade em Freud, Reich e Jung*. São Paulo: Editora EPU, 1984, p. 78.

⁸² RAPPAPORT, Clara Regina. (org.). *Temas básicos da psicologia: teorias da personalidade em Freud, Reich e Jung*. São Paulo: Editora EPU, 1984, p. 78.

⁸³ “He found de legal studies dull and remote”. SHARAF, Myron. *Fury on earth: a biography of Wilhelm Reich*. New York: Da Capo Presse, 1994, p. 54. Para Boadella, a “formalidade” foi o ponto preponderante.

Na faculdade, seu contato com a psicanálise aconteceu em janeiro de 1919, quando alguns alunos organizaram um seminário sobre sexologia e Reich apresentou o seminário *Conceitos da libido de Forel a Jung*, destacando como Freud dava um novo sentido ao conceito de “libido”. Após este contato inicial, Reich dedicou-se intensamente ao estudo das descobertas freudianas e escreveu o artigo “O conflito libidinal e a ilusão de Peer Gynt”, determinante na sua inclusão na Sociedade Psicanalítica de Viena, com a idade de 23 anos.

Aqui já se pode notar o quanto a teoria da libido de Freud foi importante no início da atuação científica de Reich, o que justifica traçarmos as linhas gerais dessa teoria desenvolvida pelo fundador da psicanálise. Segundo Freud, desde os princípios da psicanálise, já se tinha claro que havia uma ligação entre a energia emocional e a doença física e esta poderia ser eliminada, caso houvesse uma descarga daquela.⁸⁴ Ao descrever essa energia, Freud, reiteradas vezes, a tratava como “quantidade de excitação”⁸⁵, levando a uma ideia de acúmulo dessa energia, que ocorria desde a mais tenra infância, havendo essa excitação sexual mesmo nos bebês ao se alimentarem no peito de suas mães. Essa energia quantitativa sexual deu origem à chamada teoria da libido.

Reich incumbiu-se de confirmar a teoria da libido e desenvolvê-la, e foi justamente esta teoria que serviu de patamar para suas seguintes contribuições para a psicanálise. Sobre ela Reich disse: “A coisa mais importante que já aconteceu na psiquiatria foi a descoberta de que a origem das neuroses era somática, isto é, (...) que a estase da libido era somática”.⁸⁶

⁸⁴ FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

⁸⁵ BREUER, Josef; FREUD, Sigmund. *Estudos sobre histeria*. Volume II. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/31041638/ESTUDOS-SOBRE-HISTERIA-VOLUME-II>>, acessado em 05/03/2011, pp. 10, 147, 151, 165, 179, 182 e 184.

⁸⁶ HIGGINS, M.; RAPHAEL, C. (orgs.). *Reich fala de Freud*. Lisboa: Moraes, 1979, p. 74.

Ao relacionar a libido com as emoções e a estrutura psicológica, Reich fez sua primeira grande contribuição para a psicanálise, promovendo um estudo sobre o que estaria envolvido nos momentos de intimidade de um casal e o que estaria por trás das relações sexuais, buscando descobrir se elas trariam realmente a liberação da energia libidinal acumulada. Ao longo desse estudo, Reich ouviu inúmeros pacientes tratando de como se davam suas relações sexuais, com as implicações físicas e psicológicas, atentando para as repressões e fantasias que circundavam aquele momento específico do orgasmo que, até o presente momento, ainda não haviam sido estudadas. Ao fim desses estudos concluiu que:

A neurose estásica é uma perturbação física provocada pela excitação sexual inadequadamente resolvida, i. e., insatisfeita. Entretanto, sem uma inibição psíquica, a excitação sexual seria sempre adequadamente realizada. Surpreendi-me de que Freud negligenciasse esse fato. Uma vez que a inibição haja produzido uma estase sexual, pode facilmente acontecer que a última intensifique a inibição e reative ideias infantis que tomam o lugar das ideias normais. Como resultado de uma inibição atual, experiências da infância, em si mesmas não patológicas, podem, por assim dizer, receber um excesso de energia sexual. Se isso acontece, tornam-se insistentes, entram em conflito com a organização psíquica adulta e têm, de então em diante, que ser mantidas sob controle com a ajuda de repressão.⁸⁷

A partir daí, Reich passa a sustentar que as neuroses teriam como causa primeira a “inibição moral” e, como causa motriz, a “sexualidade insatisfeita”. Todavia, não existia um conceito de uma sexualidade livre de perturbações, não se sabia o que era uma vida sexual saudável, que conseguisse satisfazer plenamente o indivíduo, eliminando a energia sexual acumulada. Boadella quanto a isso afirma:

Era evidente que um homem que sofresse de impotência, ou uma mulher de frigidez, tinham distúrbio sexual. Entretanto, não havia nenhum conceito claro quanto à sexualidade livre de perturbações. Assim, em franca contradição com o ponto de vista de Freud expresso na teoria da libido duas décadas antes, muitos psicanalistas achavam que muitos neuróticos tinham uma vida sexual normal. Se um homem realizasse o ato sexual, era “muito potente”. Até aquela época, ninguém havia verificado cuidadosamente os detalhes das fantasias que acompanhavam o ato sexual ou os detalhes do mesmo. A psicanálise estava preocupada com os acontecimentos passados e com as recordações da infância.⁸⁸

⁸⁷ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 87-88.

⁸⁸ BOADELLA, David. *Nos caminhos de Reich*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985, p. 21.

A psicanálise, até esse momento, dedicava-se a determinados pontos diversos da satisfação sexual em si, inclusive, Reich percebeu que, cada vez mais, estava ocorrendo um distanciamento entre a psicanálise e a questão da sexualidade e sobre isso escreveu:

Era uma situação muito confusa. Em vez de sexualidade, os analistas começaram a falar de “eros”. Terapeutas medíocres afirmavam estarem aptos a “pôr as mãos” no superego, um conceito que havia sido postulado teoricamente para ajudar a perceber a estrutura psíquica. Operavam com ele como se se tratasse de um fato concretamente estabelecido. (...) A sexualidade tornou-se algo indistinto; o conceito de “libido” foi despido de todos os traços de conteúdo sexual e transformou-se em uma figura retórica.⁸⁹

Reich sempre militou no sentido de reforçar a sexualidade e a libido como peças fundamentais para o entendimento das neuroses e combateu a postura tradicional que definia como normal qualquer pessoa que fosse capaz de praticar o ato sexual. Após vasto estudo sobre a relação sexual, e das fantasias e repressões que a envolviam, Reich decidiu enfrentar a elaboração de um conceito sobre a perfeita relação sexual, aquela em que houvesse plena descarga da libido e, assim, definiu o conceito de potência orgástica, que tinha como pressuposto indispensável a capacidade ejaculativa e eretiva:

A potência orgástica é a capacidade de abandonar-se, livre de quaisquer inibições, ao fluxo de energia biológica; a capacidade de descarregar completamente a excitação sexual reprimida, por meio de involuntárias e agradáveis convulsões do corpo.⁹⁰

E para evitar más interpretações do conceito, pôs-se a descrever uma relação sexual, evidenciando as diferenças entre a relação potencialmente orgástica e a impotente orgasticamente. A descrição em *A função do orgasmo* é longa e pormenorizada, e, como o objetivo do nosso estudo não é aprofundar o entendimento deste conceito, mas proporcionar uma propedêutica à psicanálise reichiana, somente trataremos de um trecho que evidencia como o conceito de potência orgástica e, por conseguinte, de relação sexual sadia, segundo Reich, se relaciona muito mais com ternura e amor, do que com promiscuidade:

⁸⁹ HIGGINS, M.; RAPHAEL, C. (orgs.). *Reich fala de Freud*. Lisboa: Moraes, 1979, p. 74.

⁹⁰ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 94.

O homem e a mulher mostram-se ternos um para com o outro; não há impulsos contraditórios. (...) o desejo do homem de penetrar mais profundamente não assume a forma sadística de “querer ultrapassar” a mulher, como ocorre nos caracteres neuróticos compulsivos. (...) Segundo a maior parte dos homens e mulheres potentes, quanto mais lentas e delicadas são as fricções, e mais estreitamente sincronizados, mais intensas as sensações de prazer. (...) Os homens e mulheres orgasticamente potentes nunca riem ou falam durante o ato sexual exceto, possivelmente, para trocar palavras de carinho.⁹¹

Esclarecer este conceito, segundo o próprio Reich, era necessário para que a potência orgástica não fosse caricaturada, deturpada ou entendida como uma mera capacidade de se ter ereção e ejacular, no caso do sexo masculino, e de se lubrificar e ser penetrada, no caso do sexo feminino. Nas suas palavras, para o homem atual, lamentavelmente, “o abraço genital, ‘dom de Deus’, deu lugar à noção pornográfica de foda, para designar a relação sexual entre um homem e uma mulher”⁹², o que os distanciava da capacidade de eliminar a energia libidinal acumulada. E era essa perda de contato com a potência orgástica que estava impossibilitando a realização dessa função biológica básica do homem:

A experiência clínica mostra que, como resultado da repressão sexual universal, homens e mulheres perdem a capacidade de experimentar a entrega última involuntária. É precisamente essa fase, antes desconhecida de excitação final e de solução da tensão que tenho em mente quando falo em **“potência orgástica”**. Ela constitui a função biológica básica e primária que o homem tem em comum com todos os outros organismos vivos. Toda experiência da natureza deriva dessa função ou do desejo de satisfazê-la.⁹³ [grifo nosso]

Essa semelhança traçada por Reich entre a potência orgástica encontrada nos seres humanos e a sua existência como função biológica básica e primária em todos os organismos vivos, mesmo nos mais distantes da complexidade apresentada pelos humanos, o levou, seguindo os princípios de corrente vegetativa inaugurados por Friedrich Kraus⁹⁴, a realizar estudos sobre a química da angústia e sua relação com o sistema nervoso central; a acompanhar os movimentos plasmáticos em animais unicelulares; e a estudar a resposta das plantas quando provocadas por soluções coloidais eletricamente estimuladas. Com isso, queria buscar uma relação entre essa função biológica comum aos mais variados seres vivos e o ciclo libidinal humano.

⁹¹ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 95-97.

⁹² REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 13.

⁹³ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 99.

⁹⁴ Conceito descrito na obra *Klinische Szyologie: allgemeine und spezielle Pathologie der persons*.

Ao concluir esses estudos, Reich empenhou-se em elucidar a relação entre as fases biofísicas do orgasmo nos seres humanos e essas mesmas fases em outros organismos vivos. Todos eles teriam a capacidade de acumular uma corrente bioelétrica (que seria a libido, em forma física) e, posteriormente, de eliminá-la, mediante um processo equivalente ao orgasmo potencialmente orgástico nos seres humanos.

Reich percebeu que esse ciclo do orgasmo, presente nos humanos e em todos os micro-organismos vivos, era composto por quatro fases: tensão mecânica, carga elétrica, descarga elétrica e relaxação mecânica, que se repetiam ao longo de toda duração da vida.⁹⁵ O que marcaria a renovação desse ciclo inerente à natureza dos seres vivos seria o orgasmo pleno ou com potência orgástica que é capaz de eliminar a libido/energia acumulada e iniciar o processo de descarga elétrica e relaxação mecânica. Essa capacidade de se acumular ou somar energia, para em seguida descarregá-la ou subtraí-la do corpo, levou Reich a chamar o estudo desses ciclos de “economia sexual”, que ele definiu deste modo:

A teoria da economia sexual e a sua investigação dos fenômenos da vida pode ser definida em poucas palavras.

A saúde psíquica depende da potência orgástica, i. e., do ponto até o qual o indivíduo pode entregar-se, e pode experimentar o clímax de excitação no ato sexual natural. Baseia-se na atitude de cunho não neurótico da capacidade do indivíduo para o amor. As enfermidades psíquicas são o resultado da perturbação da capacidade natural de amar. No caso da impotência, de que sofre a esmagadora maioria, ocorre um bloqueio da energia psicológica, e esse bloqueio se torna a fonte de ações irracionais. A condição essencial para curar perturbações psíquicas é o restabelecimento da capacidade natural de amar. Depende tanto de condições sociais como psíquicas.⁹⁶

⁹⁵ Cf. REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 244. A existência desse ciclo em todos os seres vivos e sendo ele presente inclusive no processo de reprodução celular fez com que Reich usa-se a expressão “fórmula da vida” como sinônimo de “fórmula do orgasmo”, pois, sem o mesmo, não haveria vida saudável.

⁹⁶ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 15-16.

Com isso, podemos observar que, ao longo da vida, teríamos uma produção biológica natural de uma energia psíquica que poderia ser quantificada, tal como Freud afirmava em seus trabalhos iniciais a respeito da libido. E a lógica de acumulação e eliminação completa dessa energia seria a responsável por uma vida psíquica saudável, sem neuroses ou psicoses. Qualquer limitação, moral ou social, à completa satisfação desse ciclo sexual da libido tem efeitos imediatos e diretos na vida psíquica dos seres humanos. Nas suas palavras, Reich afirma:

A causa imediata de muitos males assoladores pode ser determinada pelo fato de que o homem é a única espécie que não satisfaz à lei natural da sexualidade. (...) Essa negação, por sua vez, é expressão e consequência de perturbações psíquicas e somáticas da atividade vital.

Isso quer dizer muito ao mesmo tempo, e parece quase “simples demais”. Essa “simplicidade” constitui o segredo que alguns percebem no meu trabalho (...). Tenho grande esperança de persuadir o leitor da ausência de qualquer mágica. Ao contrário, minha teoria é apenas um conhecimento humano gerado, embora não admitido, do funcionamento da vida.⁹⁷

Segundo Reich, o simples desvio dessa função natural, representada por esse ciclo, gera uma mudança na estrutura psíquica das pessoas. Ou seja, o desrespeito a esse aspecto biológico de acumulação de energia e posterior eliminação plena da libido acumulada, somatiza-se em neuroses nos indivíduos. Câmara aborda este tema da seguinte maneira:

Os transtornos da potência orgástica podem fazer dos indivíduos seres angustiados, na medida em que a realização sexual não é plena em virtude da estase sexual. Este desequilíbrio energético – acúmulo energético – é acompanhado por conflitos entre a pulsão do id e a moralidade ditada pelo superego. Tais conflitos, somados ao desequilíbrio energético, produzem sintomas. Neste sentido, o sintoma é a “resolução patológica do conflito”.⁹⁸

⁹⁷ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 18.

⁹⁸ CÂMARA, Marcus V. A. *Reich, o descaminho necessário: introdução à clínica e à política reichianas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 61.

Os transtornos da potência orgástica, ou seja, impossibilidade de se atingir o orgasmo pleno, tal como descrito por Reich, e eliminar a libido, impedem que o indivíduo atinja a fase madura da libido, com o primado genital. Isso coloca o impotente orgasticamente em uma das fases anteriores, quais sejam, oral, anal e fálica, não compatíveis com uma descarga completa da energia acumulada, pois, segundo Reich, somente o orgasmo sob o primado da genitalidade poderia produzir esse alívio completo. Desse modo, diante de uma angústia que só tende a aumentar, por conta dessa energia não descarregada que afronta o ciclo natural dos seres vivos, as perturbações psíquicas tornam-se mais graves.

Com este desenvolvimento completo da teoria da libido, Reich passou a anexar à sua atividade clínica a busca por liberar essa energia bloqueada dos pacientes, tentando fornecer ferramentas para que eles conseguissem um melhor envolvimento com seus parceiros sexuais e, assim, suas relações possibilitassem a regulação do ciclo biológico da libido. Cabe salientar que ele mantinha, paralelamente, o já estabelecido método psicanalítico de trazer ao consciente matérias reprimidas, interpretando-se os sonhos e as livres associações objetivas. Reich só acrescentou outras medidas que pudessem ajudar não só na cura das neuroses, mas também na profilaxia das mesmas.

2.2 O encorajamento

A principal técnica terapêutica da psicanálise chamada de livre interpretação das associações objetivas, em inúmeros casos, mostrava-se limitada, curvando-se às resistências apresentadas pelos pacientes. Era uma importante limitação, que não passava despercebida aos olhos de Reich. Ele notava que de nada adiantava analisar o material trazido às sessões pelos pacientes se antes não fossem atacadas as resistências, que modulariam esse material. Dissolver essas resistências tornou-se, então, de suma importância para Reich.

O interesse de Reich em superar as resistências apresentadas pelos pacientes fez com que, após assumir a direção do Seminário de Viena para Terapia Analítica⁹⁹, direcionasse as

⁹⁹ Em setembro de 1922, foi fundado um seminário técnico com a aprovação de Freud para se discutir os principais problemas da prática terapêutica. Reich assumiu a direção do seminário em 1924 e ficou no cargo até 1930. Durante todo esse período direcionou os estudos para as análises das resistências apresentadas pelo paciente.

apresentações e os temas dos seminários para esse desafio. Nas conclusões destes estudos, Reich encontrou alguns erros na técnica de interpretação realizada até aquele momento pelos psicanalistas e descreveu as mais frequentes falhas terapêuticas da seguinte maneira:

1) *interpretação prematura* do significado dos sintomas e de outras manifestações do inconsciente profundo, particularmente dos símbolos. Compelido pelas resistências que permaneceram ocultas, o paciente consegue obter o controle da análise e somente quando já é tarde demais o analista percebe que está andando em círculos;

2) interpretação do material na sequência em que é oferecido, sem a devida consideração pela estrutura da neurose e pela estratificação do material. O erro consiste no fato de se fazerem interpretações simplesmente porque o material surgiu claramente (*interpretação assistemática do sentido*);

3) a análise fica emaranhada não só porque as interpretações são disparadas em todas as direções, mas também porque isso é feito antes de se tratar da resistência principal. O erro aqui é que a interpretação do significado precede a interpretação da resistência. A situação torna-se ainda mais confusa na medida em que as resistências logo se enredam na relação com o analista; portanto, a *interpretação assistemática das resistências* também complica a situação de transferências;

4) a interpretação das resistências transferenciais não é apenas assistemática, mas também *inconsistente*, isto é, dá-se pouca atenção ao fato de o paciente ter tendência de esconder sob nova forma suas resistências ou, mais especificamente, de mascará-las por meio de realizações estéreis ou de formações reativas agudas. As resistências transferenciais latentes em geral não são notadas ou teme-se revelá-las e segui-las de modo consistente quando estão escondidas – qualquer que seja sua forma.¹⁰⁰

¹⁰⁰ REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 38.

Constatadas essas falhas no processo interpretativo das associações objetivas, Reich estabelece uma regra básica para a prática terapêutica, que teria o condão de impedir a ocorrência de todos esses descaminhos da interpretação das associações objetivas e dos sonhos noturnos. A regra era: não se deve “fazer interpretação do sentido, quando ainda não há interpretação da resistência”, pois, caso se interprete o sentido das associações objetivas antes da resistência, “o paciente aceitaria a interpretação por motivos relacionados com a transferência, caso em que depreciará inteiramente sua importância”.¹⁰¹ Assim, antes de se chegar às matérias reprimidas, deve-se mostrar ao paciente que ele está resistindo, evidenciando o “como” se exterioriza sua resistência (latente ou manifesta¹⁰²) do caráter, ou seja, destacam-se as defesas apresentadas¹⁰³ pelo paciente, para o mesmo.

Nos estudos sobre as resistências, Reich também destaca um ponto que não era considerado pela psicanálise até aquele momento. O analista deveria interpretar não apenas o exposto em forma de palavras e ideias pelo paciente, mas também a natureza dos silêncios e repetições, o modo como se porta durante a análise, seja por meio de expressões faciais ou pelo modo como se deita no divã ou como gesticula ao longo de suas exposições.¹⁰⁴ Nas palavras de Reich:

Não é apenas *o que* o paciente diz, mas *como* o diz que deve ser interpretado. Frequentemente os analistas se queixam de que a análise não está progredindo, de que o paciente não está produzindo nenhum “material”. O que habitualmente se entende por “material” é simplesmente o conteúdo das associações e comunicações. Mas a natureza do silêncio ou das repetições estéreis do paciente é também material a ser usado a fundo. Raramente, há uma situação em que o paciente não produz *algum* material, e temos de atribuir a culpa a nós mesmos se não pudermos fazer uso do próprio comportamento dele como material.¹⁰⁵ [grifo do autor]

¹⁰¹ REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 40.

¹⁰² “O que é uma ‘resistência latente’? São atitudes do paciente que não se manifestam de modo direto e imediato (resistência manifesta), isto é, em forma de dúvida, desconfiança, lentidão, silêncio, teimosia, apatia, etc., mas indiretamente no desempenho analítico. Docilidade excepcional ou ausência completa de resistências manifestas são indicativos de uma resistência passiva escondida e, por isso, muito mais perigosa. Trato de atacar tais resistências tais resistências latentes assim que as distingo, e não hesito em interromper o fluxo de informações quando aprendi tudo o que é necessário para compreendê-las. Porque a experiência ensina que se perde o efeito terapêutico das comunicações analíticas enquanto há resistências não dissolvidas”. REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 41.

¹⁰³ “(...) entende-se caráter o modo de existir específico de uma pessoa; e por defesas, aquilo que constitui a blindagem do caráter que serve, por um lado, de proteção contra os estímulos externos e, por outro lado, manifesta-se como meio de controlar a libido”. CÂMARA, Marcus V. A. *Reich, o descaminho necessário: introdução à clínica e à política reichianas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 63.

¹⁰⁴ REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 57.

¹⁰⁵ REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 57.

Assim, Reich mostra que o terapeuta deve analisar o paciente não apenas pelas idealizações que ele faz, mas também pelo seu comportamento, para que consiga desarmar essa defesa resistiva, liberando a angústia da libido, que fica armazenada nesse caráter rígido que se apresenta como defesa frente ao mundo exterior.

Analisando uma pluralidade de casos e as reiteradas manifestações de defesa do caráter, Reich percebeu nelas certos padrões e criou certos tipos básicos. Estes tipos seriam modelos de caráter que, embora não sejam plenamente encontrados na prática, serviriam de padrões para mapear o paciente, quais sejam: caráter neurótico e caráter genital.

Na sociedade, os indivíduos aproximam-se de um ou outro modelo, preenchendo a área intermediária entre os tipos. Sobre eles, Alysson Mascaro escreve:

Postula Reich a existência de dois grandes modelos do caráter, que denomina caráter neurótico e caráter genital. O primeiro revela-se como uma postura sistematicamente repressiva, que se haure dos dísticos da autoridade, da normatização, portanto associada ao histórico de má-formação da figura moderna, o que remete imediatamente às formas do conflito edipiano. O superego é a esfera em torno da qual se constrói o caráter neurótico. Por essa razão o prazer e a vida genital estão reprimidas e afastadas do caráter neurótico. O caráter genital é aquele que se afirma positivamente, não como castração ao sexo, mas sim como sua madura expressão. O caráter genital abre-se ao id de maneira natural. Enquanto no caráter neurótico o conflito entre id e superego é exponenciado, no caráter genital, postula Reich, essa tensão é reduzida, quiçá anulada.¹⁰⁶

Na descrição, feita por Mascaro, existe, de pronto, a relação dos tipos de caráter com a topografia da psique, estabelecendo as relações dos tipos com o superego, ego e o id, das quais trataremos um pouco mais adiante; por hora, nos interessa saber como se dá a formação desses modelos, como se concretiza o estabelecimento desses modelos-padrões.

¹⁰⁶ MASCARO, Alysson L. B. *Utopia e Direito: Ernst Bloch e a Ontologia Jurídica da Utopia*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 64.

A formação do caráter se dá, segundo a teoria analítica do caráter, como um “produto do choque entre os impulsos naturais da criança e as frustrações impostas a elas por uma educação repressiva”¹⁰⁷, o que em termos mais técnicos pode ser traduzido como resultado:

(...) das relações do EGO com o ID e do EGO com o mundo exterior. Quando as forças internas (ID) ou externas (contexto social) tornam-se muito poderosas, o EGO “endurece” e forma uma blindagem para se proteger dos respectivos “ataques”. Esta rigidez do EGO é a base onde está assentada uma forma específica de reação ou defesa contra a angústia: a blindagem do caráter, que é circunscrita, cultural e ideologicamente, a uma determinada época.¹⁰⁸

O caráter, portanto, seria um mecanismo de defesa que o indivíduo desenvolveria para enfrentar as agressões oriundas da nossa atual ordem econômica e moral opressora, que se opõe à busca instintiva da satisfação da libido. Assim, as respostas espontâneas do indivíduo seriam suprimidas por essas respostas automáticas, consolidadas como mecanismo de defesa do caráter. Essa automatização das respostas foi definida por Reich como um enrijecimento do aparelho psíquico, que ensejaria um encouraçamento do indivíduo dentro dessas condutas irracionais, mantidas somente para defender o indivíduo do mundo exterior e para impedir os instintos naturais do id de aflorarem:

O caráter consiste numa mudança crônica do ego que se poderia descrever como um enrijecimento. Esse enrijecimento é a base real para que o modo de reação característico se torne crônico; sua finalidade é proteger o ego dos perigos internos e externos. Como uma formação protetora que se tornou crônica, merece a designação de 'encouraçamento', pois constitui claramente uma restrição à mobilidade psíquica da personalidade como um todo. (...) Contudo, a própria couraça deve ser considerada flexível. Seu modo de reagir procede sempre de acordo com o princípio do prazer e do desprazer. Em situações de desprazer a couraça se contrai; em situações de prazer ela se expande. O grau de flexibilidade do caráter, a capacidade de se abrir ou de se fechar ao mundo exterior, dependendo da situação, constitui a diferença entre uma estrutura orientada para a realidade (genital) e uma estrutura de caráter neurótico.¹⁰⁹

¹⁰⁷ BOADELLA, David. *Nos caminhos de Reich*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985, p. 50.

¹⁰⁸ CÂMARA, Marcus V. A. *Reich, o descaminho necessário: introdução à clínica e à política reichianas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, pp. 64-65.

¹⁰⁹ REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 151.

Esse enrijecimento, oriundo dos conflitos entre realidade e impulsos de prazer, tem o seu nascimento na superação do complexo de Édipo, que traz a frustração dos desejos sexuais incestuosos e a frustração real dos desejos, nas atuais condições¹¹⁰ de ontogênese. Essa modificação do ego pode, por exemplo, ensejar uma timidez, mas isso não é suficiente para manter o recalque. O ego precisa se fortalecer e enrijecer-se e constituir uma defesa, rápida e automática e, muitas vezes, também, irracional, para que a matéria reprimida não seja resgatada. Todavia, com a impossibilidade de satisfação das pulsões libidinais, que continuam a ser reprimidas ao longo da formação do indivíduo, a angústia aumenta em conjunto com a insatisfação libidinal e também precisa ser controlada pelo ego, o que também acaba por levar a um enrijecimento desta couraça, o que é agora explicado por Reich:

A couraça de caráter forma-se como resultado crônico de choque entre exigências pulsionais e um mundo externo que frustra essas exigências pulsionais. Sua força e contínua razão de ser provêm dos conflitos existentes entre a pulsão e o mundo externo.

(...)

Essencialmente, o enrijecimento do ego por necessidade econômico-libidinal ocorre com base em três processos:

- 1) identifica-se com a realidade frustrante, personificada pela imagem da principal pessoa repressiva;
- 2) volta contra si mesmo a agressão que mobilizou contra a pessoa repressiva e que também produziu angústia;
- 3) desenvolve atitudes reativas contra os empenhos sexuais, isto é, utiliza a energia desses empenhos para servir a seus próprios objetivos, que é o de evitá-los.¹¹¹

¹¹⁰ Analisando os estudos de Malinowski, vemos que mesmo a existência do complexo de Édipo e as repressões à sexualidade infantil se apresentam de maneira diferente daquela encontrada em nosso princípio da realidade.

¹¹¹ REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 153.

Assim, levando em conta a instância psíquica, as pulsões reprimidas e a época em que o processo supracitado foi definido teremos a qualidade final do caráter do indivíduo, que será determinado quantitativamente pela economia da libido e qualitativamente pela conclusão das fases da libido que o indivíduo passou, ou seja, se chegou ao primado genital da libido, superando as fases oral, anal e fálica, visto que a potência orgástica só é atingida por aqueles que atingiram o primado da genitalidade.

Com isso, surgem algumas questões: o que levaria os indivíduos a se posicionarem mais próximos de um tipo-modelo de caráter do que de outro? O que traria a mobilidade e expansibilidade do caráter genital e o que ocasionaria o bruto enrijecimento do caráter neurótico? Reich responde a essa pergunta da seguinte maneira:

Se o encouraçamento do caráter excede um certo grau; se utilizou principalmente moções pulsionais que em circunstâncias normais servem para estabelecer contato com a realidade; se a capacidade de satisfação sexual foi por meio disso fortemente restringida – então existem todas as condições para a formação do caráter neurótico. Se compararmos a formação e estrutura do caráter de homens e mulheres neuróticos com as relativas aos indivíduos capazes de trabalhar e amar, chegaremos a uma diferença qualitativa entre as maneiras como o caráter lida com a libido. Há meios adequados e inadequados de se assimilar a angústia. A satisfação orgástica genital da libido e a sublimação *provam ser protótipos de meios adequados; todos os tipos de satisfação pré-genital e de formações reativas provam ser inadequados. Essa diferença qualitativa é também expressa quantitativamente. O caráter neurótico sofre uma crescente estase da libido precisamente porque seus meios de satisfação não são adequados às necessidades do aparelho pulsional; ao passo que o caráter genital é governado por uma firme alternância entre tensão e satisfação adequada da libido. Em resumo, o caráter genital está de posse de uma economia da libido regulada. O termo “caráter genital” justifica-se pelo fato de, com a possível exceção de casos incomuns, apenas o primado genital e a potência orgástica – ela própria determinada por uma estrutura do caráter especial – em contraste com todas as outras estruturas libidinais, garantirem uma economia da libido regulada.*¹¹² [grifo do autor]

¹¹² REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 171.

Neste ponto, os conceitos de potência orgástica e economia sexual, desenvolvidos anteriormente por Reich, tiveram sua conexão estabelecida. A essência do caráter flexível, harmonioso com o ambiente exterior, racional e com plena capacidade de amar, era o respeito às ideias desenvolvidas a partir da teoria da libido, que resultaram na fórmula do orgasmo e que basearam a economia sexual. As semelhanças entre os conceitos de potência orgástica e caráter genital eram tantas que Reich passa a usar a expressão “caráter genital”, como sinônimo de potência orgástica. Ou seja, quanto mais equilibrada era a capacidade de o indivíduo satisfazer a libido, mais próximo ele estava do caráter genital.

É de se destacar a diferença entre a compreensão do mundo desenvolvida pelo caráter genital, que apresenta elasticidade emocional e a racionalidade desenvolvida diametralmente oposta da desenvolvida pelo indivíduo com caráter enrijecido, que era reativo e irracional e sempre em constante guerra contra a angústia interna e as pulsões não satisfeitas que só se mantinham reprimidas graças a esse enrijecimento. Essas características também influíam em uma espécie de padrão de comportamento dos diferentes tipos:

Havia contrastes similares entre o pensamento do caráter neurótico e o do caráter genital. Enquanto que o primeiro era propenso ao pensamento estereotipado, à racionalização e a certas “idéas fixas”, o segundo revelava uma capacidade bem resolvida para agir e reagir racionalmente. Por estar em contato total com a sua subjetividade, era capaz de reagir com objetividade. Enquanto o neurótico percebia seu mundo através da rede limitada de atitudes de caráter, o caráter genital tinha a capacidade de estabelecer contatos imediatos naturais com seu ambiente, bem como com seus impulsos.¹¹³ [grifo nosso]

Essa diferença, expressada na conduta dos indivíduos, era decorrência das modificações que também ocorriam no âmbito da topografia da psique dos indivíduos, conforme fosse maior ou menor o grau de enrijecimento, ilustrado pelos modelos de caráter genital e de caráter neurótico.

¹¹³ BOADELLA, David. *Nos caminhos de Reich*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985, p. 49.

O id, do indivíduo que possuía o caráter neurótico, não consegue descarregar sua libido de forma livre, em forma de um orgasmo pleno e também não é capaz de sublimar culturalmente sua libido que está presa às fases pré-genitais. Já o id do caráter genital não é recalcado, consegue sublimar uma parte da libido culturalmente, enquanto a maior parte dela é descarregada no orgasmo sexual pleno. A estrutura do superego também é diferenciada, o caráter genital tem um superego afirmativo da sexualidade, o que o coloca em um alto grau de harmonia com o id, enquanto o superego do caráter neurótico tem na negação sexual sua natureza, opondo-se ao id. Esses elementos terminam por criar na estrutura do caráter neurótico um ego também neurótico que é extremamente ascético ou quando consegue satisfazer-se culturalmente ou sexualmente é dominado por um sentimento de culpa, que o distancia de qualquer possibilidade de satisfação libidinal completa; já o ego do caráter genital, constituído em harmonia com o id e apoiado em um superego afirmativo da sexualidade, possui uma economia sexual harmônica e é isento de neuroses.

Como vimos, a estrutura topográfica apresenta características distintas entre os caracteres-modelo, e essas características diferentes tinham efeitos manifestos também no modo como se expressava o pensamento desses modelos antagônicos.

A maioria esmagadora da população estava sujeita às características do caráter neurótico, o que Reich já havia notado clinicamente e o que também poderia ser deduzido a partir do padrão de educação sexual praticado na Alemanha do início do século XX, que impossibilitava uma economia sexual bem desenvolvida na população. Esse padrão psicológico da população alemã, lastreado em torno desse caráter autoritário neurótico, poderia ser um dos indicadores da guinada à direita que o proletariado e a classe média apresentaram, diante do aumento das propagandas e da exposição dos projetos do partido nazista.¹¹⁴

¹¹⁴ Esses assuntos serão tratados com especificidade no próximo capítulo.

O conhecimento apresentado até aqui da psicanálise reichiana já nos autorizaria a estabelecer o ponto de encontro da dominação econômico-moral capitalista com a estrutura de caráter, com base nos estudos sociais de Reich. Todavia, por motivos didáticos e de coerência textual, continuaremos a descrever os avanços de Wilhelm Reich no tratamento dos seus pacientes, de tal modo que, neste capítulo, abordaremos toda a base de tratamento ligada à psicologia e a terapêutica reichiana, para que, depois, possamos tratar exclusivamente dos estudos sociais, estabelecendo as bases para, no capítulo final, resgatarmos os postulados jurídicos do autor.

2.3 A couraça muscular, os bions e o orgone

Os estudos desenvolvidos para se chegar à “fórmula da vida”¹¹⁵, à análise do caráter e também a formação médica de Reich foram cruciais para que ele pudesse descobrir as relações entre os aspectos psicológicos e fisiológicos dos casos clínicos tratados. Mas essas relações psicossomáticas já estavam surgindo junto com os estudos citados, de modo que se concretizaram como decorrência natural de seu trabalho.

Nos estudos para se chegar ao conceito de potência orgástica e à formula da vida, traduzida no ciclo de tensão mecânica, carga elétrica e descarga elétrica, seguido de relaxação, Reich já constatava os efeitos fisiológicos que a libido (apresentada e teorizada por Freud) possuía na estrutura corporal, mostrando já uma ligação entre o psíquico e o fisiológico, o somático e o emocional.

Podemos dizer o mesmo dos estudos feitos sobre a análise do caráter, em que os analistas, além de observarem as ideias trazidas pelo paciente e exteriorizadas, deveriam também analisar o comportamento do paciente e o modo como ele se apresentava fisicamente na sessão. Pois assim poderiam descobrir as resistências e superar a possibilidade de interpretar material distorcido. Com efeito, aqui, Reich também já está considerando manifestações corporais em conjunto com a interpretação psíquica.

¹¹⁵ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 244.

E, por fim, temos sua origem na medicina, como psiquiatra, que lhe dava naturalidade e capacidade técnica para conhecer e interpretar as manifestações físicas e corporais das angústias, neuroses e tensões, constantemente encontradas na prática clínica.

Lastreado nesses variados vasos comunicantes entre os conhecimentos psicanalíticos e suas manifestações corporais, Reich passou a analisar certos padrões nos sintomas corporais apresentados por seus pacientes. Os que se aproximavam do caráter neurótico, possuindo uma couraça enrijecida e inflexível, apresentavam em seu organismo certos pontos de rigidez muscular, enquanto aqueles que apresentavam um caráter genital possuíam uma estrutura muscular flexível e homogênea, sem pontos de rigidez.

Surge assim, um novo objeto de investigação: qual a relação entre a couraça de caráter e a couraça muscular? A relação entre o campo psicológico e o somático, entre a repressão que é feita e o como ela é feita:

Isso faz com que uma parte do trabalho seja desviado dos campos psicológicos e caractereológicos para a dissolução imediata da couraça muscular, onde quer que apareça, não é um “resultado”, uma “expressão” ou um “acompanhante” do mecanismo de repressão. (...) Até agora, a psicologia analítica se dedicou apenas *ao que* a criança anula e aos motivos que a levam aprender a controlar as suas emoções. Não *pesquisou o modo* pelo qual as crianças habitualmente lutam contra os impulsos. É precisamente *o processo fisiológico de repressão* que merece a nossa maior atenção.¹¹⁶ [grifo do autor]

E este modo pelo qual o indivíduo faz a repressão envolve, segundo Reich, uma determinada região funcional do organismo, não envolvendo um músculo, mas uma série deles que estão ligados a uma atividade funcional.¹¹⁷ O corpo, para defender-se da angústia gerada, cria uma defesa. Reich ilustra:

(...) por exemplo, o impulso de dar uma cabeçada no estômago de alguém e a inibição desse impulso podem estar contidos em uma atitude de inclinação de cabeça. O conflito entre impulso e defesa com o qual estamos tão familiarizados no campo psíquico, tem uma correlação direta no campo fisiológico.¹¹⁸

¹¹⁶ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 254-255.

¹¹⁷ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 256.

¹¹⁸ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 275.

Os espasmos musculares, que formam a couraça muscular, cumprem exatamente esta função descrita acima, são defesas criadas de modo autômato pelo organismo, para que este resista aos embates do mundo exterior e da energia libidinal não liberada. Os espasmos musculares formam-se como um modo de reduzir a energia circulante, impedindo-a de cumprir seu trânsito pelo corpo, reduzindo também a angústia. Ou seja, são uma defesa do próprio corpo em relação a esse excesso de energia não dissipada pelo orgasmo pleno. Assim, para Reich, o tratamento do paciente agora deve envolver a normalização desse fluxo de energia, que ele chama de reflexo do orgasmo:

O reflexo do orgasmo consiste precisamente no fato de que uma onda de excitação e de movimento corre do centro vegetativo pela cabeça, pescoço, pelo tórax, pelo abdômen – alto e baixo – para a pélvis e, então, para as pernas. Se essa onda é obstruída, retardada ou bloqueada em algum ponto, o reflexo é rompido.¹¹⁹

Para a libertação desse fluxo de energia contido, que levará a um reflexo de orgasmo pleno, Reich ensina que devemos percorrer dois princípios: descobrir os pontos que possuem essas inibições e em seguida proporcionar a liberação dessa energia contida. Para fazer essa liberação, Reich destacava o papel de uma técnica de respiração, além de certos modos de pressão sobre as áreas que possuíssem os espasmos musculares inibidores do reflexo de orgasmo. Havia sete regiões, de maior importância para a perfeita movimentação da onda funcional energética, que não deveriam impor limitações ao fluxo de energia, quais sejam: ocular, oral, cervical, torácica, diafragmática, abdominal e pélvica. Essa técnica de tratamento foi chamada de vegetoterapia e deveria ser realizada paralelamente à análise do caráter. Nas palavras de Reich:

O tratamento vegetoterapêutico das atitudes musculares é entrelaçado de modo muito bem definido com as atitudes do caráter. Assim, não excluí de modo algum o trabalho da análise do caráter. Completa-o, mais propriamente; em outras palavras, vegetoterapia significa o mesmo trabalho em um estrato mais profundo do sistema biológico. De fato, segundo nossa visão terapêutica, a couraça de caráter e a couraça muscular são funcionalmente idênticas. Haveria boas razões para chamar à vegetoterapia “análise do caráter” no campo do funcionamento biofísico.¹²⁰

¹¹⁹ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 277.

¹²⁰ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 274.

Além da relação da vegetoterapia com a análise do caráter, Reich também buscou encontrar a relação entre o reflexo de orgasmo e a função do orgasmo e, tal como fez quanto ao ciclo do orgasmo, passou a pesquisar a existência do reflexo do orgasmo em outras formas de vida, em especial nas mais simples. Ao analisar certas espécies de protozoários, Reich encontrou também a existência desses fluxos de energia (reflexo de orgasmo) semelhantes aos existentes nos humanos e observou também o fluxo em outras formas de vida e na divisão celular, o que o levou também a padronizar esse reflexo de orgasmo como inerente aos seres vivos.¹²¹

Todavia, a maior descoberta que decorreu desses experimentos foi uma forma primitiva de vesícula, que estaria em uma fase de transição entre o orgânico e o inorgânico, que Reich observou surgir nas amostras paralelamente aos protozoários analisados e que, posteriormente, ele passou a conseguir reproduzir com a simples infusão de feno em água, ambos isolados de esporos de protozoários que estivessem presentes no ar, no feno ou na água. Reich observou que este elemento que surgia formava-se, agrupava-se, girava sobre si mesmo de maneira agregada e pulsava. Esse elemento, Reich denominou de Bions, e os definiu da seguinte forma:

Os Bions são formas de transição entre a matéria orgânica e a inorgânica. Eles podem se desenvolver em formas organizadas de vida como protozoários, células cancerígenas, etc. Eles são vesículas cheias de fluídos e carregadas de energia; eles são claramente visíveis somente a 2000x. Bions significa o mesmo que “vesícula de energia”.¹²²

Após observar os elementos, agora denominados vesículas Bions, por vários meses, Reich passou a tentar obtê-las de matérias diversas do feno e observou que elas criavam duas espécies de bions: os maiores que ele chamou de Bions Pa e os menores e em forma de lancetas que ele denominou de bacilos-t (derivado de *tod*, “morte” em alemão). Essa fase dos experimentos é assim descrita por Boadella:

¹²¹ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 288.

¹²² “The bions are forms of transitions from inorganic to organic matter; they can develop into organized living forms such as protozoa, cancer cells, etc. They are vesicles filled with fluid and charged with energy; they are clearly visible only with a 2000x. ‘bion’ means the same as ‘energy vesicle’. REICH, Wilhelm. *Wilhelm Reich, selected Writings: an introduction to orgonomy*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1961, p. 199.

Por volta de 1937 a atenção de Reich voltou-se para certas formas menores que apareceram em suas culturas. Tinham a forma de lanceta e cerca de um quinto do comprimento das vesículas maiores. Enquanto as outras vesículas reagiam positivamente a corantes biológicos (Gram positivo), os corpos em forma de lanceta eram Gram negativos. Nesse momento, Reich começava a estudar a relação entre os tipos de bions. Os maiores, mais compactos em formas de vesículas amebóides, ele denominou de Bions Pa. Os menores em forma de lanceta, chamou-os bacilos-t.

Em pouco tempo foi descoberto que os dois tipos tinham um efeito antitético um sobre o outro. Os bions Pa imobilizam os bacilos-t. Em virtude desse efeito, Reich ampliou alguns experimentos iniciais que havia feito injetando o tipo maior dos bions em tecido animal, onde não havia encontrado nenhum efeito prejudicial”.¹²³

O surpreendente ocorreu quando se injetou bacilos-t em camundongos, que terminaram por morrer em poucas semanas ou a desenvolver um câncer com tumores inflamatórios ou desenvolver células cancerígenas, que permeavam todos os tecidos. Essa descoberta inicial terá grandes implicações quando tratarmos da biopatía do câncer. Mas, no decorrer dessas pesquisas, o fato mais importante foi a descoberta acidental de um novo tipo de bions, os Sapa, que surgiram de uma cultura feita com areia do mar, ao invés da terra, que desenvolvia os bions Pa. Este novo tipo de bions chamou a atenção de Reich, que dedicou muitas horas de estudo a eles, o que lhe causou uma série de lesões nos olhos. Atento a estas reações à exposição aos bions Sapa, Reich passou a fazer experiências em seu próprio corpo, verificando reações epidérmicas a essa espécie de radiação, emanada das amostras de bions Sapa:

Eu tentei, a princípio, testar a radiação da cultura segurando os tubos de teste que os continham, contra a minha palma. Toda vez eu sentia formigamentos (...). Depois disso, eu coloquei uma lâmina de quartzo sobre a pele e colocava um pouco da cultura de SAPA sobre a lâmina e o deixava por cerca de 10 minutos. No local onde a cultura esteve (separada da pele pela lâmina) se desenvolveu um ponto anêmico com margens hiperêmicas.

(...)

¹²³ BOADELLA, David. *Nos caminhos de Reich*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985, p. 146.

Eu percebi que todos objetos metálicos, como tesouras, pinças, agulhas, etc. foram altamente magnetizados.¹²⁴

Nesse momento, Reich convenceu-se de que havia uma radiação emanada daquelas culturas e então preparou dúzias de culturas e colocou-as em seu porão, que quase não permitia a entrada de luminosidade. Ficou observando as culturas por cerca de 2 horas e, isto feito, estas foram suas reações:

Depois de uma ou duas horas, eu podia manifestamente ver a radiação da palma da minha mão, minhas mangas da camiseta e, no espelho, meu cabelo. O azul cintilante era visível, assim como um lento movimento. Um vapor azul acinzentado ao redor do meu corpo e dos objetos do cômodo. Admito que me senti assustado (...). Como aquela radiação parecia permear tudo, eu não sabia como eu poderia me proteger.¹²⁵

Foi então que Reich percebeu que essa energia permeava a tudo, à atmosfera e aos seres vivos, às matérias inorgânicas, certo que com diferentes intensidades, mas “ela estava em todo lugar”¹²⁶ e era essencial para que acontecesse a transição do inorgânico para o orgânico, como por exemplo, no surgimento dos bions. Essa energia foi chamada de “orgone”.

Com o aumento das observações e das experiências, Reich percebeu que determinados materiais tinham a capacidade de atrair e de reter essa energia, o que o levou a construir o que ele denominou de “acumulador de orgone”, uma caixa feita de lã animal e metais que tinha uma grande capacidade de acumular a energia orgone em seu interior.

¹²⁴ “I tried at first to test the culture for radiation by holding the test tubes containing them against my palm. Every time i felt prickling... after that, i put a quartz slide on the skin, put some SAPA culture on it, and left it for about 10 minutes. On the spot where the culture had been (separated from the skin by the slide) there developed an anemic spot with hyperemic margin.

(...)

I noticed that all metal objects, such as scissors, pincers, needles, etc. Were highly magnetic. REICH, Wilhelm. *Wilhelm Reich, selected Writings: an introduction to orgonomy*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1961, pp. 204-205.

¹²⁵ “After one or two hours, i could distinctly see a radiation from my palm, my shirtsleeves and, in the mirror, my hair. The blue glimmer was visible as a slowly moving, gray-blue vapor around my body and around objects in the room. I admit that i felt frightened. (...) Since de radiation seemed to pervade everything, i did not know how i could protect myself.” REICH, Wilhelm. *Wilhelm Reich, selected Writings: an introduction to orgonomy*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1961, p. 206.

¹²⁶ REICH, Wilhelm. *Wilhelm Reich, selected Writings: an introduction to orgonomy*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1961, p. 205.

Reich, na fase de descoberta dos bions, havia realizado uma infusão, com material retirado de uma verruga, que possuía na boca, que gerou um percentual alto de bacilos-t. Sabendo disso, buscou descobrir a reação que sua verruga teria a uma exposição à radiação orgone. Para a surpresa do pesquisador, a verruga e seus bacilos-t sumiram levando-o a associar essa energia a uma capacidade de eliminar os bacilos-t e seus efeitos no organismo. A ligação com a experiência de injetar os bacilos-t nos camundongos, que desenvolveram tumores inflamatórios e células cancerígenas e a capacidade da energia orgone de eliminar bacilos-t foi imediata.

Reich, então, passou a fazer uso do “acumulador de orgone” em pacientes com câncer, em conjunto com os conhecimentos sobre a fórmula do orgasmo, a análise do caráter e a vegetoterapia que proporcionou considerável sobrevida aos pacientes. Este tratamento tem relação com a origem psicossocial que Reich creditou à biopatía do câncer:

Meus pacientes de câncer aguçaram minha atenção para o que estive observando durante os últimos vinte e quatro anos, a devastação dos distúrbios sexuais. *Não havia como escapar desse fato, por mais que eu tentasse: o câncer é a putrefação dos tecidos que ocorre enquanto o corpo ainda está vivo e é causado pela privação de prazer no organismo.*¹²⁷ [grifo do autor]

Reich concluiu que o câncer não era uma doença em si (pois não tinha os atributos de um causador de mal-estar físico), mas sim um sintoma da constante incompatibilidade entre o princípio do prazer e o princípio da realidade (em parte garantido pela estrutura jurídica), que afetava a humanidade ao ofender os ciclos mais inerentes à natureza dos homens, tal como o ciclo do orgasmo. Sobre isso, ele escreveu:

O aumento enorme das biopatias (tal como o câncer) é, portanto, uma expressão simples da discrepância entre o desejo de uma vida sexual e a incapacidade para essa vida sexual. O desejo de viver cresceu enormemente, porém o aumento da capacidade de viver (potência sexual, capacidade de ser responsável, autorregulação, e assim por diante) não cresceu de modo correspondente. A conclusão não é que o anseio de vida deveria ser reduzido, mas que *se deve estabelecer no organismo humano uma capacidade estrutural de viver que acompanhe o ritmo das exigências da vida.* É uma tarefa essencialmente educacional e social, não médica.¹²⁸ [grifo do autor]

¹²⁷ REICH, Wilhelm. *A biopatía do câncer*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 414.

¹²⁸ REICH, Wilhelm. *A biopatía do câncer*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 426.

Por isso, para ele, o tratamento desses pacientes que sofriam com os sintomas cancerígenos não deveria envolver somente a retirada dos tumores com incisões cirúrgicas invasivas, mas também variados tratamentos que atingissem a origem desses tumores, qual seja, o represamento do prazer no organismo.

Reich não se restringiu a buscar a cura dos pacientes, procurava também um modo de combater e transformar as raízes sociais que ensejavam a repressão dos impulsos libidinais. Nessa questão se opôs ou recomendou modificações em institutos jurídicos, pois estes eram fundamentais para a manutenção desse sistema repressivo que mantinha as biopatias.

O direito cruzou o caminho de Reich também quando este realizou a aplicação da energia orgone em pacientes com câncer, o que o colocou em face do aparelho jurídico estatal que, na primeira oportunidade, o repreendeu pelas suas experiências, o que ensejou um processo formal e possibilitou que ele questionasse alguns aspectos jurídicos que ainda serão debatidos nesse trabalho.

É de se destacar a capacidade desse pesquisador em relacionar os conhecimentos técnicos médicos, psicanalíticos e suas demais descobertas terapêuticas com o todo social, fazendo interessantes análises em torno da formação social, da origem da repressão sexual e social e de modos para combater essas disfunções sociais que criam os caracteres patogênicos.

Com efeito, uma análise abrangente dos estudos de Wilhelm Reich deve destacar os estudos sociológicos elaborados pelo mesmo. Até porque, segundo Reich, “a satisfação sexual e a sublimação, únicas soluções válidas para as neuroses e os seus equivalentes, dependem também do meio socioeconômico” e sem ele a “margem de manobra do trabalho psicanalítico vê-se consideravelmente restringida”.¹²⁹ Assim, passaremos agora a esse aspecto de sua produção intelectual, para compreender como ele explicou a repressão social e a incompatibilidade entre a sociedade autoritária e a formação natural saudável dos seres humanos.

¹²⁹ REICH, Wilhelm. *Psicopatologia e sociologia da vida sexual*. São Paulo: Global, 1977, p. 261

3. A COMPREENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DE REICH

Neste momento, passaremos a analisar como Reich utilizou o seu ferramental teórico, predominantemente ligado à psicanálise, para interpretar as estruturas de dominação social, analisando, com especial ênfase, os aparelhos ideológicos que determinam uma postura submissa nas massas de sua sociedade, destacando, num primeiro momento, um Reich que usava seu aparato para a promoção de um projeto socialista para, em seguida, analisarmos as modificações que ensejaram o seu projeto de Democracia Natural do Trabalho.

3.1 A viabilização da revolução proletária

Ao começar a tratar da mercadoria, em sua obra de maior envergadura científica, Karl Marx descreve-a como sendo um objeto cuja propriedade é capaz de satisfazer necessidades humanas de qualquer espécie, salientando que essas necessidades se originam no estômago ou na fantasia¹³⁰, não acrescentando relevância maior a uma ou a outra, apesar de a segunda não existir sem a primeira.

Reich, opondo-se aos marxistas economicistas e mecanicistas de seu tempo, que nortearam teoricamente o enredo da II e da III Internacional, destacava o papel que as instâncias da superestrutura desempenhavam na formação da ideologia das massas, evidenciando que somente as necessidades oriundas do estômago não eram capazes de levar as massas a uma luta pela sua emancipação. Ao tratar da ineficácia do determinismo econômico, Reich exemplifica:

Ora, este marxismo comum afirmava que uma crise econômica como a de 1929-1933 tinha uma tal proporção que conduziria *necessariamente* a uma orientação ideológica esquerdista das massas por ela atingidas. Enquanto, mesmo depois da derrota de janeiro de 1933¹³¹, se continuava a falar de um “ímpeto revolucionário” na Alemanha, a realidade mostrava que a crise econômica, em vez de provocar a esperada virada para a esquerda na ideologia das massas, conduzia a uma extrema virada para a direita na ideologia das camadas proletárias da população. Disso resultou uma

¹³⁰ MARX, Karl. *O Capital*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985, p. 45.

¹³¹ Ano da eleição que consagrou a ascensão do Partido Nazista na Alemanha.

clivagem entre a base econômica, que pendeu para esquerda e a ideologia de largas camadas da sociedade, que pendeu para a direita.¹³² [grifo do autor]

Como exemplificado acima, naquele momento de extrema miséria, quando todos os fatores utilizados pelo marxismo comum indicavam a proximidade de uma revolução proletária, ocorreu justamente o oposto, ilustrando a fragilidade do determinismo econômico, que o marxismo vulgar assumia naquele momento. Reich analisa essa postura da seguinte maneira:

O marxismo comum separa completamente a existência econômica da existência social como um todo e afirma que a “ideologia” e a “consciência” do homem são determinadas *exclusiva e diretamente* por sua existência econômica. Chegou-se assim a uma antítese mecânica entre economia e ideologia, entre “estrutura” e “superestrutura”.¹³³ [grifo do autor]

Essa antítese, desde os estudos a respeito da estrutura do caráter, não fazia sentido para Reich. Por essa razão, passou a se dedicar aos pontos de confluência entre os elementos da estrutura da sociedade e da superestrutura na formação da ideologia, da estrutura psíquica das massas que, como demonstrado pela crise americana e europeia de 1929 a 1933, não estava restrita aos mecanismos econômicos.¹³⁴ A respeito da delimitação epistemológica dessa psicologia política, Reich afirmou:

A nossa psicologia política não poderá ser outra coisa que um estudo do “fator subjetivo da história”, da estrutura do caráter do homem numa determinada época e da estrutura ideológica da sociedade que ela forma. Esta psicologia não se opõe, como a psicologia reacionária e a economia psicologista, à sociologia de Marx, quando lhe sugere uma “visão psicológica” dos fenômenos sociais; pelo contrário, ela reconhece o mérito dessa sociologia que a partir da existência infere uma consciência.

¹³² REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 7.

¹³³ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 14.

¹³⁴ “Depois da vitória da reação política alemã na mais profunda das crises, e depois das experiências do comportamento irracional das massas, a ideologia não pode mais ser considerada um simples reflexo das condições econômicas”. REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 26.

A tese marxista de que o “material” (o existente) se transforma no “ideológico” (consciência) na mente humana, e não o contrário, deixa duas questões para responder: a primeira é *como* acontece isso, o que acontece no cérebro do homem durante esse processo; a segunda refere-se aos efeitos dessa “consciência” assim adquirida (a partir daqui, falaremos estrutura psíquica) sobre o processo econômico.¹³⁵ [grifo do autor]

Na tentativa de suplantar essas lacunas e com base em uma afirmação de Marx em *A ideologia alemã* que diz que “todas as condições e funções humanas, independente de como e quando se apresentem, exercem influência sobre a produção material, agindo sobre ela de maneira mais ou menos determinante”¹³⁶, Reich passa a desenvolver sua pesquisa em busca das relações entre a dominação capitalista e sua manutenção, por meio das instâncias superestruturais que adequam o mecanismo psíquico do homem à mera reprodução da realidade encontrada, pois sabia, após a consolidação da ditadura stalinista na União Soviética, que a mera modificação na estrutura econômica não era suficiente para uma emancipação da classe operária:

A esta altura já deve ter ficado evidente que a nacionalização ou a socialização da produção por si só, em nada pode alterar a escravidão humana. O terreno que se adquire para construir uma casa na qual se pretende viver e trabalhar é apenas uma condição prévia da vida e do trabalho, mas não a vida e o trabalho em si mesmos. Considerar o processo econômico de uma sociedade como a própria essência do processo biossocial da sociedade humana é o mesmo que equiparar o terreno e a casa à educação das crianças, à higiene e o trabalho, à dança e à música. Foi exatamente essa concepção economicista (já severamente combatida por Lênin) que originou o retorno da União Soviética para uma forma autoritária.¹³⁷

Assim, Reich passa a buscar na superestrutura aparelhos que viabilizariam essa estrutura autoritária. Nesse mister, debruçou-se sobre a origem de elementos como a família, o casamento, as classes, a propriedade entrando em contato com as obras de J. Bachofen, L. Morgan, F. Engels e B. Malinowski que analisaram comunidades primitivas descrevendo, com detalhes, suas estruturas sociais, seus relacionamentos sexuais, a distribuição do excedente e a organização produtiva. De todos esses estudos, o que mais se destacou para Reich foi o estudo de Malinowski.

B. Malinowski, etnólogo inglês, realizou uma descrição pormenorizada da vida sexual dos índios que viviam nas ilhas Trobriand, que hoje pertencem à Papua-Nova Guiné,

¹³⁵ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 15.

¹³⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Boitempo: São Paulo, 2007, p. 86.

¹³⁷ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 208.

em uma região que na antropologia é conhecida como Melanésia. Reich o destaca, não somente por seu pioneirismo, mas também por retratar de maneira aprofundada os costumes sexuais daquelas comunidades.

Nessas comunidades das ilhas Trobriand, Malinowski encontrou e retratou em seus livros uma sociedade matriarcal em que as limitações morais e sexuais inerentes às sociedades patriarcais eram quase inexistentes e até mesmo as crianças desfrutavam dessa liberdade, inclusive no plano sexual. Vejamos a descrição de Malinowski:

A liberdade e a independência da criança estendem-se também à esfera sexual. Em primeiro lugar as crianças ouvem falar muito de coisas relacionadas com a vida sexual dos mais velhos e, inclusive assistem frequentemente a algumas de suas manifestações. (...) Nenhuma precaução especial é tomada para impedir que as crianças assistam como testemunhas oculares às relações sexuais de seus pais. Permite-se a crianças de tenra idade ouvir conversas em que se fala abertamente de coisas sexuais, e elas entendem perfeitamente o que está sendo abordado(...).

Meninos e meninas têm muitas oportunidades de instruir-se sobre sexo sem sair do círculo dos seus camaradas. As crianças se iniciam umas às outras nos mistérios da vida sexual e isso de maneira direta e prática, e desde a mais tenra idade. Uma existência amorosa prematura tem início, entre eles, muito antes de estarem realmente capacitados a realizar o ato sexual. Entregam-se a brincadeiras e passatempos que lhes permitam satisfazer sua curiosidade no tocante ao aspecto e à função dos órgãos genitais e que, ao que parece, lhes proporcionam, de quebra, certo prazer. A manipulação dos órgãos genitais e perversões secundárias, tais como a estimulação oral dos mesmos, constituem formas típicas de divertimento. O que se conta é que os menininhos e as menininhas são muitas vezes iniciados por seus companheiros um pouco mais velhos, que lhes permitem assistir a seus próprios folguedos amorosos. Como não se veem coibidos pela autoridade dos adultos, nem por qualquer código moral, é unicamente o grau maior ou menor de curiosidade, de sua maturidade e de seu “temperamento” ou sensualidade que determina a intensidade com que se entregam às distrações sexuais.

A atitude dos adultos, e até mesmo a dos pais, em relação a essas brincadeiras infantis é a de uma completa indiferença ou então de satisfação: consideram-nas naturais e não veem nenhum motivo para intervir nas mesmas ou repreender as crianças por sua causa.¹³⁸

¹³⁸ MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1983, pp. 81-82.

No entender de Reich, estávamos diante de uma quase¹³⁹ completa liberdade sexual que estaria em conformidade direta com as bases teóricas da economia sexual, pois, sem as repressões sexuais e sem as moralidades delas decorrentes, os indivíduos conseguiam desenvolver ao máximo sua potência orgástica, possuindo uma estrutura psíquica equiparada àquela descrita por ele, como de caráter genital. Ainda mais surpreso ficou Reich quando comparou nos estudos de Malinowski as diferenças entre uma tribo matriarcal oriunda das ilhas Trobriand com outra tribo, patriarcal, que vivia nas ilhas Amphlet:

Malinowski teve ocasião de observar, além da sociedade dos trobriandeses, que é essencialmente matriarcal, uma sociedade primitiva ao sul das ilhas Trobriand, nas Amphlet. Esse povo, escreve Malinowski, é muito semelhante aos trobriandeses no que diz respeito à raça, aos costumes, à linguagem, mas distingue-se consideravelmente deles no que respeita à sua organização social; esse povo possui normas muito estritas em matéria de moral sexual e reprova as relações sexuais pré-conjugais; tampouco tem instituições, como a dos trobriandeses, que favoreçam a vida sexual¹⁴⁰; o que os caracteriza é que a vida familiar é muito mais coativa. Embora a organização seja em seu conjunto ainda matriarcal, ela dispõe de uma autoridade patriarcal mais marcante, “fatos que, aliados à repressão sexual, nos oferecem um quadro da vida das crianças bastante semelhante ao nosso”. Malinowski acrescenta ainda: “Eu não poderia citar entre os trobriandeses que conheço tão bem, um único homem, uma única mulher histérica ou pelo menos neurastênica. Nunca encontrei tíques nervosos entre eles, nem impulsos mórbidos ou ideias obsessivas”.¹⁴¹

Deste excerto do trabalho de Malinowski, comentado acima pelo próprio Reich, surge uma divisão clara entre tribos que a princípio eram semelhantes: de um lado os trobriandeses com sua “moral” sexual afirmativa, isentos de neuroses, histerias ou até neurastenias, enquanto, de outro lado, temos uma sociedade patriarcal com uma moral sexual repressiva, repleta de neurastênicos, muito parecida com a nossa sociedade. Nas palavras de Malinowski:

¹³⁹ A não totalidade da liberdade sexual encontrada entre os nativos explica-se por existir uma parte da comunidade que estava ligada ao líder da tribo e fazia o pagamento de dotes que impunham limitações morais e casamentos permanentes.

¹⁴⁰ Os trobriandeses possuem, por exemplo, casas em que os solteiros podem realizar a prática sexual antes do casamento e também excursões que visam manter relações sexuais com jovens de comunidades vizinhas.

¹⁴¹ REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, p. 31.

A impressão que eu levei da minha estadia nas ilhas Amphlet foi a de uma comunidade de neurastênicos. Depois de ter deixado os trobriandeses – abertos, alegres, cordiais e acessíveis –, fiquei espantando por me encontrar de súbito numa comunidade de homens que desconfiavam de cada visitante, que se impacientavam com o trabalho, que se mostravam frequentemente arrogantes. Quando eu chegava a uma aldeia, as mulheres fugiam e ficavam escondidas durante todo o tempo que eu lá permanecia... Encontrei ali um grande número de doentes do sistema nervoso.¹⁴²

Aos olhos de Reich, encontramos um exemplo aplicado de uma sociedade que seguia os preceitos da economia sexual, ou seja, tínhamos uma “ética natural da sociedade matriarcal primitiva, caracterizada pela liberdade sexual” que era “incomparavelmente superior à moral da era capitalista”, o que fica claro ao constatar que “o comportamento sexual antissocial (estupro, assassínio sexual, etc.) não ocorre nas sociedades primitivas matriarcais”.¹⁴³ E do outro lado, a conduta descrita nas sociedades patriarcais era semelhante àquela que vemos na sociedade capitalista, com estrutura psíquica doentia e doenças ligadas ao sistema nervoso.

Segundo Reich, essa modificação na estrutura libidinal dos componentes das comunidades primitivas, nessa transição do matriarcado para o patriarcado, destacada no trabalho de Malinowski, ensejou a monogamia e a origem da sociedade de classes:

Se acompanharmos a evolução da sociedade humana, partindo da época atual para as épocas anteriores, para além do momento em que a acumulação de riqueza nas mãos de um só homem e o casamento monogâmico encontram sua origem comum, deparamos com organizações sociais caracterizadas e determinadas essencialmente pela sexualidade, ao passo que a produção quase não apresenta evolução e se baseia numa economia comunitária ou no comunismo primitivo.¹⁴⁴ Essa organização social foi perturbada por um processo que consistiu numa restrição e repressão progressiva da liberdade genital. Essa perturbação manifestou-se primeiramente na proibição das relações sexuais no interior do clã, ou seja, no grupo de todos os parentes consanguíneos pelo lado materno. O início deste processo de repressão sexual é mais antigo que o conflito de classes entre homem e mulher; foi este processo que criou o antagonismo de classe.¹⁴⁵

A pergunta que o marxismo vulgar não conseguia responder: “*Como* o material (o existente) se consolidava no ideológico (consciência)?” era de fundamental importância, pois,

¹⁴² MALINOWSKI, Bronislaw, apud REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, p. 32.

¹⁴³ REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, p. 155.

¹⁴⁴ Reich cita, na nota de rodapé, F. Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*: “quanto mais baixo é o desenvolvimento do trabalho, mais limitada é a quantidade dos seus produtos, e logo mais limitada também é a riqueza da sociedade, e mais a ordem social se encontra dominada por laços sexuais”.

¹⁴⁵ REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, pp. 155-156.

para Reich, “a dominação das classes oprimidas pelos detentores dos meios sociais de produção só raramente se dá pela força bruta; a sua arma principal é o domínio ideológico sobre os oprimidos”.¹⁴⁶ E foram os estudos de Malinowski, salientando o destaque ao patriarcalismo opressivo, e o conhecimento apurado da psicologia que viabilizaram a Reich realizar a percepção da função social da repressão sexual, que, segundo ele mesmo, só não foi estudada por Marx porque este não tinha conhecimento de psicologia para perceber este fator subjetivo da história:

Mas a estrutura do caráter do homem atuante, o chamado “fator subjetivo da história”, no sentido marxista, não foi investigada, porque Marx era sociólogo, e não psicólogo, e porque, na sua época, não havia uma psicologia científica. Deste modo, não se estudaram os motivos por que há milênios os homens aceitam a exploração e a humilhação moral, por que, numa palavra, se submetem à escravidão; só se averiguou o processo econômico da sociedade e o mecanismo da exploração econômica.¹⁴⁷

Assim, Reich tem agora em suas mãos uma nova matéria de estudo: descobrir as origens e as ferramentas superestruturais de manutenção da dominação econômica. E, seguindo as constatações obtidas por Malinowski nas comunidades matriarcais e isentas de neuroses das ilhas Trobriand e seu contraponto com a moralidade repressiva e neurótica encontrada nas comunidades patriarcais das ilhas Amphlet, Reich tem um caminho a seguir na busca da compreensão do fator subjetivo da história: entender a função social da repressão sexual. E, para compreender essa relação entre repressão sexual e exploração humana, ele explica:

Para compreender a relação entre a repressão sexual e a exploração humana, é necessário compreender a instituição social básica na qual se entrelaçam a situação econômica e a situação econômico-sexual da sociedade patriarcal autoritária. Não é possível compreender a economia sexual e os processos ideológicos da sociedade patriarcal sem ter em conta essa instituição. A psicanálise de homens e mulheres de todas as idades, países e classes sociais leva às seguintes conclusões: a combinação da estrutura socioeconômica com a estrutura sexual da sociedade e a reprodução estrutural verificam-se nos primeiros quatro ou cinco anos de vida, na família autoritária. A igreja só continua essa função mais tarde. É por isso que o Estado autoritário tem o maior interesse na família autoritária; ela transformou-se numa fábrica onde as estruturas e as ideologias do Estado são moldadas.

¹⁴⁶ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 24.

¹⁴⁷ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 24.

Deste modo, temos a estrutura da família autoritária, como uma legítima representante da classe dominadora, no centro de criação dos indivíduos, que devem ser mantidos como oprimidos. Segundo Simone Ramalho, “Reich localiza a família como instituição em que se ajustam os interesses sexuais e econômicos, constituindo-se como a célula ideológica fundamental”.¹⁴⁸ Ou seja, a própria estrutura familiar age como um aparelho de dominação ideológica, formando indivíduos suscetíveis à ideologia da classe dominante. Vejamos:

A inibição moral da sexualidade natural na infância, cuja última etapa é o grave dano da sexualidade *genital* da criança, torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, “boa” e “dócil”, no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como sexo é assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento crítico. Em resumo, **o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação.** Assim, a família é o Estado autoritário em miniatura, ao qual a criança deve aprender a se adaptar, como preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde. *A estrutura autoritária do homem é basicamente produzida – é necessário ter isso presente – através da fixação das inibições e dos medos sexuais na substância viva dos impulsos sexuais.*¹⁴⁹ [grifo nosso]

A ligação entre moralidade, repressão sexual e uma estrutura psíquica fragilizada é direta para Reich. Quando ele desenvolveu o conceito de potência orgástica, automaticamente já possibilitou a compreensão da moralidade, imposta por meio da família autoritária, como um empecilho ao desenvolvimento de um indivíduo saudável, todavia, ainda não podia afirmar como seria uma sociedade sem repressões sexuais, porque ainda não havia um exemplo deste fato; o mesmo aconteceu quando Reich tratou da formação da estrutura do caráter, ao definir o caráter genital e o caráter neurótico baseando a diferença na constituição de ambos, em função da capacidade de obter uma satisfação orgástica plena. Assim, o estudo de Malinowski foi fundamental por trazer um exemplo concreto de uma sociedade isenta de neuroses e a receita dessa sociedade já era conhecida por Reich: satisfação genital plena e ausência de repressão sexual.

¹⁴⁸ RAMALHO, S. A. *Psicologia de massas do fascismo*: Reich e o desenvolvimento do pensamento crítico. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.ibpb.com.br/DissertacaoSimone.pdf>>, acessado em 16/06/2011, p. 159.

¹⁴⁹ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 28.

Entretanto, não era isso que encontrávamos ao longo da história da humanidade. Desde a origem da estrutura de classes e do patriarcalismo, que para Reich são simultâneos, existia uma ferramenta capaz de possibilitar essa dominação econômica, que deixava os indivíduos oprimidos resignarem-se na humilhação e servidão perante a classe dominante. Incapazes de buscarem a sua emancipação, mesmo em face de estados de miséria crônica, essa ferramenta de dominação permeou todos os modos de produção que já existiram, incluindo o atual capitalista. Essa ferramenta é a repressão sexual.

Com a repressão sexual, que impedia o surgimento de indivíduos capazes de satisfazer suas pulsões de prazer, tínhamos uma grande massa da população que possuía um caráter neurótico, ou seja, uma couraça rígida, necessária para a repressão dos impulsos libidinais internos e também necessária para defender o indivíduo em face da hostilidade do princípio da realidade. Essa hostilidade oriunda da realidade impeditiva do desenvolvimento natural e da satisfação dos impulsos libidinais era a responsável por criar indivíduos submissos e não autônomos, pois como não conseguiam sua satisfação, sendo reprimidos desde a infância pela família patriarcal autoritária, acreditavam que a busca por uma vida ou sociedade que satisfizesse melhor seus desejos deveria ser entregue para um “pai” (ou poderíamos dizer um *Führer*) que dominasse a situação e resolvesse os problemas existentes.

Essa estrutura de caráter doentia impedia que a população, mesmo em estado de extrema miserabilidade, buscasse sua emancipação, impedindo qualquer espécie de autonomia das pessoas, levando-as a entregar a administração da sociedade e de suas próprias vidas a “líderes”. Para explicar essa inércia da população mesmo em face da repressão das necessidades materiais Reich tece as seguintes considerações:

A repressão da satisfação das necessidades materiais tem resultados diferentes da repressão das necessidades sexuais. A primeira leva à revolta, mas a segunda impede a rebelião contra as duas espécies de repressão ao reprimir os impulsos sexuais, retirando-os do domínio do consciente e fixando-os como defesa moral. Na verdade, até a repressão da própria rebelião é inconsciente. Na consciência do homem médio apolítico não se encontram vestígios disso.

O resultado é o conservadorismo, o medo à liberdade; em resumo, a mentalidade reacionária.

Segundo Reich, a reação política explora essa energia libidinal não satisfeita nas massas da população e, no momento por ele analisado, transformava o instinto de agressão

natural em sadismo brutal, reforçando-o com o uso flagrante do militarismo, com suas paradas militares exibicionistas, a marcha rítmica dos soldados e os impecáveis uniformes. Para se contrapor a isso, Reich então direciona toda sua psicologia política para conseguir a liberação da energia libidinal das massas, para que consigam sua emancipação e autodeterminação:

Não é só através desse processo que a repressão sexual fortalece a reação política e torna o indivíduo das massas passivo e apolítico; ela cria na estrutura do indivíduo das massas uma força secundária, um interesse artificial que também apoia a ordem autoritária.¹⁵⁰

O problema prático da psicologia de massas é, portanto, a ativação da maioria passiva da população, que contribui sempre para a vitória da reação política, e a eliminação de inibições que impedem o desenvolvimento do desejo social de liberdade, proveniente da situação econômica e social. A energia psíquica das massas que assistem, entusiasmadas, a um jogo de futebol, ou a um musical barato, em meio a gargalhadas, não poderia ser de novo reprimida se conseguisse libertar-se das suas cadeias e seguir seus caminhos que conduzem a objetivos racionais do movimento de liberdade.¹⁵¹

Assim, Reich passa então a desconstruir as ferramentas de controle utilizadas por várias instituições que influem na manutenção dessa estrutura de caráter doentia nas massas, visto que somente atacando essa estrutura liberaremos uma busca racional pela liberdade. A esse respeito, Alysson Mascaro ensina o papel das instâncias do aparelhamento ideológico na conformação das massas:

Família, Igreja, Estado, Patrão, Autoridade, todos são instâncias de aparelhamento ideológico que conformam o caráter autoritário das massas. Embora oprimidas, não enxergam e nem querem outro horizonte que não seja o da opressão. Por isso preferem e enxergam com melhores olhos o nazismo à libertação.¹⁵²

¹⁵⁰ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 29.

¹⁵¹ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 31.

¹⁵² MASCARO, Alysson L. B.. *Utopia e Direito: Ernst Bloch e a Ontologia Jurídica da Utopia*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 65.

Para Reich, a flutuação que existia nos contingentes dos grupos e movimentos revolucionários indicava que as forças revolucionárias e suas palestras e atuações voltadas para a racionalidade de uma emancipação social não eram capazes de se contrapor a essa estrutura psíquica reacionária presente nas massas, de modo que, mesmo frequentando os movimentos por um tempo, terminam por se render ao seu caráter autoritário, limitando-se à servidão voluntária. Essa contradição é assim tratada por Reich:

As organizações revolucionárias não resolveram estas contradições, não desenvolveram as tendências revolucionárias, não eliminaram os obstáculos psíquicos; daqui não se deve concluir pela ausência de consciência de classe, mas antes pela existência de lacunas psicológicas no trabalho revolucionário. (...) O que é que os levou para a organização revolucionária? Não havia uniformes nem vantagens materiais, apenas uma obscura convicção socialista, um sentimento revolucionário; a organização não soube desenvolvê-la e por isso aquelas pessoas não permaneceram. Por que é que em seguida se tornaram indiferentes ou se viraram para a reação política? Porque tinham também dentro de si uma estrutura oposta, burguesa, que não tinha sido destruída. Por que é que esta não foi destruída e aquela encorajada e desenvolvida? Porque não se sabia o que era preciso favorecer e o que era preciso destruir.¹⁵³

A essa altura, Reich já tinha à sua disposição as ferramentas necessárias para destruir o caráter neurótico e autoritário, libertando a estrutura das massas desse condicionamento burguês.

Dever-se-ia acrescentar, à luta política, uma nova esfera de luta, voltada contra a repressão sexual, o que funda a chamada *SexPol*. Alysson Mascaro descreve o surgimento desta nova esfera de luta:

Daí se explica, em Reich, o fracasso da luta socialista nos trabalhadores, em razão do caráter autoritário das massas. Para Reich, era imprescindível que, à luta político-econômica, somasse-se a luta pela libertação sexual, pela formação do caráter genital, liberto das repressões sexuais. Não haveria busca pela libertação proletária sem tal transformação no caráter.

¹⁵³ REICH, Wilhelm. *O que é consciência de classe?* Porto: H. A. Carneiro, 1976, p. 31.

O postulado resultante da perspectiva de Reich é aquilo que denomina *SexPol* – política sexual – que vem a ser a junção das duas esferas política e sexual, numa luta de libertação. A libertação política deverá ser associada da libertação sexual, da construção de caracteres genitais e não autoritários, mais próximos do **Id** que do **superego**.¹⁵⁴ [grifo do autor]

Reich, portanto, para buscar suprir essas lacunas no movimento operário, implementa o programa da *SexPol*, tratando de uma série de questões que, até hoje, mantêm uma atualidade impressionante, vejamos as principais medidas:

– revogação da legislação repressiva sobre o abortamento; “gratuidade do abortamento nas clínicas públicas”; “licença-maternidade de quatro meses”, acompanhada de numerosas medidas de assistência e proteção às mulheres grávidas, às mães e às lactantes; indenizações, alojamentos, “pausas remuneradas no trabalho para cuidar dos lactantes”, criação sistemática de maternidades, creches, berçários, jardins de infância etc.

– “supressão de todos os casos de proibições de casamentos ou divórcio”, de toda a regulamentação concernente às relação sexuais entre parentes próximos, de toda legislação que reprima as atividades sexuais etc.

– luta contra as raízes socioeconômicas e psicológicas da prostituição, “punição severa a toda utilização venal da via sexual”, proteção às crianças e adolescentes...

– informação e educação sexual da juventude de acordo com os princípios de economia sexual; aplicação desses princípios à pedagogia sexual;

– profilaxia das neuroses e das perturbações sexuais; formação de médicos, pedagogos, assistentes sociais; “com os médicos, insistir-se-á nas técnicas anticoncepcionais e de interrupção da gravidez” etc.

Entre as demais medidas preconizadas por Reich destacam-se ainda a criação de centros de planejamento familiar.¹⁵⁵

Com base nessas medidas, fundamentais dentro da *SexPol*, Reich apresentou uma plataforma que foi adotada por oito organizações marxistas alemãs, após o congresso de Dusseldorf em 1931. Mas pouco tempo depois, após um sucesso inicial, forças dentro das próprias organizações se contrapuseram às iniciativas de Reich, afirmando que aquelas medidas estavam desviando os jovens do foco nas forças econômicas que moveriam a Alemanha à revolução. Estes fatos nos levam a crer que o marxismo vulgar não chegou a compreender a *SexPol*, que deveria ser simultânea à luta política e, por não compreendê-la, a sufocou.

¹⁵⁴ MASCARO, Alysson L. B.. *Utopia e Direito: Ernst Bloch e a Ontologia Jurídica da Utopia*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 66.

¹⁵⁵ DADOUN, Roger. *Cem flores para Wilhelm Reich*. Moraes: São Paulo, 1991, pp. 362-363.

Além de defender essas medidas, que se tornaram folhetos partidários e também objeto de palestras em sindicatos e centros do movimento socialista, Reich também fez uma análise profunda de algumas instituições (quais sejam, a família, a religião e a educação) explicitando como elas atuam na manutenção do caráter autoritário. Portanto, além das medidas práticas de luta pela libertação sexual e política, Reich também descreve como essas instituições atuam na manutenção do *status quo*.

A primeira instituição que Reich evidenciou como mantenedora dessa estrutura conservadora foi a família compulsória, descrita como aquela “tradicional, burguesa ou pequeno-burguesa, definida bem corretamente tanto pelas regras jurídicas e disposições legais, quanto por uma imagem ideológica global, mantidas por comportamentos costumeiros”¹⁵⁶, que é o modelo que, até hoje, permeia a maioria esmagadora das famílias brasileiras, pois ainda que seja possível o término do casamento, via de regra, este é um estado temporário, pois, logo em seguida, uma outra estrutura familiar acaba se formando. Suas principais características são a monogamia, que na maioria dos países é, inclusive, protegida por legislação penal; dever de fidelidade conjugal; na maioria das famílias a situação econômica da mulher é inferior à do marido e, na maioria dos casos, a mãe tem a função de “educar” os filhos.

Essa família tem, segundo Reich, três funções principais. A primeira delas é econômica, visto que, especialmente na pequena indústria e entre os camponeses, é por meio da família e do trabalho de seus membros que se consegue o sustento. A segunda função é social, fazendo o intercâmbio entre o indivíduo e a sociedade que o envolve, além de proteger os filhos que são privados de representatividade jurídica. A terceira e mais importante função da família seria ideológica:

¹⁵⁶ DADOUN, Roger. *Cem flores para Wilhelm Reich*. Moraes: São Paulo, 1991, p. 198.

Sua tarefa cardinal, aquela pela qual é defendida mais frequentemente pela ciência conservadora e pelo Direito conservador, é a sua propriedade como *fábrica de ideologias autoritárias e estruturas conservadoras*. Constitui instrumento de educação pelo qual, quase sem exceção, tem que passar todo membro da sociedade, a partir do primeiro sopro de vida. (...) É a mediadora entre a estrutura econômica da sociedade e a sua superestrutura ideológica e envolvida pela atmosfera conservadora, que necessariamente acaba ficando gravada indelevelmente em cada um de seus membros. Transmite, pela sua formação e influência direta, não apenas atitudes gerais com respeito à ordem social existente e maneira de pensar conservadora, mas também exerce influência imediata, especialmente pela estrutura sexual da qual se origina e que propaga, sobre a estrutura social das crianças no sentido conservador.¹⁵⁷ [grifo do autor]

Para analisar como se dá esse papel político da família, Reich separa a influência das famílias em dois aspectos principais: a transferência das ideologias concretas e a influência da própria estrutura triangular da família. Ao tratar do primeiro aspecto, Reich percebe que, muito embora exista uma distinção entre as famílias da grande burguesia, da pequena burguesia e do proletariado, entre elas existe uma estrutura comum, estando todas elas sujeitas à mesma atmosfera moral-sexual, que tem como padrão a família patriarcal pequeno-burguesa:

O tipo predominante de família, a pequeno-burguesa, se estende muito além da chamada “pequena burguesia”, penetrando profundamente também na grande burguesia e também na classe dos operários. A base da família pequeno-burguesa é a relação patriarcal entre o pai, a mulher e os filhos. Ele é, por assim dizer, o expoente e representante da autoridade estatal na família. Devido à contradição entre a sua posição no processo de produção (subordinado) e a sua função familiar (chefe), ele é lógico e tipicamente uma espécie de primeiro sargento; submete-se aos que estão acima dele, absorvendo totalmente os pontos de vista dominantes (daí sua tendência para imitação), e domina os abaixo dele; transmite os pontos de vista governamentais e sociais e os faz respeitar.

(...)

A inibição genital e a fixação pré-genital determinam um desvio do interesse sexual para o sadismo, e a curiosidade sexual da criança é ativamente subjugada.¹⁵⁸

¹⁵⁷ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 104-105.

¹⁵⁸ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 107.

Assim, o pai tem a função de representante do *establishment* político e social, trazendo e impondo no seio da família a autoridade estatal, empresarial e as compreensões determinadas pela classe social dominante. Mas esse ciclo só se confirma analisando-se o segundo aspecto da influência da família: a estrutura triangular. Essa estrutura triangular da família, base do complexo de Édipo, é essencial para que essa ideologia seja perpetrada em seus filhos, pois a última fase do complexo de Édipo consiste, justamente, na identificação com o pai (ou seja, a introjeção da ordem autoritária se dá nesse momento), que junto com a moral sexual repressiva cria o indivíduo típico de um Estado conservador/autoritário cujas principais características são o “temor da autoridade, o medo da vida e o misticismo”. Vejamos como Reich trata desse indivíduo, que se identifica, a princípio, com o pai, e, posteriormente, com o Estado, a empresa, a nação:

Essa identificação com a autoridade, com a empresa, com o Estado ou com a nação – que se traduz na expressão: “eu sou o Estado, a autoridade, a empresa, a nação” – revela uma realidade psíquica e constitui um dos melhores exemplos de uma ideologia que se transformou em força material. O empregado ou o funcionário público começa por desejar assemelhar-se ao seu superior, até que gradualmente a constante dependência material acaba transformando toda sua pessoa, de acordo com a classe dominante. Sempre disposto a se adaptar à autoridade, o indivíduo de classe média baixa acaba criando uma *clivagem entre a sua situação econômica e a sua ideologia*. A sua vida é modesta, mas tenta aparentar o contrário, chegando, frequentemente, a tornar-se ridículo. Alimenta-se mal e deficientemente, mas atribui grande importância a “andar bem vestido”.¹⁵⁹ [grifo do autor]

Segundo Reich, a família tem então duas principais funções políticas:

1. Reproduz-se a si mesma, aleijando o indivíduo sexualmente; ao perpetuar a família patriarcal, também perpetua a repressão sexual com suas consequências: distúrbios sexuais, neuroses, psicoses, crimes sexuais.
2. Cria o indivíduo que está sempre com medo da vida e da autoridade e assim estabelece repetidamente a possibilidade das massas poderem ser dominadas por um punhado de indivíduos poderosos.¹⁶⁰

¹⁵⁹ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 45.

¹⁶⁰ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 112.

Em resumo, temos então a família autoritária como responsável pela aplicação direta da moralidade burguesa, com suas inibições sexuais que ensejam estruturas psíquicas doentias, por não conseguir respeitar e satisfazer o ciclo libidinal natural dos indivíduos. Isso, somado ao líder da família patriarcal, que transmite a ideologia dominante aos filhos que já possuem uma estrutura de caráter autoritário e terão essas ideologias reforçadas na vida profissional ou política, terminando por, apesar de pertencer a uma classe explorada, atuar e pensar como os exploradores.

Sobre a análise da família autoritária, realizada por Reich, Juliet Michel, em um brilhante estudo sobre feminismo e psicanálise, afirma que “a família enquanto instituição social é um erro”, pois “a biologia natural pode triunfar contra esses males sociais” e conclui afirmando que, apesar da fragilidade das últimas conclusões de Reich, a respeito da orgonomia, “suas descrições retóricas dos relacionamentos interfamiliares possuem uma força que lhes confere um caráter de atualidade”.¹⁶¹

Outra instituição que teve seu papel destacado por Reich na manutenção da estrutura autoritária foi a religião. Ele destaca que a sociologia já explicou que as religiões têm origem relacionada com o desenvolvimento das relações econômicas e sociais de determinada sociedade e a psicologia já explicou as relações entre as estruturas triangulares das famílias e a estrutura presente nas principais religiões que apresentam um Deus-pai, a mãe de “Deus” e o filho, relação direta com o complexo de Édipo, e chega à seguinte conclusão:

As religiões patriarcais são sempre de natureza político-reacionária. Estão sempre a serviço das classes dominantes em qualquer sociedade de classe, e, na prática, impedem a abolição da miséria das massas, atribuindo-a à vontade de Deus e afastando as reivindicações de felicidade com belas palavras sobre o Além.¹⁶²

¹⁶¹ MITCHEL, Juliet. *Feminismo e psicanálise*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979, p. 231.

¹⁶² REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 137.

Além desta conclusão, salienta também que ainda há alguns traços que não foram explicados, como o fanatismo e o caráter emotivo das manifestações religiosas. Segundo Reich, é a economia sexual que compreende esses fatores, pois as religiões, desde o surgimento do patriarcalismo, se fundamentam na incapacidade de satisfação sexual das massas, tornando-se um reforço e, ao mesmo tempo, uma consequência da repressão sexual da família autoritária:

A ideia religiosa básica de todas as religiões patriarcais é a negação da necessidade sexual. Não há exceções, se não levarmos em conta as religiões primitivas que aceitavam a sexualidade, nas quais a experiência religiosa e a experiência sexual constituíam ainda uma unidade. Na transição da sociedade de uma organização matriarcal, baseada na lei natural para uma organização patriarcal baseada na divisão de classes, perdeu-se essa unidade entre o culto religioso e o culto sexual, o culto religioso tornou-se a antítese do culto sexual.¹⁶³

Para Reich, portanto, a religião, tal como a família patriarcal, atua como grande repressora na formação dos indivíduos, sendo uma repressora do ciclo libidinal natural, com isso, atua também na formação do caráter neurótico que é avesso à autorregulação, temente da luta por libertação e, o pior, mais facilmente entregue à ideologia da classe dominante. Ao estudar Reich, Rouanet aponta a importância dedicada pelo psiquiatra à religião:

A religião é o principal veículo da ideologia antisssexual, e deriva sua força da angústia gerada pela repressão da genitalidade. Como toda ideologia, a religião funciona assim simultaneamente como causa e efeito da repressão. Mais que qualquer outra, entretanto, é eficaz na mobilização e utilização política do Irracional, liberdade pela repressão. A religião prepara na estrutura psíquica do indivíduo o caminho para a aceitação inquestionada de todas as metafísicas. Sua derivação da estrutura familiar é evidente. Deus é substituto sobrenatural do pai, impenetrável em suas decisões e ilimitado em seu poder punitivo. É análoga, nesse sentido, à ideologia nacionalista, que propõe a Pátria como extensão política da família. A palavra de ordem da reação: “Deus, Pátria e Família” não é, portanto, arbitrária, e deriva sua validade psicológica de um conhecimento exato dos mecanismos de repressão. A tese marxista de que a religião é o ópio do povo encontra aqui seu verdadeiro fundamento. Pois a experiência religiosa deflagra no aparelho psíquico o mesmo efeito de uma dose equivalente de ópio: mobiliza processos no aparelho sexual que se assemelham a condições induzidas por narcóticos.¹⁶⁴

Charles Rycroft também caminha nesse sentido ao ver como Reich descreve a religião:

¹⁶³ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 138.

¹⁶⁴ ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 46.

Essa violação da unidade das sensações corporais através da repressão sexual, bem como a constante ânsia de restabelecer contato com o eu e com o mundo, é a base subjetiva de todas as religiões que negam o sexo. Deus é a ideia mística da harmonia vegetativa do eu com a natureza. Se, e quando Deus representar apenas a personificação das leis naturais que governam o homem e o tornam parte do processo natural universal, então – e só então – a ciência natural e a religião chegarão a um acordo.¹⁶⁵

Assim, a religião trabalha, também, para a manutenção do princípio da realidade, que serve para a manutenção do poder da classe dominante, ajudando a inculcá-lo em toda a estrutura social, trazendo o sentimento de imutabilidade da atual ordem e separando o homem do processo natural de autorregulação de sua energia sexual.

Outro aparelho ideológico que trabalha, também, nesse mesmo sentido dos descritos anteriormente é a nossa estrutura educacional rígida, imutável, ligada à razão e ao mecanicismo que, segundo Reich, se limita a:

Ensinar o povo a assumir uma atitude rígida e não-natural. É um dos meios mais essenciais usados por um sistema social ditatorial para produzir, com a perda da vontade, organismos que funcionem automaticamente. Esse tipo de educação não se restringe aos indivíduos; é um problema que concerne ao âmago da estrutura e da formação do caráter do homem moderno.¹⁶⁶

É esse automatismo técnico, rígido, formal, restrito à contabilização dos resultados que se traduz na chamada razão instrumental, tão combatida pelos principais nomes da Escola de Frankfurt, em suas formulações de uma razão crítica.¹⁶⁷ Reich descreve a criação desse automatismo (presente em todo o processo educacional, até os dias de hoje, e que é ampliado no nazismo) como um modo de se impedir a autorregulação e a liberdade.¹⁶⁸

¹⁶⁵ RYCROFT, Charles. *As ideias de Reich*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1971, p. 79.

¹⁶⁶ REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 297.

¹⁶⁷ Cf. MASCARO, Alysson L. B. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 508-516.

¹⁶⁸ REICH, Wilhelm. *Children of the future: on prevention of sexual pathology*. New York: Farrarus, Straus and Giroux, 1983, p. 48.

Reich destaca também a função limitadora do sistema educacional (durante as primeiras fases da infância até a adolescência) que limita as atividades naturais e até motoras das crianças. Para ele, em nossos jardins de infância e colégios do ensino fundamental, as crianças já são treinadas para a submissão à autoridade:

Em nossos jardins da infância, onde as crianças se fazem “aptas para a cultura” e “adaptadas à realidade” através da inibição de sua atividade motora, notamos, durante o quarto, quinto e sexto anos, uma alarmante transformação do comportamento natural e vivo para calmo e submisso: as crianças tornam-se frias.¹⁶⁹

Zeca Sampaio faz a seguinte análise da crítica reichiana ao nosso sistema educacional infantil, exemplificando as atividades que limitam as funções vegetativas da criança, visando condicioná-las à autoridade em sua futura inserção social completa:

Os horários rígidos, a divisão sistemática de atividades, a obrigação de permanecer sentado diante horas seguidas, o uniforme, as filas para entrar e sair das salas, a escolha do tema de estudo. A imposição curricular, a proibição da bagunça e do barulho, as atividades físicas coordenadas e sob regras estritas, assim como a relação de obediência aos professores e funcionários, embora sejam bastante organizadores e talvez até necessários dentro deste modelo educacional, representam limitações repetidas e reforçadas à vivacidade infantil.¹⁷⁰

Essas regras permeiam todo o nosso ensino infantil até hoje, evidenciando o exército de submissos que pretendemos formar, com as filas de alunos que mais parecem soldados do que crianças; com a ausência de liberdade de escolher o que irão estudar, impondo-lhes o tecnicismo e retirando-lhes a autonomia; e os uniformes que lhes tiram qualquer possibilidade de identidade individual, tal como se busca na constituição dos componentes das forças armadas.

¹⁶⁹ REICH, Wilhelm. *The sexual revolution: toward a self-regulating character structure*. New York: Farrar Strauss and Giroux, 1986, p. 258.

¹⁷⁰ SAMPAIO, Zeca. *Educação e liberdade em Wilhelm Reich*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 36.

Urge destacar aqui honrosas exceções, que ousaram prestigiar a autonomia e liberdade das crianças: a escola inglesa de Summer Hill, coordenada por Alexander Neill, que se tornou grande amigo de Reich; e Vera Schmidt, coordenadora de uma escola em Moscou, até a ascensão de Stalin que, precisando criar indivíduos afeitos à autoridade, cancelou o projeto pedagógico libertário encontrado naquela escola.¹⁷¹

Com base na análise realizada sobre esses aparelhos ideológicos e os respectivos papéis como mantenedores ou criadores do caráter autoritário na população da Alemanha, Reich examinou na obra *Psicologia de massas do fascismo* a ascensão do partido nazista que se iniciou na década de 1920 e consolidou-se com a vitória de Hindenburg em 1933. Nesse estudo, Reich, primeiramente, explicita a clivagem entre a posição socioeconômica das pessoas e a sua postura ideológica, evidenciando a força material que a ideologia possui, levando operários e funcionários públicos a adotarem posições reacionárias. Em seguida, explica que essa clivagem ocorre em função do caráter neurótico, criado pela estrutura familiar triangular tradicional, pela moralidade compulsiva imposta pelas religiões, tudo isso moldado pelo sistema educacional voltado para a adaptação das crianças a uma sociedade autoritária. E finaliza seu trabalho sobre a Alemanha do entre guerras mostrando como o nacional-socialismo focava sua propaganda para atingir essa população anestesiada pela repressão sexual, incorporando à publicidade partidária os valores morais que esse caráter autoritário, inculcado em suas estruturas psíquicas, demandava.

Para Reich, são justamente essas repressões sexuais e morais que criam solo fértil para o autoritarismo, seja na Alemanha do entre guerras ou em qualquer outra nação que dê ensejo ao surgimento de uma massa que aceite e apoie uma estrutura política ditatorial. Nas suas palavras:

¹⁷¹ Cf. REICH, Wilhelm. *Elementos para uma pedagogia antiautoritária*. Porto: Escorpião, 1975. Sobre a escola de A. Neil, consultar: <<http://www.summerhillschool.co.uk/>>.

A repressão das necessidades sexuais se reflete ainda num enfraquecimento geral das funções intelectuais e emocionais, principalmente da autossegurança, da força de vontade e da capacidade crítica. Para a ordem social autoritária não importa a “moral em si”. As modificações no organismo psíquico que devem ser atribuídas ao enraizamento moral sexual é que primeiramente criam aquela estrutura psíquica que constitui a base da psicologia de massas de qualquer ordem social autoritária. A estrutura de vassalo é uma mistura de impotência sexual, indefensabilidade, necessidade de apoio, ânsias de segurança, temor da autoridade, medo da vida e misticismo. É caracterizada pela inclinação para a rebeldia e vassalagem ao mesmo tempo. O temor sexual e a hipocrisia sexual constituem o núcleo daquilo que chamamos comodismo burguês. Pessoas assim estruturadas são incapazes de democracia. Em suas estruturas esboroam-se as experiências de construir ou manter organizações sob a direção realmente democrática. Formam o solo da psicologia das massas sobre o qual podem desenvolver-se as apetências ditatoriais e inclinações burocráticas dos líderes democraticamente eleitos.¹⁷²

Reich evidencia um fator que, segundo ele, é essencial a qualquer sistema social repressor: a frustração sexual. Impedindo a satisfação libidinal cria-se o caráter neurótico que é incapaz de se rebelar em face da repressão da satisfação das necessidades materiais e, pior que isso, na maioria das vezes o caráter neurótico impossibilita que a própria pessoa perceba que está sendo privada de sua autonomia e de sua liberdade, o que a leva a concordar com os consensos criados pela classe dominante para manter a resignação da classe explorada.

Pode-se questionar: esse raciocínio pode ser aplicado a um cenário em que a maioria dos países ocidentais e uma razoável parcela dos orientais (ditos ocidentalizados) desfrutam de um nível de liberdade sexual que Reich dificilmente imaginaria quando faleceu na década de 1950? A resposta a essa questão envolve um esclarecimento sobre a falaciosa liberdade sexual dos nossos tempos. Pode-se dizer que alcançamos um grau elevado de permissibilidade sexual, o que não obrigatoriamente se coaduna com a satisfação libidinal. De fato, na maioria das vezes, apenas reforça o grau de insatisfação libidinal, alimentando caracteres neuróticos. Isso porque, conforme explicado no segundo capítulo deste trabalho, a libido só é satisfeita quando existe um real comprometimento entre o casal, uma verdadeira entrega e não um mero ato libidinoso dentro de uma relação reificada.

Para clarificar essa permissibilidade que é reforçada em nosso sistema produtor de mercadorias é necessário entender um conceito desenvolvido por Georg Lukács, chamado de reificação. Para ele, a essência da estrutura da mercadoria:

¹⁷² REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 112.

se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo o traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens.¹⁷³

A estrutura da mercadoria e de sua lógica reprodutora sobreposta às demais relações humanas é o que Lukács chama de reificação. Essa lógica permeia os mais profundos entraves de nossa estrutura social e não apenas aquelas diretamente envolvidas com as relações de produção. Silvio de Almeida explica estas implicações da forma mercadoria da seguinte maneira:

Lukács observa que a mercadoria como estrutura universal é uma especificidade do capitalismo moderno, em que a troca de mercadorias e suas consequências estruturais tornam-se decisivas para toda a “vida exterior e interior da sociedade”. No capitalismo a forma mercantil é uma forma constitutiva, capaz de penetrar “no conjunto das manifestações vitais da sociedade e remodelar tais manifestações à sua própria imagem, e não simplesmente ligar-se exteriormente a processos voltados para a produção de valores de uso e em si mesmo independente delas”. No mundo da troca mercantil, “realização do ser social é a sua perdição, a vida é o sacrifício da vida, o poder do indivíduo sobre o objeto é o poder do objeto sobre o indivíduo”.¹⁷⁴

A reificação, como exposto acima, é capaz de atingir o âmago da sociedade influenciando a sua estruturação nos processos mais vitais. Os relacionamentos “amorosos” também estão sucumbindo a essa mesma lógica e, além da mercantilização óbvia por trás das relações sexuais contratadas financeiramente, a reificação atingiu os mais variados relacionamentos, construídos com a mesma racionalização e objetividade dos interesses mercadológicos e também o universo das fantasias, transformadas em meros objetos que, tal como a mercadoria, exercem verdadeiro poder sobre o indivíduo.

¹⁷³ LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 194.

¹⁷⁴ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O direito no jovem Lukács: a filosofia do direito em História e consciência de classe*. São Paulo: Alfa-Omega, 2006.

Tratados como mercadorias, os relacionamentos, com raras e belas exceções, são traduzidos na posse da outra pessoa ou na mera busca imediata por prazer, sem o devido comprometimento emocional com o outro. A racionalização e objetivação dos modos como a relação se estabelece evidencia esse distanciamento entre os relacionamentos e os laços emocionais.

Reich deixa claro que esse tipo de relação reificada se equipara ao onanismo, em que a satisfação plena da libido não é alcançada, gerando os mesmo efeitos da repressão sexual, razão pela qual os indivíduos em idade adulta que buscam esses prazeres momentâneos nunca estão satisfeitos, tendo que recorrer continuamente a uma nova relação sexual sem entrega e por isso sem satisfação completa da libido. Nas suas palavras:

Quanto mais contraditoriamente é vivida a experiência de prazer durante o onanismo, mais fortes são, porém, as perturbações somáticas que vêm juntar-se às perturbações psíquicas. (...) Quanto ao “coito onanista”, se conduz ocasionalmente à neurastenia, é porque o conflito das instâncias perturba a evolução da excitação.¹⁷⁵

Essa necessidade desenfreada de possuir o objeto de prazer momentâneo não acontece com aquelas pessoas de caráter genital que são as únicas capazes de ter longos períodos de abstinência, isso porque quando têm suas relações amorosas conseguem eliminar toda sua energia libidinal acumulada, por meio do orgasmo pleno. Reich trata a capacidade de abstinência do caráter genital em face de impulsos associativos desse modo:

A clínica caráter-analítica ensina que a abstenção duradoura de uma excitação [pulsional] patológica ou associativa somente é possível quando a economia sexual está em ordem, quer dizer, quando não existem represamentos sexuais que emprestem vigor à excitação a rejeitar. (...) Isso significa que é possível privar-se de desejos infantis e patogênicos na idade adulta apenas quando o caminho para a satisfação genital normal está livre e quando se experimenta tal satisfação.¹⁷⁶

Como podemos ver, o modo de se prevenir essas perversões patogênicas e esses desejos infantis está ligado à satisfação libidinal que a reificação das relações impossibilita. O indivíduo que tem sua economia libidinal equilibrada consegue manter-se em abstinência e resistir, caso existam, a desejos associativos ou infantis, o que não acontece com o indivíduo que possui o caráter neurótico.

¹⁷⁵ REICH, Wilhelm. *Psicopatologia e sociologia da vida sexual*. São Paulo: Global, 1977, pp. 71-72.

¹⁷⁶ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 48.

O cenário construído é trágico, pois, em primeiro lugar, a lógica do valor da mercadoria penetra cada vez mais a estrutura psíquica das pessoas, o que se traduz na reificação das relações sociais; com as relações reificadas, os indivíduos consomem uns aos outros acumulando “casos amorosos”, tal como mercadorias na prateleira; nesses relacionamentos vazios e possessivos não conseguem obter a plena satisfação libidinal e por isso repetem essas atitudes para conseguir diminuir a pressão pulsional; como essas relações reificadas nunca proporcionam o alívio libidinal necessário, a libido se acumula e reforça o caráter neurótico; com o caráter neurótico reforçado e ampliado, se aceita a autoridade e os consensos impostos, se aceita e reproduz o sistema explorador.

Ampliando essa incapacidade de satisfação libidinal, se reforçam as características do caráter neurótico e, por consequência, há o “enfraquecimento geral das funções intelectuais e emocionais, principalmente da autosssegurança, da força de vontade e da capacidade crítica” e, tal como descrito por Reich, “pessoas assim estruturadas são incapazes de democracia”¹⁷⁷, possuindo apenas capacidade de serem submissas ferramentas dentro de um sistema reprodutor de mercadorias. Isso mostra que a teoria reichiana da formação do caráter neurótico por meio da insatisfação libidinal continua atual e, ainda que de uma maneira diversa da existente em seu tempo, o caráter neurótico continua se formando também nos tempos de permissibilidade sexual.

Com tudo isso, fica patente a atualidade da visão da *SexPol* de Reich que combate a constituição dessa estrutura de caráter neurótica, mantida com a insatisfação sexual. Ainda que não possamos correr o risco de relacionar todo e qualquer impulso ou manifestação reacionários à incapacidade de satisfação sexual, também não podemos ignorar que esta seja uma importante esfera de combate ideológico, na busca de criarmos uma massa populacional mais propensa à autorregulação, à liberdade e à emancipação política e econômica.

¹⁷⁷ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 112.

Agora podemos, com mais propriedade, reiterar as diferenças teóricas de Reich em relação a Adorno e Horkheimer. Enquanto estes, estudados no primeiro capítulo, utilizam certas ferramentas da psicanálise para compreender os efeitos da dominação econômica que, com o auxílio das novas ferramentas de comunicação de massa, modifica a estrutura psíquica das massas, Reich utiliza suas pesquisas em torno da estrutura do caráter (modificada por limitações morais e sexuais infligidas ao sujeito pelo nosso princípio da realidade) para justificar o porquê de as massas não se voltarem para a esquerda, mesmo em face de dificuldades econômicas, entregando-se à reação. Assim, Reich, com os estudos da economia sexual e a *SexPol*, destaca um sistema de que Adorno e Horkheimer não tratam, qual seja, os efeitos psíquicos da repressão sexual sobre as massas e como essa dominação se opera. Enquanto os frankfurtianos explicam as mudanças estruturais econômicas que tornam o homem sem sentido, Reich explica as mudanças na estrutura psicológica que fazem o homem aceitar a angústia de viver sem sentido.

3.2 Desenvolvimento orgânico: a Democracia Natural do Trabalho

A luta política travada por Reich pela implantação da *SexPol* nas divisões alemãs do Partido Comunista Alemão, o K.P.D., teve apenas um sucesso inicial, sendo que, em pouco tempo, as lideranças do partido passaram a ser reticentes com a iniciativa de Reich, fato que se reforçou com o recrudescimento autoritário do regime soviético, sob o comando de Stalin.

Segundo os representantes da revolução bolchevique, que tinham ampla inserção e controle dentro do K.P.D., a tentativa de politizar e derrubar as limitações sexuais e morais estava desviando a atenção da juventude para o principal fator da dominação, qual seja, o econômico, mobilizava os jovens na luta contra o aborto e pela distribuição de contraceptivos, mas não os levava às fileiras do embate político, como se a *SexPol* não fosse também uma luta política.

Com a beligerância de Moscou, a luta de Reich estava fadada ao fracasso dentro do K.P.D.. Entretanto, esse conflito fez com que ele observasse como a estrutura de caráter autoritário da população produzia reflexos também dentro do partido comunista e do Estado soviético, ficando claro para ele que os efeitos do caráter neurótico autoritário eram

produzidos de maneira independente da ideologia adotada pelo país ou pela instituição. Nas palavras de Reich:

Por mais que seja diferente o controle exercido pelo Estado sobre a produção social e o consumo, em países como a Rússia, a Alemanha, a Escandinávia e os Estados Unidos, devido às diferenças na evolução histórica, é possível encontrar um denominador comum: a incapacidade das massas humanas de administrarem elas mesmas a sociedade; e, desta base comum para o desenvolvimento do capitalismo de Estado, nasce logicamente o perigo do desenvolvimento de ditaduras autoritárias (...).

Tanto o aparelho de Estado alemão, como o russo formaram-se a partir do despotismo. Por isso, o elemento de submissão no caráter das massas humanas era extraordinariamente forte em qualquer um desses países. Consequentemente, a revolução conduziu em ambos os casos, com a pontaria certa da lógica irracional, a novas formas de despotismo.¹⁷⁸

Neste trecho, Reich já destaca os dois pilares que serão as bases de sua nova postura política. O primeiro deles é o que ele chama de “denominador comum de todos os países que estão sujeitos ao regime despótico”, qual seja, a incapacidade das massas de se autogovernarem e a capacidade de aceitarem a dominação. Para ele, qualquer população cuja estrutura de caráter é neurótica, em função dos anos sob a égide de constante repressão sexual e moral, é incapaz de tomar a responsabilidade por suas ações e, por isso, inclina-se para o apoio ao regime autoritário, em que o líder pode realizar as funções pelas quais as massas deveriam se responsabilizar. Nesse momento, Reich retira a existência da dominação política e econômica da responsabilidade da classe dominante para entregá-la às massas. A responsabilidade pelo regime ditatorial, seja ele de esquerda ou de direita, só existe porque as massas por conta de sua estrutura psíquica enferma permitiram que alguns assumissem o controle da maioria. O segundo aspecto da política reichiana encontra-se na despolarização do conflito de classes, pois Reich observa que mesmo o Estado operário soviético buscou sua manutenção oprimindo as massas, mantendo-se autoritariamente. Segundo sua análise, a dominação está ligada à estrutura psíquica humana, muito mais do que ao conflito de classes, o que fica claro ao pensador austríaco quando se verifica que desde o surgimento do patriarcalismo desenvolveu-se essa estrutura de dominação, não podendo ela ser creditada somente ao capitalismo. André Barreto resume muito bem essa transição no pensamento de Reich:

¹⁷⁸ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 264-265.

Em seu período marxista, Reich atribui o mal ao capitalismo, em cuja estratégia de dominação de classes residia a repressão sexual. Já sabemos também que posteriormente ele abandona esta ideia por considerar que o mal é anterior ao capitalismo e remonta a um passado longínquo do homem. A repressão sexual não se origina mais de uma estratégia de classe, embora continue sendo condição fundamental no processo de dominação política e exploração econômica.

(...)

O capitalismo, de força motriz da degeneração humana, é convertido em exemplo histórico do tipo de organização social na qual prevalecem valores mecanicistas e místicos decorrentes da cisão do homem com a natureza. Organização esta, é importante frisar, que continua passível de ser alterada em termos de uma cultura mais positiva.

Em nenhum momento podemos, como sugerem alguns, afirmar que Reich tenha se aproximado do Freud pessimista, defensor da pulsão de morte. O mal não é nenhuma inevitabilidade frente à qual nos cabe a resignação desolada. É, tanto quanto o bem, uma possibilidade que está mais do que nunca nas mãos dos Homens que se fazem senhores de sua própria história. Cabe-lhes, portanto, perceber isto e optar pelo caminho a seguir. Caminho este que pode levá-los a aprofundar sua história de crueldade e dominação ou então reconduzi-los ao desfrute da plenitude cósmica e da integração com a natureza. O homem torna-se portador do livre-arbítrio para escolher entre a vida plena, organizada em seu nível máximo, ou a vida mínima, encouraçada.¹⁷⁹

A energia sexual, para Reich, continua sendo o elemento básico que determina a estrutura psíquica. Segundo ele, é a “energia biológica construtora do aparelho psíquico que constitui a estrutura sensorial e de pensamento humana”, é a “energia vital produtiva”.¹⁸⁰ Com isso, temos o ponto de conexão entre a sociedade e a modelação do pensamento dos componentes da sociedade, de modo que uma nova sociedade deveria harmonizar a satisfação do ciclo natural da energia sexual.

¹⁷⁹ BARRETO, André V. B. *Em busca de Eros: a “democracia natural do trabalho” e a relação entre poder e afetividade no pensamento de Wilhelm Reich*. Dissertação. Unicamp, 1997. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000116049&fd=y>>, acessado em 31/05/2011, pp. 99-101.

¹⁸⁰ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 24.

O capitalismo não é mais visto, por Reich, como o único promotor dessa repressão sexual. Passa-se a entender a repressão sexual como inerente a toda esfera de dominação social e não só à capitalista, o que o leva a ponderar a economia sexual e uma estrutura social que permita a satisfação plena. Vejamos como Reich explica a relação entre a economia sexual e a sociedade:

As necessidades humanas são formadas, transformadas e especialmente subjugadas pela sociedade; assim se forma a estrutura psíquica do homem. Essa estrutura não é inata, mas se desenvolve em cada membro isolado da sociedade no decorrer da luta constante entre necessidade e sociedade. Não existe uma estrutura de impulsos inata; essa estrutura é adquirida no decorrer do primeiro ano de vida. Inata é apenas uma maior ou menor quantidade de energia. Pela influência da abstenção sexual surge a estrutura de vassalo, que ao mesmo tempo obedece servilmente e se rebela. Queremos o homem “livre”; temos que saber, portanto, não somente como é estruturado o homem de hoje, mas também como os homens livres são estruturados, que forças devem ser utilizadas para este fim.¹⁸¹

Como a estrutura psíquica não é inata, mas sim montada pela sociedade por via de uma repressão sexual, Reich busca agora viabilizar um modelo de organização social que seja composto de indivíduos regulados sexualmente.

Cabe ressaltar uma diferença marcante em relação à visão marxista que antes era defendida: Reich abandona o conceito de revolução. Para ele, agora, a transição não se dá por meio de um salto ontológico ou de uma mudança abrupta que estabeleceria a ditadura do proletariado. O Estado gestaria essa transformação promovendo a autogestão da população, independente do regime instalado e do tempo que isso levará, de modo que a própria população e os dirigentes estatais percorram um caminho que levará à evolução do nosso sistema social. Vejamos:

Não importa, ou seja, é de menor importância que se processe rapidamente ou com lentidão essa evolução da administração estatal para a autogestão. É melhor para todos que ela se processe de uma maneira orgânica e sem derramamento de sangue. Isso só é possível se os representantes do Estado acima da sociedade tiverem plena consciência de que nada mais são do que órgãos executivos da vontade da comunidade humana de trabalhadores, de que são, no sentido estrito da palavra, órgãos executivos por necessidade, surgidos a partir da necessidade criada pela ignorância e pela miséria em que vivem milhões de pessoas. Estritamente falando, têm a tarefa de serem bons educadores, isto é, a tarefa de transformar em adultos autossuficientes as crianças confiadas aos seus cuidados. Uma sociedade em luta pela

¹⁸¹ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 24.

verdadeira democracia nunca pode perder de vista o princípio de que é tarefa do Estado destruir-se progressivamente e tornar-se supérfluo, tal como o educador se torna supérfluo se realmente cumpriu seu dever em relação à criança. Nesse caso, e só nesse caso, não há necessidade de se derramar sangue; só na medida em que o Estado se elimina de maneira visível e clara é que é possível a democracia do trabalho desenvolver-se *organicamente*; por outro lado, na medida em que o Estado tenta perpetuar-se e esquecer sua tarefa educacional, ele induz a sociedade a lembrar que ele surgiu por necessidade e de que também precisa desaparecer por necessidade. Deste modo, a responsabilidade repousa tanto sobre o Estado como sobre as massas humanas, uma responsabilidade no bom, e no mau sentido. É dever do Estado não só encorajar o anseio apaixonado por liberdade nas massas trabalhadoras; ele precisa também fazer todos os esforços para torná-los capazes de liberdade. Se não o fizer, se reprimir o anseio intenso por liberdade, ou até desvirtuá-lo, e colocar-se como um obstáculo à tendência para autogestão, então estará mostrando claramente que é um Estado fascista. Torna-se responsável por todos os estragos e por todos os perigos que provocar, em consequência de não ter cumprido seu dever.¹⁸² [grifo do autor]

Fica claro que, para Reich, o Estado tem um único dever: tornar-se desnecessário por meio da promoção das liberdades. Com efeito, este seria o modo de se promover a passagem de nosso atual modo de produção para uma democracia baseada na autorregulação e na autogestão, de maneira orgânica, natural, sem rupturas que poderiam levar a novas ditaduras, independente do “ismo” que se manifeste na situação. Com o Estado ensinando a sociedade a se autocontrolar, temos uma passagem segura para a emancipação, sem desnecessários “derramamentos de sangue” decorrentes de uma luta revolucionária.

Mas surge a pergunta: o que é essa nova forma de organização da estrutura social que Reich denomina de Democracia Natural do Trabalho? Em nenhum momento ele se propôs a sistematizá-la, apesar de ter acrescentado em seus livros certos capítulos que tratem do tema, como em *Psicologia de massas do fascismo*.¹⁸³ O principal motivo para não fazer um trabalho que tratasse diretamente e especificamente do tema era evitar que sua construção teórica fosse tida como mais uma ideologia política, algo que neste momento de sua atividade intelectual ele desprezava.¹⁸⁴ Os princípios basilares da Democracia Natural do Trabalho encontram-se em uma nota de rodapé do seu livro autobiográfico, que abrange o período de 1927 a 1937, chamado *People in trouble*, de 1953:

¹⁸² REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 266-267.

¹⁸³ A obra é de 1934, mas em 1942 Reich acrescentou os capítulos de número nove a treze.

¹⁸⁴ Reich chega a dizer, no livro *People in trouble*, no capítulo sobre sua atuação no partido comunista, que a política é irracional, um mal social e, por isso, a atuação dos partidos comunistas e de todos os partidos estaria fadada ao insucesso. Cf. REICH, Wilhelm. *People in Trouble*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1976.

- a. Trabalhador é todo aquele que faz trabalho socialmente necessário, isto é, não somente trabalhos manuais.
- b. A responsabilidade social se ampara na sociedade de trabalhadores e não nos indivíduos isoladamente ou em funcionários do Estado.¹⁸⁵

Essas premissas destacam o caráter anticapitalista da formulação reichiana e, ao mesmo tempo, destacam a responsabilidade que as massas trabalhadoras têm na administração da sociedade. Cumpre destacar que não estamos falando dos líderes dos trabalhadores, mas sim dos trabalhadores em si. Reich observa que normalmente as pessoas:

Acusam o tirano, mas não o povo que torna o tirano poderoso. Acusam os legisladores, mas não o povo que, instalado em seu eterno imobilismo, torna possíveis as más leis. Condenarão a usura, mas nada farão para acabar com ela. Por que se aborrecer? Aplaudirão Cristo por atacar os mercadores, mas eles mesmos passaram por suas portas e nunca disseram uma palavra.¹⁸⁶

A própria existência de lideranças, da necessidade que as massas possuem, hoje e nos últimos milênios, de ter um líder é analisada por Reich como indicador de que a população é majoritariamente encouraçada, não sendo capaz de assumir suas responsabilidades:

Como os liderados são absolutamente incapazes de assumir alguma coisa, cabe ao líder mostrar-se poderoso e ajudá-los. Como o líder é, em regra, mortal como os outros, é preciso colocá-lo em um pedestal, mesmo que seu poder e seu esplendor sejam falsos. Esse falso poder e esplendor, os retratos imensos, os uniformes, as condecorações e coisas do gênero são acessórios indispensáveis à pouca importância e à nulidade do povo.¹⁸⁷

Reich busca combater essa nulidade do povo por meio da regulação do ciclo libidinal natural, da harmonia entre o homem natural e o homem social. Ele não quer ver grandes líderes, grandes políticos ou grandes ideologias, ele abandona essa postura para, tal como Marx, mas em uma perspectiva bem diferente, firmar no trabalho a base da existência social:

Não importa absolutamente que um arquiteto, um médico, um professor, um torneiro, um educador, etc. seja fascista, comunista, liberal ou cristão, quando se trata de construir uma escola, curar doentes, de tornear esferas ou de tratar de crianças. Nenhum desses trabalhadores pode fazer grandes discursos ou promessas fantásticas; ele tem que fazer um trabalho prático e palpável de colocar tijolo sobre tijolo, depois de ter refletido e feito projetos

¹⁸⁵ “A. A worker is anyone who does socially necessary work, i.e. not only the manual worker.

B. Social responsibility rests with the society of the workers and not with private individuals or individual state functionaries”. REICH, Wilhelm. *People in Trouble*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1976, p. 51.

¹⁸⁶ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 110.

¹⁸⁷ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 66.

para decidir quantos compartimentos terá a escola, onde serão colocadas a ventilação, as portas e as janelas, e onde ficarão a administração e a cozinha. Quando se trata de desempenhar um trabalho prático, de nada adiantam as ideologias liberal, social-democrata, religiosa, fascista ou comunista. Nenhum trabalhador pode dar-se ao luxo de ficar tagarelando inutilmente, todos devem saber o que têm de fazer e têm de fazê-lo. Mas um ideólogo pode dar rédeas às suas fantasias, sem jamais fazer um trabalho prático. Um grupo político, muito depois de levar um país à falência, continua levando seus velhos debates ideológicos em outro país. Os processos reais são totalmente estranhos aos políticos. É certo que não faríamos nenhuma objeção se esses políticos se contentassem em debater entre si, sem tentar impor sua ideologia aos outros ou mesmo determinar o destino das nações.¹⁸⁸

Para ilustrar como o trabalho está diretamente relacionado ao racional e o político-ideológico está diretamente relacionado com o irracionalismo, Reich menciona como nas mais variadas áreas técnicas de trabalho como a medicina, a construção civil e a indústria os trabalhadores buscam objetivos racionais e tendo cada qual uma função determinada conseguem chegar a um acordo e realizar os seus objetivos, ao passo que, se entrarmos na área da ideologia e seus objetivos traçados idealmente, ainda que em bases materiais, mas para um futuro não-próximo, um acordo entre eles torna-se dificilmente alcançável.¹⁸⁹

¹⁸⁸ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 358.

¹⁸⁹ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 360 e seguintes.

Com isso, Reich passa a uma nova fase de seu trabalho em que sabe que a estrutura de dominação política se mantém com base na repressão sexual, para que os oprimidos aceitem a dominação, mas sabe, também, que um rompimento brusco com essa estrutura não trará a emancipação dos oprimidos, que continuarão com suas estruturas psíquicas enfermas e não conseguirão gerir suas vidas, mantendo as crenças místicas e irracionais. Isto faz com que Reich desenvolva o conceito de “desenvolvimento orgânico”, que consiste no desenvolvimento gradual da técnica e das forças produtivas, que é inerente às atividades racionais, especialmente ao trabalho, e também inerente à natureza, mas ausente no irracionalismo. Sobre esse ponto, Reich exemplifica:

A lei do desenvolvimento orgânico tem sido claramente manifestada, através dos milênios, em todas as artes técnicas e científicas. A obra de Galileu partiu da crítica ao sistema de Ptolomeu e ampliou a obra de Copérnico. Kepler continuou o trabalho de Galileu, e Newton continuou o de Kepler. E de cada um desses órgãos funcionais dos processos objetivos da natureza vieram muitas gerações de homens e mulheres trabalhadores e pesquisadores. Em contrapartida, nada restou de Alexandre o Grande, César, Nero e Napoleão. Também não encontramos qualquer traço de continuidade entre esses irracionistas, a não ser que consideremos como continuidade o sonho de um Napoleão de se tornar um segundo Alexandre ou um segundo César.

O irracionalismo, nesses homens, revela-se totalmente como uma função vital não biológica e não social, de fato, antibiológica e antissocial. Faltam-lhe as características principais das funções racionais da vida, como a germinação, o desenvolvimento, a continuidade, a unidade de processos, o entrelaçamento com outras funções, a fragmentação e a produtividade.¹⁹⁰

Foi trazendo este conceito de desenvolvimento orgânico para as ciências sociais que Reich fundamentou a sua Democracia Natural do Trabalho em uma instância não revolucionária, que deve respeitar a evolução gradual dos homens em busca de sua autogestão visto que:

Até hoje, nenhum evento ocorreu a partir de um movimento interno dos homens. Todos os movimentos sociais sempre foram de ordem política, quer dizer, artificiais, impostos pelo exterior, e não produtos de dentro do homem. Para que o homem seja capaz de um movimento de sua própria decisão, ele deverá primeiro despertar internamente, sem ser levado por estímulos exteriores. O impulso para se mover, para modificar o que o cerca, para acabar com seu eterno imobilismo, deveria ser inculcado na estrutura do homem desde o início e deveria ser habilidosamente desenvolvido como

¹⁹⁰ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 360.

uma característica básica de seu ser, como aconteceu, por necessidade no caso dos pioneiros americanos ou dos antigos povos nômades.¹⁹¹

Para Reich, o que é necessário ser feito para emancipação das massas oprimidas não é derrubar e conquistar o Estado, burguês por excelência, impondo-se a ditadura do proletariado, mas sim promover a regulação dos ciclos naturais das massas para que consigam assumir a responsabilidade dos sistemas produtivos e não dependam do Estado e nem de nenhuma estrutura intermediária. É uma emancipação interna, a partir das estruturas psíquicas que depois de transformadas podem assumir a organização social.

Para essa emancipação, Reich escreve *Children of the future*, em que direciona para as futuras gerações seus aprendizados e medidas preventivas, para que elas continuem a emancipação gradual da sociedade. Para demonstrar a capacidade do desenvolvimento orgânico da sociedade baseada no trabalho e seu potencial libertador, Reich, escreve *Escute, Zé Ninguém*. Neste livro, fala diretamente ao sujeito encorajado, irracional, avesso à “vida viva” e à liberdade, que ovaciona os seus líderes e não assume o controle de sua própria vida. Para esse sujeito, Reich escreveu, exemplificando como os trabalhadores poderiam assumir o controle de si mesmos e da estrutura social:

Se, por exemplo, eu o aconselhasse a acabar com a atividade diplomática e substituí-la por sua fraternidade pessoal e profissional com todos os sapateiros, ferreiros, carpinteiros, mecânicos, engenheiros, médicos, educadores, escritores, administradores, mineiros e agricultores da Inglaterra, Alemanha, Rússia, dos Estados Unidos, da Argentina, do Brasil, da Palestina, Arábia, Turquia, Escandinávia, Indonésia, do Tibete e assim por diante; (...) a permitir que os educadores de todos os países e nações determinassem o melhor modo de proteger as crianças do mundo contra a impotência e o distúrbio psíquico na vida adulta; e assim por diante. O que você faria, Zé-ninguém, ao se ver diante dessas verdades evidentes?¹⁹²

Ao citar uma nova forma de distribuição e organização da produção, Reich escancara seu posicionamento contra o capitalismo. Ele sabe que a mercadoria feita em função do seu valor comercial e para o mercado não atende aos interesses da população e, por essa razão, é irracional. O mundo produzindo mercadorias se distancia da auto-organização e da emancipação daqueles que de fato produzem os bens e deveriam utilizá-los pelo seu valor de uso.

¹⁹¹ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 79-80.

¹⁹² REICH, Wilhelm. *Escute, Zé Ninguém!* 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 124.

Reich sabe que o indivíduo encouraçado não receberá sua visão de Democracia do Trabalho, mesmo que ela seja a mais racional e a mais adequada para solucionar os problemas sociais e produtivos. Analisando esta tendência ao irracionalismo pulsante na população, escreve o livro *O assassinato de Cristo* para evidenciar que mesmo diante da figura viva, racional, simples e coerente de Jesus Cristo, o próprio povo, permeado pela estrutura rígida do caráter neurótico, optou por crucificá-lo poupando a vida de Barrabás que praticava a guerra e a violência. Segundo Reich, já na época de Cristo, a população estava sob e égide da peste emocional, que povoa a mente dos indivíduos encouraçados, distanciando-os de tudo aquilo que é racional, pois a massa encontra-se limitada pela ideologia, pelos misticismos e pela irracionalidade dominante. Sobre esse ponto Alysson Mascaro afirma:

Wilhelm Reich, no seu clássico *O assassinato de Cristo*, revela o tipo peculiar de justiça e ordem que se estabelece numa sociedade composta por indivíduos oprimidos e rejeitados. A peste emocional, de que trata Reich, que é a incapacidade histórica dos seres humanos de amarem, leva ao assassinato de Cristo. As religiões, os líderes políticos e o direito mataram Jesus Cristo e o continuam matando, e matam o amor e a justiça até a atualidade. São os religiosos, juristas e políticos, homens de bem, cidadãos comuns, bons pais de família, que cometem o assassinato de Cristo.¹⁹³

É de se salientar que tanto em sua fase marxista, quanto na fase em que defende a Democracia Natural do Trabalho, Wilhelm Reich destaca as disfunções psicológicas originadas pela insatisfação libidinal e embora tenha mudado o seu horizonte de transformação social, mantém a base de sua teoria política na insatisfação libidinal que impossibilita uma emancipação em face de qualquer sistema repressor, incluindo o atual centrado na mercadoria.

Muito embora tenha abandonado a postura revolucionária marxista, Reich ainda mantém-se como otimista, defendendo uma libertação, combatendo a estrutura de caráter que mantém a peste emocional e que transforma o “Zé-ninguém” num sujeito imobilizado, manipulado pela estrutura de dominação ideológica e econômica.

¹⁹³ MASCARO, Alysson L. B. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 518.

4. O DIREITO EM WILHELM REICH

A Primeira Guerra Mundial, da qual Reich participou durante toda a extensão do conflito, foi fundamental para que ele desenvolvesse interesse pelas ciências sociais e pela política. Por algum motivo não determinado, se “Reich tinha sido apolítico no começo da Primeira Guerra Mundial, ele havia se tornado radical ao seu final”.¹⁹⁴ Após o fim do conflito Reich se estabeleceu em Viena, participando ativamente do movimento de jovens do Partido Social Democrata, frequentando as reuniões do partido e recrutando outros jovens para a militância política.

Essa atuação política e a íntima conexão entre a política e o direito fizeram com que ele se aproximasse dos estudos jurídicos, motivando-o a matricular-se na Faculdade de Direito de Viena, no outono de 1918. Todavia, antes do fim daquele ano, ele já havia abandonado o curso, trocando-o pela Faculdade de Medicina da mesma cidade. Em uma clara referência a essa mudança, na obra *Psicologia de massas do fascismo*, Reich explica a motivação de um “hipotético aluno de direito”, que abandona o estudo do direito para se dedicar à medicina Vejamos:

Um estudante de direito penal descobre, no decorrer de seus estudos, que os atos antissociais cometidos pelas pessoas não devem ser considerados como crimes, mas como doenças; conseqüentemente, não devem ser punidos, mas sim curados, e todo esforço deve ser feito para evitar a recaída. Por este motivo, desiste dos estudos de Direito e dedica-se à Medicina. A sua atividade passa do domínio formal da ética para o domínio prático e objetivo.¹⁹⁵

Os motivos apresentados, nesse exemplo citado por Reich, demonstram as possíveis razões do abandono do estudo técnico do direito. A primeira razão é a atuação do direito na repressão de atos antissociais, que, para Reich, deveriam ser tratados e prevenidos, mas não punidos, tal como o direito o fazia. A segunda razão seria a abordagem formalista desenvolvida, que ignora as causas dos problemas sociais.

¹⁹⁴ “If Reich had been apolitical at the start of World War I, he was radicalized by its end”. SHARAF, Myron. *Fury on earth: a biography of Wilhelm Reich*. New York: Da Capo Presse, 1994, p. 54.

¹⁹⁵ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 240-241.

Mas, para desenvolvermos um estudo jurídico da obra de Wilhelm Reich, mais importante do que as razões para ele abandonar o estudo do direito é o fato de ele não ter se formado um jurista. Isto porque estaremos tratando de um psiquiatra que, muito embora tenha se deparado com o direito no decorrer de seus estudos psicofilosóficos, não tinha nele o objeto principal de sua análise. Isto o afastou de uma compreensão do fenômeno jurídico como fato histórico e social; esse afastamento do direito também mostra que ele não tratou do fenômeno jurídico de maneira sistematizada. O que nos leva a uma importante questão: como decifrar a compreensão jurídica de um teórico que não tratou sistematicamente do direito?

O primeiro passo a ser dado em busca de uma resposta é evitar o problema das falsas relações. Essas falsas relações se dão na transferência das conclusões do autor em sua análise social e transportá-las diretamente para a análise do direito, utilizando apenas o mesmo método, o que nos levaria a pressupor um conhecimento das relações jurídicas que o autor não dispunha e também nos levaria a basear nosso estudo em uma série de suposições que, inexoravelmente, condenariam nosso estudo a caminhos tortuosos e não científicos.

Para evitar esse desvio, partiremos da análise dos textos de Reich no momento em que ele trata do fenômeno jurídico diretamente. Isto se torna possível porque em inúmeros momentos de sua obra Reich se depara com o uso do direito e faz análises e considerações sobre as leis, sua aplicação e os seus efeitos. Ou seja, apesar de não se propor a estudar o direito de forma sistemática, ele fez análises esparsas todas as vezes em que o sistema jurídico atravessou diretamente suas linhas de pesquisa.

O segundo passo a ser dado consiste em diferenciar as duas grandes linhas do pensamento social de Reich, quais sejam, a fase do marxista e a fase em que desenvolve a Democracia do Trabalho, fases discutidas no terceiro capítulo do presente trabalho. Ignorar as diferenças existentes entre essas duas linhas de pensamento, bastante diversas entre si, nos levaria a interpretações ambíguas e contraditórias do modo como Reich compreende o fenômeno jurídico. Por essa razão, dividiremos a análise jurídica do pensamento reichiano também em duas fases, como fizemos ao mapear o desenvolvimento político do autor, pois estas fases possuem diferenças fundamentais para a compreensão do nosso foco teórico.

Um terceiro passo, também fundamental, é analisar os momentos em que o direito interveio na própria vida pessoal do autor, pois, no caso especial de Reich, encontramos um

modo muito particular de se relacionar com o aparelho repressor jurídico. A leitura desses fatos também nos ajudará a extrair a visão do autor sobre o direito, para que, então, possamos conhecer os proveitos e as limitações teóricas do autor.

Isto posto, passemos à análise jurídica do pensamento reichiano.

4.3 O direito como ancoradouro da moral sexual negativa

Ao longo de sua carreira como psicanalista, já abordada no segundo capítulo deste estudo, Reich chegou a um ponto do desenvolvimento de seu ferramental teórico em que constatou, com a ajuda do trabalho de Malinowski, que a origem da modificação na estrutura psíquica humana se dava por meio da repressão sexual, iniciada com o fim do matriarcado.

Com a necessidade de restrições à liberdade sexual de certos descendentes do chefe da tribo, para que este acumulasse as contribuições dotais, surgia também um novo tipo de caráter entre os que sofriam a repressão, diferente daquele existente no resto da tribo, onde reinava uma liberdade sexual e se vivia sob uma estrutura social sexualmente afirmativa.

Este novo tipo de caráter, chamado de “neurótico”, afastava-se do ciclo natural de regulação da libido, pois se tornava difícil dar vazão à energia sexual acumulada. Com isso, surgiam, também, as primeiras neuroses entre a parcela da população que sofria com a moral sexual repressora. Em conjunto com as neuroses, Reich percebeu, ainda pelos relatos de Malinowski, que essa mesma parcela da população se inclinava a aceitar a dominação por parte de um líder.

Sobre essa modificação no caráter, Reich escreveu:

A ordem econômica dos últimos 200 anos modificou muito a estrutura humana; no entanto, essa modificação é insignificante, comparada com o amplo empobrecimento humano desde que há milênios este mundo foi assolado pela supressão da vida natural, especialmente da sexualidade natural. A subjugação milenar da vida impulsiva criou o solo para o temor psicológico à autoridade e a submissão a esta, para a incrível humildade, de um lado, e a brutalidade sadista de outro lado, e foi com base nisso que a economia capitalista dos últimos 200 anos pôde expandir-se e sobreviver. Não esqueçamos, contudo, que foram processos sociais e econômicos que, há milhares de anos, deram início a essa modificação na estrutura humana. Não se trata mais, pois, do problema de uma indústria de máquinas de 200

anos de idade, mas de uma estrutura humana de cerca de 6.000 anos, que até hoje demonstrou ser inadequada para colocar as máquinas a seu serviço. Por mais grandiosa e revolucionária que tenha sido a descoberta das leis da economia capitalista, ela sozinha não tem o poder suficiente para resolver o problema da submissão do homem à autoridade.¹⁹⁶

Impõe-se destacar que, mesmo enquanto cursava a Faculdade de Medicina e aprimorava seus conhecimentos de psicanálise, Reich não abandonou a militância revolucionária e percebendo que o capitalismo e a dominação germinavam no solo fértil da repressão sexual, passou ao combate à moralidade sexual repressiva, levando esta discussão para dentro das organizações marxistas. E foi nesse mister que a esfera jurídica reencontrou o caminho de Reich, pois as garantias da moral sexual se ancoravam nas legislações. Em suas palavras:

A moral capitalista de classes é contra a sexualidade e cria, assim, o primeiro conflito; o movimento revolucionário elimina o conflito, **criando primeiro uma ideologia afirmativa sexual, e fortalecendo depois também legislativamente e por nova regulamentação a defesa da nova vida sexual**. Isto é, o capitalismo e a repressão sexual estão num lado, enquanto a moral revolucionária e a satisfação das necessidades sexuais estão no outro.¹⁹⁷ [grifo nosso]

Já nesse primeiro excerto, podemos notar que o direito, para Reich, desenvolve um papel ideológico marcante, podendo servir ao propósito de regulação da moral da vida sexual, tanto para a afirmação sexual, quanto para uma negação. Isso porque, para Reich, a limitação da satisfação dos impulsos de prazer é a fonte geradora do caráter neurótico, que favorece a dominação, a submissão à autoridade, impossibilitando a revolução socialista.

Ao justificar essa relação entre o modo de produção capitalista e a repressão sexual, Reich afirma:

Vemos que só a forma social da propriedade privada tem interesse na repressão sexual e que só ela a exige para a manutenção de duas instituições básicas, o casamento monogâmico permanente e a família patriarcal. O fato de ser assim provoca uma enorme quantidade de sofrimento sexual, de neuroses, perversões, crimes sexuais e limitações da capacidade dos indivíduos para o trabalho, é um resultado secundário que o sistema não visa diretamente, mas que é dele inseparável. As perturbações mentais assim criadas são expressões de uma economia sexual perturbada.¹⁹⁸

¹⁹⁶ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 27.

¹⁹⁷ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 28.

¹⁹⁸ Neste ponto, Reich indica a leitura de duas das suas obras: *A função do orgasmo* e *Análise do caráter*, que foram abordadas no segundo capítulo deste estudo.

(...)

Na história da humanidade, a ordem sexual, relacionada de determinada forma com os interesses econômicos produtivos da sociedade, transformou-se do seu estado natural de afirmação e de sustentáculo da economia sexual humana, numa negação sexual e numa ordem repressiva que obriga a um modo de vida hostil à economia sexual. (...) A repressão é desconhecida na sociedade natural, e encontra-se igualmente ausente em qualquer organização de seres vivos. A propriedade privada e o patriarcado nascente criaram a totalidade dos interesses econômicos que culminam na base social da moral sexual negativa e na conseqüente economia sexual humana perturbada.¹⁹⁹

Em nenhuma organização de seres vivos, até hoje conhecidos, existe essa repressão sexual e, mesmo nas organizações humanas primitivas, também não encontramos essas limitações. Assim, para Reich, a relação entre a moralidade sexual negativa é umbilical com a nossa estrutura de dominação que, apesar de aperfeiçoada nos últimos duzentos anos, existe há mais de seis mil anos. Para combater essa estrutura, ele defende uma postura objetiva:

No capitalismo, a moral sexual negativa instaura-se como um fator reacionário explícito, torna-se um dos principais sustentáculos da igreja e, em certo sentido, leva a sujeição das classes oprimidas perante o capital e as suas instituições ao próprio campo sexual. Além disso, devido à influência na educação, no interior e exterior da família desde a infância, cria uma estrutura psíquica no indivíduo de massa completamente subordinada aos interesses da classe dominante. Por isso nosso interesse primordial não é de caráter econômico ou teórico, mas sim prático para a perspectiva da revolução proletária, contra a qual a moral sexual negativa atua como fator inibitório.²⁰⁰

A revolução proletária era barrada por este forte fator subjetivo, oriundo da repressão sexual, que não somente afastava as massas de sua consciência de classe, como também as levava diretamente para os movimentos reacionários que se estabeleciam, não com base em argumentos racionais, mas trabalhando sobre as deficiências da estrutura psicológica doentia das massas. Vejamos como Reich interpretou a ascensão do nacional-socialismo:

Sendo o nacional-socialismo um movimento elementar, não se pode vencê-lo com “argumentos”. Os argumentos só surtiriam efeito se o movimento tivesse conseguido seu poder através da argumentação.

Correspondendo a esta característica, os discursos nos comícios nacional-socialistas distinguiam-se pela habilidade em manejar as *emoções* dos indivíduos nas massas e de *evitar ao máximo uma argumentação objetiva*. Hitler acentuou em várias passagens da sua obra *Mein Kampf* que a tática

¹⁹⁹ REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, pp. 166-167.

²⁰⁰ REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, pp. 167-168.

certa, em psicologia de massas, consistia em prescindir da argumentação, apresentando às massas apenas o “grandioso objetivo final”.²⁰¹

Observando o reacionarismo se estabelecer sobre essa estrutura doentia de caráter e analisando que não havia como vencer o nacional-socialismo por meio de uma argumentação lógica, Reich passa a se dedicar à compreensão do modo como o governo fascista mantinha o apoio das massas. Vejamos:

Como o movimento hitleriano foi, pela sua base de massas e pela sua estrutura ideológica, um movimento de classe média baixa, uma das suas primeiras medidas para assegurar a influência no seio da classe média foi o decreto “A Nova Ordem da Propriedade Agrícola”, de 12 de maio de 1933, o qual retoma códigos legais antiquíssimos, partindo do princípio da “unidade indissolúvel do sangue e da terra”.²⁰²

Neste ponto, Reich ratifica aquela opinião inicial de que na legislação se estabelece a moralidade sexual negativa filisteia e que também por meio dela é que se preserva o clima ideológico das massas. Assim que chegam ao poder, os nazistas elaboram um decreto que visava agradar a todos aqueles que tinham uma base familiar forte, moralista e que utilizavam seus familiares na administração de suas atividades econômicas, ou seja, buscavam gratificar a sua base de apoio. Esse decreto dizia:

²⁰¹ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 33-34.

²⁰² REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 47.

A unidade indissolúvel do sangue e da terra é a condição indispensável para a saúde de uma nação. A legislação rural vigente na Alemanha há alguns séculos consagrava legalmente essa ligação nascida dos sentimentos de vida naturais de uma nação. A propriedade rural era herança inalienável da família camponesa ancestral. (...) É dever imperioso do governo de um povo desperto assegurar o despertar nacional, por meio da regulamentação legal da unidade indissolúvel do sangue e da terra preservada pelo costume alemão através da lei da herança. (...) A lei visa igualmente uma distribuição salutar dos terrenos. Um número elevado de pequenas e médias propriedades rurais capazes de subsistir por si próprias, e se possível espalhadas homoganeamente por todo o país é indispensável para a manutenção do Estado e do povo.²⁰³

Ao analisar esse decreto, Reich, na obra dedicada a estudar a psicologia de massas, durante a ascensão do nazismo, afirma:

Que tendências se revelam nesta lei? Ela contrariava interesses dos grandes proprietários agrícolas, que pretendiam absorver tanto as propriedades pequenas quanto as médias, criando, assim, uma divisão entre proprietários de terras e o proletariado rural sem terra. Mas a frustração desse intento foi amplamente compensada por outro poderoso interesse dos grandes proprietários agrícolas: o de conservar a classe média rural, que constituía a base de massas do seu poder. (...) O que importa aqui é a preservação do clima ideológico dos pequenos e médios proprietários, isto é, o clima que existe nas pequenas empresas operadas por unidade familiar. Esse clima é conhecido por produzir os melhores combatentes nacionalistas e de imbuir as mulheres de fervor nacionalista. Isto explica porque a reação política está sempre falando na “influência do campesinato na preservação da moralidade”. Trata-se, porém, de uma questão de economia sexual.²⁰⁴

Podemos observar nesse trecho citado que, segundo Reich, a lei foi utilizada pelos reacionários, não somente como elemento estabilizador da moralidade sexual negativa, tratando de direito de família e de crimes sexuais, mas também era elaborada, em seu conteúdo, visando realçar a estrutura que gerava e perenizava o caráter neurótico, nesse caso especial, a estrutura familiar patriarcal. Por esta razão, Reich evidencia como a lei era utilizada para a “preservação do clima ideológico”.

²⁰³ Passagens do decreto “A Nova Ordem da Propriedade Agrícola”, de 12 de maio de 1933, citado por Reich. Cf. REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 47-48.

²⁰⁴ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 48-49.

É no combate a essa estrutura ideológica que o direito preserva a melhor contribuição que podemos retirar dos esforços de Reich pela viabilização da revolução proletária. Ele percebe que o direito é fundamental na manutenção da repressão sexual que mantém esse ambiente ideológico.

Essa preservação do clima ideológico, interpretada a *contrario sensu*, também foi destaque para Reich, quando este analisou a tentativa de se realizar mudanças sociais profundas na Rússia, após a vitória de seu movimento revolucionário. Para destacar a análise de Reich, precisamos destacar alguns artigos da legislação do momento anterior à revolução, o czarismo russo. Vejamos:

Art. 106: O marido é obrigado a amar a mulher como o próprio corpo dele, a viver com ela em harmonia, honrá-la e assisti-la durante as enfermidades. É obrigado a prover o sustento da mulher de acordo com a sua situação e capacidade.

Art. 107: A mulher é obrigada a obedecer ao marido como chefe da família, permanecer ao seu lado com amor, respeito e obediência ilimitada, prestando-lhe todo e qualquer favor e solidariedade como dona de casa.

Art. 164: Os direitos dos pais: O poder dos pais se estende aos filhos de ambos os sexos e de qualquer idade...

Art. 165: Cabe aos pais o direito, a fim de melhorar os filhos recalcitrantes e desobedientes, de adotar medidas corretivas em casa. No caso de um fracasso de meios, os pais têm o direito de:

1) mandar prender os filhos de qualquer sexo, que não se encontrem no serviço público, por desobediência voluntária ao pátrio poder, por comportamento indecente e outros vícios evidentes...

2) mover processos contra eles em tribunais de justiça. Pela desobediência voluntária ao pátrio poder, por comportamento indecente e outros vícios evidentes, os filhos estão sujeitos, a pedido dos pais e sem investigação judicial especial, à pena de 2 a 4 meses. Nesse caso, cabe aos pais o direito de encurtar ou de suspender a pena de prisão, se assim o entenderem.²⁰⁵

²⁰⁵ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 197.

Aqui, diferentemente do que acontece na legislação nazista citada anteriormente, Reich exemplifica o papel do direito como lastro para perenizar a estrutura familiar patriarcal que reforça o caráter neurótico, ou seja, enquanto o decreto nazista servia para premiar a estrutura de caráter neurótica, fundada na família patriarcal, a legislação czarista estabelece as bases e os fundamentos jurídicos da dominação patriarcal. Isso não quer dizer que a legislação nazista também não desse amparo a essa dominação patriarcal na família, somente utilizamos exemplos de países diferentes e em situações diferentes para ilustrar de um modo mais amplo as análises legais efetuadas por Reich.

Sabendo da importância das famílias patriarcais autoritárias que desde a primeira infância atuam como repressoras dos impulsos sexuais juvenis e, portanto, responsáveis por desregular a economia sexual dos indivíduos, criando caracteres neuróticos, a análise de Reich sobre essa legislação czarista não podia ser diferente:

Procuremos conseguir uma impressão de como se exprime aqui a regulamentação moral autoritária: os esposos se encontram sob a obrigação de uma compulsão moral, legalmente assegurada. O homem *tem* de amar a mulher, quer possa, quer não, quer queira, quer não, mais tarde; a mulher *tem* de ser dona de casa submissa; a modificação de uma situação que se tornou desolada é impossível. A lei encarrega, por assim dizer, diretamente os pais de usar sobre as crianças o poder a eles conferido justamente para o fim de atender integralmente aos interesses do poder estatal autoritário: por “desobediência voluntária ao pátrio poder” (que é idêntico ao poder estatal), para assegurar a estrutura de súditos; por “comportamento indecente e outros vícios evidentes”, a fim de assegurar também os *meios* mais importantes dessa segurança.²⁰⁶ [grifo do autor]

Do mesmo modo, como hoje a legislação é o ancoradouro da moral sexual repressiva e dos chamados “bons costumes”, no czarismo russo essa lógica também se aplicava. É certo que daquele momento até o atual inúmeras modificações nesse poder patriarcal autoritário aconteceram, em quase todas as partes do globo. Todavia, esse exemplo ilustra como a lei era, e ainda é, mesmo que com menor intensidade, utilizada para a manutenção da repressão da sexualidade natural e garantidora da manutenção da geração de indivíduos neuróticos.

²⁰⁶ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 197.

Reich não via possibilidade de uma revolução proletária se sagrar vitoriosa, sem que antes a estrutura psíquica das massas fosse modificada. E para isso, atacava esse amparo que a legislação dava à estrutura familiar autoritária que, aos seus olhos, estava diretamente ligada à frágil economia sexual das massas e à estrutura geral de dominação de classes. Assim, buscava a todo instante elucidar para o movimento operário essa relação. Vejamos:

Em face de tais confissões óbvias, inocentemente francas da ordem patriarcal-estatal, é simplesmente inconcebível quão pouca compreensão tem o movimento revolucionário com respeito à subjugação e repressão sexual como *meio* principal da submissão humana. A economia sexual não precisou começar por desvendar o conteúdo e os mecanismos da subjugação de qualquer espécie; eles estavam obviamente visíveis em cada legislação, bem como em cada fenômeno cultural do patriarcado. O problema aqui é porque *não* se vê isso, porque *não* se utilizam as poderosas armas que fornecem tal desvendamento. A lei sexual czarista, bem como qualquer outra lei sexual reacionária, abertamente exprime o ponto de vista da economia sexual a esse respeito: *o fim da ordem moral autoritária é a subjugação sexual*. Onde quer que se encontrem regulamentação moral e seu meio principal, sujeição ou repressão sexual, não se pode falar em liberdade real.²⁰⁷ [grifo do autor]

Vendo essas considerações, não é de espantar o otimismo inicial que Reich manifestou ao perceber que o “direito sexual soviético era a expressão mais nítida da primeira arremetida da revolução sexual contra a ordem sexual negativa”²⁰⁸ e que, “na lei, a maior parte da tradição foi literalmente colocada de cabeça para baixo”.²⁰⁹ Ele percebeu o grau de importância que os bolcheviques deram, a princípio, para a modificação do conteúdo repressor da economia sexual e escreveu:

A importância que a revolução social atribuiu à sexual é evidenciada pelo fato de que já em 19 e 20 de dezembro de 1917 foram baixados por Lênin dois decretos que em sua natureza revogaram todas as disposições até então existentes. Um decreto era intitulado: “Da dissolução do matrimônio”; seu conteúdo não era tão inequívoco como seu título. O segundo decreto chamava-se: “Do casamento civil, dos filhos e do registro do estado civil”. Ambas as leis privavam o marido do direito de chefia da família, davam à mulher autodeterminação integral material e também sexual, declaravam natural que uma mulher pudesse determinar livremente nome, domicílio e cidadania. Com a simples legislação, como qualquer mente esclarecida sabia, foi assegurada externamente a liberdade de desenvolvimento a um processo que ainda estava para se realizar, dando-lhe certa forma ideológica. O fato de que a lei revolucionária exprimia inequivocamente a revogação do poder patriarcal se compreendia por si mesmo. Com a retirada do poder da classe até então dominante e do seu aparelho estatal de repressão, também

²⁰⁷ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 197-198.

²⁰⁸ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 196.

²⁰⁹ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 196.

caiu naturalmente o poder do pai sobre os membros da família, bem como a representação do Estado *dentro* da família compulsória, como célula de formação estrutural da sociedade de classes.²¹⁰ [grifo do autor]

Para Reich, a família patriarcal autoritária era espelho do Estado repressor, por isso ele creditava as modificações na estrutura familiar à legislação, com a queda social da burguesia. Sobre essa legislação revolucionária, Reich afirmou:

O texto da legislação sexual soviética espantava, pelo contrário, pela sua evidência e simplicidade, pela sua oposição completa à legislação sexual burguesa e pela falta total de respeito para com “as conquistas da cultura e da civilização” mais protegidas, para com a “natureza moral” do homem. Tornar livre o aborto – e mesmo legalizá-lo –, preconizar oficialmente a anticoncepção, a educação sexual da juventude, suprimir a noção de [filho] ilegítimo, anular praticamente o casamento, anular a condenação do incesto, suprimir a prostituição, uma verdadeira emancipação da mulher e muitas outras coisas ainda, tudo isso mostrava que *a moral estava a ponto de mudar em ordem ao reconhecimento da sexualidade*, portanto à inversão completa de tudo o que até então existia.²¹¹ [grifo do autor]

Cabe aqui ressaltar o caráter de vanguarda que esse movimento assumiu em termos de conteúdo da norma jurídica, bastando exemplificar que algumas medidas tomadas naquele momento são até hoje condenadas em vários países e, no Brasil, algumas só foram alcançadas com o Código Civil de 2002, tal como a extinção do conceito de filhos ilegítimos e a equiparação de homem e mulher no poder familiar. Deve-se destacar ainda que, no Brasil, se condena o aborto na maioria das situações e, embora o Estado destile argumentos em favor da contracepção, instituições religiosas ainda protestam em face de inúmeros métodos contraceptivos. Isso evidencia como a lógica ideológica do direito, combatida por Reich, ainda está presente em nossa legislação.

²¹⁰ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 198.

²¹¹ REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, p. xvii.

Para Reich, a mera modificação do conteúdo das normas estatais teria o condão de estabelecer os preceitos de uma nova moral que visa atender às demandas sexuais reprimidas da população e, com isso, retirar as barreiras psíquicas que se opõem à emancipação socialista, ou seja, com o fim da autoridade patriarcal perderia força também a autoridade estatal.

Todavia, a revolução cultural e sexual soviética não prevaleceria, ela seria fagocitada pelos interesses autoritários do regime stalinista. Reich percebeu, já em 1929, um refreamento da revolução sexual quando, em Moscou, ouviu dizer que a juventude estava sendo esclarecida sexualmente, mas logo viu o caráter do esclarecimento: “Pude perceber logo que o esclarecimento era antisssexual; davam-se informações sobre doenças venéreas, a fim de afugentar completamente a juventude das relações sexuais”.²¹² Essa mudança, para Reich, se deu somente nos anos de 1933 a 1935, foi quando “surgiram as medidas legais retrógradas”.²¹³ Vejamos como Reich situa o problema:

Na União Soviética, o povo não estava preparado nem teórica nem praticamente para as dificuldades que a reestruturação da vida cultural trouxe consigo. Procurando obter um panorama dessas dificuldades verificamos que em parte resultaram do desconhecimento fatural da estrutura psíquica profunda do povo, herdade do patriarcado tzarista, em parte das dificuldades de transição da revolução.²¹⁴

A modificação e o retrocesso foram tamanhos que Reich, no prefácio à quarta edição do livro *A revolução sexual*, em 1945, afirmou:

A Rússia Soviética, que surgiu de uma revolução proletária, é hoje em 1944 – lamento profundamente ter que declará-lo – sexual-politicamente reacionária, ao passo que a América, que surgiu de uma revolução burguesa, sexual-politicamente deve pelo menos ser classificada como progressista.²¹⁵

²¹² REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, p. 221.

²¹³ REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974, p. 214.

²¹⁴ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 202.

²¹⁵ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 18.

Para o estudo do direito em Reich, mais importante do que a sua constatação do início e do fim da revolução sexual soviética, é como ele determina o início e o fim. Reich diagnostica o início da revolução sexual russa e o início do seu fim, por meio de modificações legislativas. Isto evidencia, mais uma vez, como via o direito e a análise de seu conteúdo como uma ferramenta fundamental na transformação da sociedade, ou seja, era o direito a ferramenta ideológica principal para possibilitar a mudança na estrutura psíquica. Pelas suas afirmações, podemos notar que a mudança do conteúdo da norma levava à modificação social, cooperando para a formação da sociedade socialista. Suas análises, que envolvem apenas o conteúdo da norma, já demonstram que ele não chegou, em nenhum momento, a uma compreensão da própria forma jurídica e da origem dessa forma, mas destacava com veemência o papel ideológico do direito.

Talvez, o momento em que Reich faz uma análise mais rica do que seria o fenômeno jurídico foi neste caso, em que tratava sobre o que aconteceria com a nova moral soviética:

Se a nova moral deve ter algum sentido só pode ser o de tornar desnecessária a regulamentação moral e estabelecer a autorregulamentação da vida social. No roubo, ou seja, na moral contra o roubo, isso se torna insofismavelmente visível, podendo assim ser transportado para a prática: quem não passa fome não tem necessidade de roubar e, portanto, não necessita nenhuma moral que o impeça. A mesma lei fundamental se aplica também à sexualidade: quem vive satisfeito não sente impulso para violentar e também não necessita de uma moral contra tal impulso. A “autorregulamentação econômico-sexual” entra no lugar da regulamentação normativa. O comunismo, em consequência da ignorância das leis da sexualidade, procura conservar a forma da moral burguesa e modificar os seus conteúdos; surge, por assim dizer, uma “nova moral” que substitui a velha. Factualmente isso é inexato. Assim como o Estado não modifica apenas a sua forma, mas desaparece completamente (Lênin), assim também a moral compulsiva não somente modifica a sua forma, mas igualmente desaparece.²¹⁶

²¹⁶ REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 28-29.

Neste trecho, podemos ver que Reich tem as noções políticas de fim do Estado²¹⁷ inerentes às concepções de revolução marxista e, ao narrar que “A ‘autorregulamentação econômico-sexual’ entra no lugar da regulamentação normativa” tem uma noção de que a forma jurídica tenderia a desaparecer em uma plena revolução proletária. Todavia, das inúmeras vezes em que Reich trata do direito e das diferentes legislações, esse é o único momento em que vislumbra essa possibilidade, o que nos impede de concluir que sua visão do fenômeno jurídico atingiu essa profundidade de análise. Urge ressaltar que, ainda que vislumbre o fim da forma jurídica, ele não faz nenhuma análise acerca da origem ou das razões da existência da forma jurídica ou dos motivos da sua extinção, ficando restrito à análise ideológica, que apesar de importante não chega ao questionamento da essência sobre o que é o direito.

Este foi o mais avançado movimento que Reich fez na compreensão do fenômeno jurídico, de modo que, em sua próxima fase, o direito não terá mais essa pertinência de modificar a estrutura ideológica, por meio da reorganização da vida libidinal e trabalhar na promoção da revolução que poderá, ao seu final, acabar com a própria necessidade da norma jurídica. Para ele, em seu novo momento, o direito terá um papel mais próximo da ideologia burguesa, do que da própria concepção revolucionária.

4.4 O direito na proteção ao livre desenvolvimento natural

Os caminhos tomados pela revolução soviética, que recrudescer o seu projeto de revolução sexual, foram determinantes para que Reich repensasse a origem da submissão das massas às classes dominantes. Outro fator especial nessa análise foi o trabalho *Irrupção da moral sexual repressiva*, publicado em 1932²¹⁸, em que iniciou um ciclo de estudos considerando a repressão sexual não somente como uma ferramenta capitalista, mas como fato existente desde as origens do patriarcado. Sobre a consolidação do patriarcado e as alterações psicológicas e sociais que ela ocasionou, Reich escreveu:

²¹⁷ Cf. REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 241 e seguintes.

²¹⁸ MATHIESSEN, Sara Q. *Organização bibliográfica da obra de Wilhelm Reich*: bases para o aprofundamento em diferentes áreas do conhecimento. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p. 66.

O patriarcado das gerações posteriores (à transição do matriarcado para o patriarcado), mais maduro, age de forma mais sutil e com mais êxito. Combate a sexualidade infantil desde o início e, através de uma couraça rígida, destrói a estrutura sexual, provocando a impotência orgástica e ao mesmo tempo, sem o querer, sobrecarrega-se de neuroses, perversões e crimes sexuais.²¹⁹

Concordando com esse raciocínio Marcus Câmara ensina:

Reich pode perceber que, à medida que as sociedades tornavam-se patriarcais, cresciam a “moral sexual negativa”, o sentido de propriedade privada, a instituição do casamento tradicional e a exigência do ascetismo para os adolescentes.²²⁰

Obviamente que para tratar dessa transição do matriarcado para o patriarcado, Reich rejeitava a tese do patriarcado original. Cabe destacar que o autor sabia que seu posicionamento possuía inúmeros opositores e, para justificar a postura adotada, ele escreveu:

Os dados apresentados pelos opositores deste ponto de vista, os que defendem a prioridade do sistema patrilinear, deixam em aberto várias hipóteses; falta-lhes a coerência da teoria de que o matriarcado representa o verdadeiro direito natural, e não constitui prova válida a descoberta da existência do patriarcado em tribos primitivas. Esta descoberta não constitui por si só a prova da prioridade da organização existente. Por exemplo, embora os pigmeus, que têm um nível baixo de desenvolvimento, tenham uma organização patriarcal, a sua monogamia e o seu tabu do incesto fortemente organizado indicam um longo desenvolvimento histórico. Só uma investigação acurada do seu folclore e dos seus mitos poderia lançar luz sobre o problema.

É altamente improvável que o matriarcado seja originário de um patriarcado anterior. Devemos ter em consideração o facto de o matriarcado ser caracterizado pela democracia do trabalho primitiva e pela mais ampla liberdade sexual. O patriarcado, por seu lado, onde quer que o encontremos, é caracterizado pela propriedade privada, escravatura das mulheres e por uma repressão sexual semelhante à da nossa própria sociedade. O primeiro é por consequência o que se encontra mais próximo da ordem natural. Se o matriarcado derivasse do patriarcado, teríamos que presumir incorrectamente um desenvolvimento invertido, visto que isso implicaria a transformação da organização muito mais complicada numa mais primitiva, mais natural. Desse modo todas as premissas históricas deixariam de ser válidas.²²¹

Além de perceber os efeitos do início do patriarcado na estrutura de caráter, Reich aprofundou-se na questão e indicou o elemento responsável pela transição. Segundo ele a

²¹⁹ REICH, Wilhelm. *As origens da moral sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 85.

²²⁰ CÂMARA, Marcus V. A. *Grupos e sociedade*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 53.

²²¹ REICH, Wilhelm. *As origens da moral sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 88.

estrutura dotal seria o elemento central desta transição e sobre esse aspecto discorre Marcus Câmara:

O dote, segundo Reich, seria o mecanismo básico de transição do matriarcado para o patriarcado e, por conseguinte, do comunismo primitivo (matriarcado) para a acumulação material de uma família (patriarcado) e da afirmação da sexualidade (sociedade matriarcal) para a sua negação (na sociedade patriarcal). A produção da família agora servia não só para prover a família, mas era acumulada para ser destinada ao dote que, desse modo, já representava “uma forma embrionária de troca de mercadorias”. As diferenças nos acúmulos de bens vão sendo demarcadas e isto vai modificando as técnicas de produção e a divisão do trabalho. Dessa maneira, para o autor, concordando com Marx, são as condições sociais e materiais que determinam a moralidade vigente e não o parricídio primitivo investigado por Freud em *Totem e tabu*.²²²

Reich também percebe que a estrutura dotal não é somente o elemento que deu ensejo à sociedade patriarcal, como também é origem embrionária da forma que demarcará toda a sociedade burguesa, a mercadoria. Vejamos como ele trata deste tema:

Mas é óbvio que a produção dos trobriandeses, em parte para uso do próprio produtor e da sua família e em parte – a maior – destinada ao dote, é a forma embrionária da troca de mercadorias. O dote apresenta-se assim como um preliminar da troca de mercadorias, resultante das mais primitivas condições de produção, entre o marido e o irmão da esposa. (...) É evidente e não deveria ser esquecido que não estamos a tratar neste caso da mercadoria no sentido pleno da palavra, mas de um seu preliminar, o dote, que produz necessariamente a acumulação de riqueza numa só família e mais tarde uma troca de mercadorias inteiramente desenvolvida.²²³

É notável que Reich veja no surgimento do patriarcalismo e na estrutura dotal a origem da repressão sexual e econômica que cria o caráter neurótico. Isso faz com que ele abandone o combate direto ao capitalismo para combater a estrutura social que deu início a essa repressão. Automaticamente essa modificação de ponto de vista também o fez buscar a estrutura de democracia do trabalho encontrada nas sociedades primitivas matriarcais.

²²² CÂMARA, Marcus V. A. *Grupos e sociedade*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 53.

²²³ REICH, Wilhelm. *As origens da moral sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 92.

Essa modificação da crítica reichiana, após um período de transição, se cristalizou com a publicação, em 1937, do artigo *Arbeitsdemokratie* (Democracia do Trabalho), na revista *Politisch-psychologische Schriftenreihe der Sexpol*, n. 4²²⁴, que posteriormente foi incorporado à obra *Psicologia de massas do fascismo*. Nesse artigo, Reich estabelece as bases de um projeto político que não traz a ruptura radical preconizada pelo marxismo revolucionário e se assenta sobre os conceitos de desenvolvimento orgânico da sociedade e de auto-organização racional do trabalho.

Essa nova postura de Reich também produziu efeitos na análise que ele desenvolvia sobre o direito. Até 1937, Reich prezava a utilização do conteúdo da norma, para que este possibilitasse uma redução da repressão sexual e da moralidade sexual negativa, visando modificar a estrutura de caráter neurótica das massas que, então, estariam menos sujeitas às tendências reacionárias e mais suscetíveis de realizar a revolução. Depois de 1937, ele continua avaliando apenas o conteúdo das normas. Todavia, agora não busca mais a viabilidade de uma revolução proletária, mas sim possibilitar um amadurecimento das massas para que estas buscassem a sua autogestão. Vejamos:

Como a estrutura do trabalhador e a sua capacidade para a liberdade estivessem muito inibidas para permitir que ele se adaptasse ao rápido desenvolvimento das organizações sociais, o “Estado” encarregou-se de realizar os atos que competiam à “comunidade” dos trabalhadores. Na Rússia Soviética, tida como bastião do marxismo, nada há que se pareça com a “socialização dos meios de produção”. Acontece que os partidos marxistas simplesmente confundiram “socialização” com “nacionalização”. (...) além disso, na Rússia Soviética, as indústrias sociais certamente não são geridas pelos seus trabalhadores, mas por grupos de funcionários do Estado. *A socialização dos meios sociais de produção só será viável ou possível quando as massas trabalhadoras estiverem estruturalmente maduras, isto é, conscientes de sua responsabilidade para os gerir.* Atualmente, as massas, na sua esmagadora maioria, não estão nem dispostas e nem maduras para fazê-lo.²²⁵ [grifo do autor]

²²⁴ MATHIESSEN, Sara Q. *Organização bibliográfica da obra de Wilhelm Reich*: bases para o aprofundamento em diferentes áreas do conhecimento. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p. 81.

²²⁵ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. xxx.

Reich percebe que as mudanças abruptas na Rússia Soviética foram precipitadas, criando uma nova organização da sociedade ainda baseada na dominação da maioria por um grupo: o que antes era feito pelos capitalistas, agora era feito pela burocracia estatal, de modo que essa ruptura revolucionária somente havia modificado a estrutura de dominação, mas ainda mantinha a dominação em si, mesmo que realizada por um “Estado operário”.

Para Reich, a estrutura de dominação não é decorrência de uma classe que busca dominar a outra, mas sim consequência da estrutura psíquica da própria massa que, presa em seu caráter neurótico, não é capaz de assumir a responsabilidade do processo social. Com isso, Reich agora busca promover a regulação social humana, de modo que esta impeça a existência de obstáculos às forças vitais e naturais do ser humano. Nas suas palavras:

Daí se conclui inevitavelmente que a luta contra a ditadura e o desejo irracional de autoridade sentido pelas massas humanas só pode consistir em uma realização fundamental:

As forças, que são naturais e vitais, no indivíduo e na sociedade, devem ser claramente separadas de todos os obstáculos que atuam contra o funcionamento espontâneo dessa vitalidade natural.

As primeiras devem ser promovidas; os últimos, eliminados.

A regulação humana da existência social jamais pode atingir as funções naturais do trabalho. A civilização, no sentido positivo da palavra, não pode deixar de ser a criação das condições ótimas para a *evolução* das funções naturais do amor, do trabalho e do conhecimento. Embora a liberdade não possa ser organizada, porque qualquer organização é contrária à liberdade, as *condições* que abrirão caminho às forças da vida podem e devem ser organizadas.²²⁶ [grifo do autor]

As duas últimas palavras grifadas pelo autor no excerto acima ilustram perfeitamente o papel que o direito terá na criação de um terreno fértil para a construção da Democracia do Trabalho: “condições” e “evolução”. Reforçando essa ideia, Reich afirma: “A liberdade não tem que ser conquistada, dado que existe naturalmente em todas as funções da vida. O que é preciso conquistar é a eliminação de todos os obstáculos à liberdade”.²²⁷

Assim, o papel do conteúdo das normas jurídicas passa a ser o de dar condições para a evolução da humanidade, permitindo o livre desenvolvimento funcional e biológico do homem. Deve garantir, também, a retirada das barreiras que impossibilitam a liberdade e

²²⁶ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 335-336.

²²⁷ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 336.

mantêm essa estrutura mística e mecanicista. Segundo Reich, essa busca demanda medidas sociais, médicas e educacionais e todas elas devem ser guarnecidas, com o apoio do direito. Nas palavras de Reich:

Do ponto de vista social, é necessário procurar todas as causas de degeneração biológica do homem, criando as leis necessárias à proteção do desenvolvimento livre. Fórmulas gerais, como “liberdade de imprensa, de reunião e de expressão” etc. são imprescindíveis, mas nem de longe suficientes. É que, segundo essas leis, o homem irracional desfruta exatamente dos mesmos direitos que o homem amante da liberdade. E, como erva daninha cresce com mais facilidade e mais rapidez do que a árvore forte, é inevitável que o hitlerismo acabe por triunfar.²²⁸

Ao criticar as liberdades civis tradicionais, garantidas na maioria dos países ocidentais, Reich sustenta que essas liberdades atingem, nos moldes legais, igualmente aqueles que se manifestam a favor ou contra a Vida²²⁹, o que seria inconcebível, pois, utilizando inclusive uma analogia com a biologia, o que é muito comum em suas obras, ele destaca que em condições de igualdade formal, o fascismo (erva daninha) cresce mais rapidamente do que a árvore forte (evolução para a Democracia do Trabalho). Escrevendo sobre essa questão Reich observa:

É ridículo conceber a liberdade de maneira tal que a mentira possa ter o mesmo direito que a verdade, em tribunal. Uma democracia do trabalho autêntica não confere à irracionalidade mística os mesmos direitos que à verdade, nem à repressão sobre as crianças os mesmos direitos que à sua liberdade. É ridículo se discutir com um assassino seu direito de assassinar. Mas comete-se esse mesmo erro em relação aos fascistas. Em vez de se considerar o fascismo como a irracionalidade e a infâmia organizada pelo Estado, vê-se nele uma “forma de Estado” em pé de igualdade com as outras.²³⁰

²²⁸ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 332.

²²⁹ Reich trata da “vida”, em sua segunda fase, não como capacidade de manter atividade cerebral e cardiorrespiratória, mas como a capacidade de se desenvolver naturalmente de maneira saudável, obedecendo sempre aos seus impulsos naturais. Esta vida ele trata com a letra inicial maiúscula: “Vida”.

²³⁰ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 336.

Percebe-se que a tentativa de Reich é direcionar o conteúdo da legislação para que impeça o surgimento dessas aberrações e irracionalidades, tal como o fascismo. O que ele denomina de “ridículo” é o conceito de igualdade em que se permite comparar o fascismo e outros atos irracionais e contrários à “Vida viva” com os atos de proteção a ela. O fascismo, por ser ofensivo à “Vida viva”, não deveria em hipótese alguma ser admitido como um sistema possível.

Em outro ponto, Reich destaca a quantidade de funções sociais que são protegidas, mas observa que a educação e o desenvolvimento natural, em sentido lato, dos jovens não são protegidos. Vejamos:

Eis um exemplo, entre muitos possíveis: quem quer guiar um automóvel, precisa passar por um exame de motorista; é um requisito necessário para garantir a segurança dos outros. Para isso é necessário obter uma carteira de motorista. Quem ocupa uma casa que está além de suas possibilidades, tem que alugar uma casa menor. Quem pretende abrir uma sapataria, tem de provar que está habilitado para isso. Mas não existe no século XX nenhuma lei que proteja os recém-nascidos da incapacidade educacional e das influências neuróticas dos pais. Um sem-número de novos seres podem, e devem, segundo a ideologia fascista, ser colocados no mundo; mas ninguém pergunta se esses novos seres poderão ser alimentados adequadamente e educados de acordo com os tão louvados ideais.²³¹

A partir daí, Reich lamenta que milhares de médicos e professores orientem o destino de toda uma nova geração sem conhecerem as leis que regulamentam o desenvolvimento biossexual das crianças, e, por esta razão, formula duas grandes exigências, a serem estipuladas pela lei:

Isso nos leva a formular de imediato duas exigências. Primeira: todo médico, educador, assistente social, etc. que lida com jovens e crianças terá que provar que ele próprio é saudável do ponto de vista da economia sexual e que adquiriu conhecimentos detalhados sobre a vida sexual das pessoas de um a dezoito anos de idade. Em outras palavras, *deve ser obrigatória a educação dos educadores em matéria de economia sexual*. A formação de opinião sobre o sexo não deve ser deixada ao acaso, à arbitrariedade ou à influência da moralidade repressiva neurótica. Segunda: *o amor natural à vida, por parte da criança e do adolescente, deve ser protegido por leis claramente definidas*.²³² [grifo do autor]

²³¹ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 333.

²³² REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 333.

Observe-se como, mais uma vez, Reich coloca a legislação a favor da proteção da vida natural existente em nossas crianças, buscando educar todos aqueles que podem influenciar negativamente, ou seja, se constituírem em obstáculos à formação dos seres humanos. Sobre a educação dos educadores, em obra organizada por Paulo Albertini, Sarah Matthiessen afirma:

Nesse sentido, deve, num primeiro momento, libertar-se, por meio de um trabalho de análise de si mesmo, dos preconceitos que a sua própria educação lhe legou, tentando tornar conscientes as suas tendências instintivas recalçadas, nelas reconhecendo as semelhanças com as manifestações que encontra nas crianças. Deve-se, portanto, “educar o educador” para que ele possa “assistir calmamente à manifestação natural do instinto da criança”.²³³

Nota-se que, por lidarem com a formação da próxima geração e estarem eivados da estrutura neurótica, os educadores são os primeiros que necessitam de um treinamento sobre a vida natural e sexual dos jovens, para que possibilitem à nova geração um desenvolvimento sem as neuroses da antiga geração e consigam, cada vez mais, se autogovernarem. Segundo Reich, a imposição dessa educação deverá ser feita pela via jurídica. A via jurídica também será utilizada para a proteção geral da Vida, no sentido estipulado por Reich, e do amor. Sobre essas leis, Reich afirma, na obra *Escute, Zé Ninguém!*:

Algum dia haverá leis rigorosas contra sua percevejice, Zé-ninguém! Hoje você põe na cadeia namorados adolescentes, mas um dia *você é* que será mandado para uma casa de reflexão por macular pessoas decentes com suas imundícies. Haverá um novo tipo de juiz e de advogado; o padrão de trabalho deles não será o palavreiro formalista dos dias de hoje, mas a verdade, a justiça e a generosidade. Haverá leis, *leis rigorosas para a proteção da vida*, e você terá de cumpri-las, Zé-ninguém, mesmo que as deteste.²³⁴ [grifo do autor]

É notável que Reich, depois de ter vislumbrado o final do Estado, citando Lênin e em concordância com ele, agora descreva um futuro com os profissionais tradicionais da estrutura do judiciário. É certo que Reich vê as normas como protetoras do “amor e da vida” mas, ainda assim, se distancia radicalmente da antiga postura marxista.

Essa análise de Reich sobre o direito configura, na verdade, uma mera modificação do que o direito deve ter como meta ou o que ele deve proteger. Ou seja, modifica-se apenas o

²³³ ALBERTINI, Paulo (org.). *Reich em diálogo com Freud: estudos sobre psicoterapia, educação e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 100.

²³⁴ REICH, Wilhelm. *Escute, Zé Ninguém!*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 114.

conteúdo almejado para as normas. Na primeira fase, as normas deveriam possibilitar uma revolução quebrando a estrutura rígida de caráter, agora elas devem proteger o livre desenvolvimento dos indivíduos para que eles consigam se desenvolver naturalmente sem os obstáculos, tornando-se mais independentes e aos poucos desenvolvendo organicamente a sociedade, sem rupturas ou desnecessário derramamento de sangue.

4.3 O julgamento de Reich

Ao longo de toda sua vida, Reich sempre se viu às voltas com problemas lastreados no direito e em formalismos legais. O Estado alemão o perseguiu pelas suas pesquisas relacionadas ao orgasmo e por sua ligação ao partido comunista. A Dinamarca não o recebeu como asilado político e ele teve a renovação do seu visto negada, motivo pelo qual precisou se mudar para a Suécia. Na Suécia, sua permanência também foi negada, o que o levou a voltar à Dinamarca, desta vez como clandestino, onde só conseguia publicar e trabalhar graças ao uso de nomes falsos. Todas essas perseguições se deram com amparo legal e com lastro em formalidades.

Quando estava prestes a ser descoberto fugiu para os Estados Unidos, onde conseguiu estabelecer domicílio e por um longo período conseguiu viver com tranquilidade.

Todavia, como já destacado, Reich, com sua versatilidade intelectual, passou a utilizar os conhecimentos adquiridos como psicanalista, agregados aos seus conhecimentos oriundos da vegetoterapia e da orgonomia, nos tratamentos das biopatias, doenças que não se apresentavam como infecções de vírus, fungos ou bactérias, mas que produziam efeitos e sintomas avassaladores ao bem-estar físico dos pacientes.

Uma biopatia em especial chamou a atenção de Reich, o câncer. No tratamento do câncer, como uma doença complexa, ele percebeu que de nada adiantaria apenas a retirada dos tumores que se apresentassem no corpo, pois sem combater as causas dos tumores eles sempre retornariam. Foi por essa razão que Reich passou a utilizar também o tratamento energético libidinal e o uso de um equipamento denominado “acumulador de orgone”.

Em pouco tempo, esses aparelhos despertaram a atenção da tradicionalista sociedade médica norte-americana²³⁵ que, não compreendendo o tratamento, submeteu Reich a uma campanha difamadora. Mais uma vez, ele seria submetido a uma perseguição político-jurídica, amparada em bases legais.

Essas perseguições a Reich e ao uso dos acumuladores de orgone levaram a questão à FDA²³⁶, agência americana que trata da liberação de medicamentos e alimentos e que instaurou um procedimento administrativo para verificar a validade do tratamento oferecido pela clínica de Reich aos pacientes com câncer.

Ao concluir o procedimento, a FDA decidiu que os acumuladores seriam uma farsa, um tratamento que só produzia efeitos psicológicos nos pacientes e, por essa razão, Reich não poderia cobrar pelo seu uso. Cabe ressaltar que a agência não provou a cobrança do uso em nenhum caso.

Essas imputações fraudulentas ao trabalho de Reich não guardam suporte nos estudos desenvolvidos paralelamente por médicos na Itália e em Israel²³⁷, e que tiveram respaldo na Europa, onde a FDA não tinha competência para reprimir as empreitadas científicas baseadas nos acumuladores de orgone.

Mas com o parecer negativo elaborado pela FDA, a conclusão do procedimento foi encaminhada à promotoria, que deveria apurar se havia algum dano causado à sociedade que, se confirmado, implicaria em responsabilidade civil e criminal de Reich.

²³⁵ Em 26 de maio de 1947, Mildred Edie Brady escreveu artigo que iniciou a campanha contra Reich, publicado pelo jornal *The new Republic*, disponível em: <http://www.joanbrady.co.uk/assets_cm/files/PDF/strange_case_of_wilhelm_reich.pdf>, acessado em 25/03/2011.

²³⁶ *Food and Drug Administration*, agência norte-americana que trata da liberação de medicamentos e alimentos.

²³⁷ BOADELLA, David. *Nos caminhos de Reich*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985, p. 199

A promotoria entendeu que havia fraude no uso dos acumuladores de orgone e, em 10 de fevereiro de 1954, a União realizou um pedido judicial²³⁸ pleiteando a proibição da remessa dos acumuladores para outros estados americanos e também o banimento de alguns materiais de divulgação da clínica em Rangeley, no Maine.

Reich, com a sua aversão à burocracia judicial, que tantas vezes lhe prejudicara, não apresentou sua defesa formalmente, enviando apenas uma carta ao juiz, em que dizia:

Caro Juiz Clifford:

Estou tomando a liberdade de transmitir a você minha “resposta” na reclamação, proposta pela FDA, sobre os acumuladores de orgone. Minha resposta resume meu ponto de vista como um cientista natural que lida com as mais básicas leis naturais. Não está em minhas mãos julgar os aspectos legais da questão.

Minha posição sobre os fatos da lide, assim como no mundo das ciências hoje, não me permite entrar no caso contra a FDA, pois essa ação iria, na minha concepção, implicar na admissão da autoridade desta agência governamental em um ramo que julgo primordial, energia cósmica orgone pré-atômica.

Eu, portanto, deixo a lide com total confiança em suas mãos.²³⁹

Todavia, no dia 19 de Março de 1945, o juiz não considerou a manifestação de Reich, considerando-o revel.²⁴⁰ Quanto ao mérito da ação, não apenas julgou a ação procedente, como julgou *extra petita*, ordenando: a destruição de todos os acumuladores de orgone e suas partes; a destruição de qualquer especificação de como se utilizar os acumuladores; e também o banimento de todos os livros que fizessem referência ao orgone, incluindo na lista alguns dos livros que não guardavam nenhuma relação com as pesquisas sobre o orgone, como *A psicologia de massas do fascismo*, o que mostra o grau de despreparo da análise judicial.

²³⁸ Pedido judicial disponível em: <<http://www.orgone.org/wr-vs-usa/wr40210a.htm>>, acessado em 25/03/2011.

²³⁹ “Dear Judge Clifford:

I am taking the liberty of transmitting to you my ‘Response’ to the complaint filed by the Food and Drug Administration regarding the Orgone Energy Accumulator. My “Response” summarizes my standpoint as a natural scientist who deals with matters of basic natural law. It is not in my hands to judge the legal aspects of the matter.

My factual position in the case as well as in the world of science of today does not permit me to enter the case against the Food and Drug Administration, since such action would, in my mind, imply admission of the authority of this special branch of the government to pass judgment on primordial, pre-atomic cosmic orgone energy.

I, therefore, rest the case in full confidence in your hands”. Resposta de Reich ao processo, disponível em: <<http://www.orgone.org/wr-vs-usa/wr40225a.htm>>, acessado em 25/03/2011.

²⁴⁰ Decisão disponível em: <<http://www.orgone.org/wr-vs-usa/wr40319d.htm>>, acessado em 25/03/2011.

Após essa decisão, mas antes da destruição dos materiais, em maio de 1956, um dos estudantes do instituto de Reich, Michael Silvert, tentou levar alguns acumuladores para Nova Iorque, buscando salvá-los da destruição, mas foi descoberto e, por esta razão, preso por desacato a ordem judicial, juntamente com Reich, que não conhecia a empreitada malsucedida de um de seus alunos.

Reich rejeitou defesa técnica legal e afirmou que ele mesmo se representaria judicialmente. Ao se manifestar perante o tribunal, admitiu a violação do mandado e enviou cópias de seus livros ao juiz, na esperança de que este, lendo os estudos, perceberia as falhas nos procedimentos ligados à FDA, que originaram o processo judicial. O juiz, ignorando esta tentativa, condenou Reich a dois anos de prisão e Michael Silvert a um ano e um dia, além de multar o instituto de Reich em dez mil dólares.²⁴¹

Sobre o julgamento, o Dr. Morton Herskowitz, médico e amigo de Wilhelm Reich, em entrevista ao Instituto Orgonômico, assim se manifestou:

Durante o julgamento, eu fui um daqueles que discordavam do modo como ele [Reich] estava conduzindo o julgamento. Eu pensava que ele deveria contratar um advogado para conduzir o caso, ao invés de ele representar-se. Eu penso que ele deveria ter usado argumentos legais no lugar dos argumentos que ele utilizou. O que não é o mesmo que dizer que ele estava errado porque ele se via como uma figura histórica que estava fazendo um ponto histórico. Isso fez com que ele conduzisse o julgamento daquela maneira. Se eu estivesse em seu lugar, eu tentaria escapar à prisão. Eu tentaria ficar livre etc. Então, eu teria conduzido o julgamento com bases estritamente legais porque os advogados disseram “nós podemos ganhar o caso para você. O caso deles é tão fraco, então, quando você nos deixar fazer nosso trabalho, nós te livraremos disso”. Mas ele não faria isso. Não era o que ele estava procurando. E desde aquela época – professores de direito têm dito – aquele caso é ocasionalmente lembrado nas salas de aula como um caso em que o lado da FDA era tão fraco e o caso foi conduzido de uma maneira puramente do ponto de vista legalista que é quase um clássico dos casos mal manejados. Eu nunca mais o vi depois que ele foi para a cadeia. Havia poucos visitantes, e as únicas pessoas que o visitavam eram aqueles familiares próximos, então eu não tive contato com ele depois que ele foi preso.²⁴²

²⁴¹ Decisão disponível em: <<http://www.orgone.org/wr-vs-usa/wr40319d.htm>>, acessado em 25/03/2011.

²⁴² “During the trial I was one of those who were in disagreement of the way he was conducting the trial. I thought he should have had a lawyer conducting his case instead of him conducting his own case. I think he should have used the legal arguments instead of the arguments that he used. Which is not the same that he was wrong, because he viewed himself as an historical figure and he was making an historical point. And to make that he had conducted the trial that way. If I have been in his shoes I would have wanted to escape jail, I would have wanted to be free etc. So I would have conducted the trial on a strictly legal basis because the lawyers had

Reich ainda apelou ao Tribunal de Apelações e à Suprema Corte, mas esta, em 25 de fevereiro de 1957, manteve a condenação. Antes disso, em junho de 1956, agentes federais acompanharam a destruição dos acumuladores de orgone²⁴³ que restavam no instituto de Reich e dos seus livros, que se encontravam retidos no instituto.²⁴⁴

Essas penas, todavia, tornar-se-iam muito superiores ao tempo descrito na sentença, pois seriam fatais a ambos os réus. Reich morreu durante o cumprimento da pena, em três de novembro de 1957 e Silvert suicidou-se um ano após ser liberado. A fundação de Reich, até hoje, continua seus trabalhos em Rangeley, no Maine, dedicando especial atenção a remover os obstáculos que impedem o desenvolvimento livre e natural de crianças e adolescentes.

4.4 Limites de Reich na compreensão do direito

Como vimos nos tópicos anteriores, Wilhelm Reich, em todas as vezes que se deparou com o direito ou que tratou de analisar ou elaborar sugestões sobre manifestações jurídicas, limitou-se a tratar do conteúdo das normas, buscando que a legislação discorresse sobre determinada situação de um modo ou de outro. Ou seja, apesar de nessa análise de conteúdo ter destacado o papel ideológico do direito, especialmente no que tange à repressão da satisfação libidinal, se restringia a observar o disposto pela legislação e se manifestava, favoravelmente ou não, ao conteúdo das leis.

Tal modo de análise do direito é respaldado e repetido pela grande maioria dos juristas daquele momento histórico e também pelos hodiernos. Os estudiosos do direito se resumem a ser comentadores do disposto nas normas, algumas vezes tratando do processo legislativo, dos beneficiados e prejudicados pela norma, dos movimentos sociais que

said ‘We can win this case for you. Their case is so weak, so when you let us do our thing we can get you off’. But he wouldn’t do it. It was not what he was after. And since that time - I have been told by people that teach law - that that case was occasional brought up in the classrooms as a case in which the FDA-side was so weak and the case was presumed so purely from the legal standpoint that it’s almost like a classical badly handled case. I never saw him after he went to jail. There were very few visitors, and the only people who visited him were those of his immediate family. So I had no contact with him after he went to jail”. Morton Herkowitz, em entrevista ao Orgonic vídeo archiv, disponível em: <<http://joachim-trettin.homepage.t-online.de/hersko.htm>>, acessado em 25/03/2011.

²⁴³ SHARAF, Myron. *Fury on earth: a biography of Wilhelm Reich*. New York: Da Capo Presse, 1994, p. 458.

²⁴⁴ Foram queimadas cerca de seis toneladas de livros. Atualmente, o uso e a pesquisa envolvendo os acumuladores de orgone são muito comuns, especialmente após o “Internacional Symposium on Electromagnetic Compability” (realizado em Anaheim, Califórnia, em julho de 1970) e depois dos estudos de John Pierrakos, publicados também em 1970, analisando os efeitos do orgone em homens, plantas, cristais e na atmosfera.

ensejaram a modificação ou o surgimento daquela lei específica, mas sempre se atendo a uma mera análise de conteúdo da norma. Reich consegue se posicionar à frente desses, pois além de realizar uma análise de conteúdo consegue resgatar o papel ideológico que o direito desempenha, coisa que os juristas imersos na ideologia capitalista são incapazes de realizar.

Dentro do gigantesco universo de juristas conservadores, existem aqueles que buscam um avanço em relação ao positivismo kelseniano, que retira quaisquer traços de moral e ética do direito. São juristas que buscam aprimorar o estudo do direito e a sua aplicação, trazendo a ética e a moral para a análise das normas, mas não conseguem ultrapassá-la, estando ainda imersos na ideologia do nosso modo de produção. Sobre estes juristas, Alysson Mascaro ensina:

John Rawls, Ronald Dworkin, Robert Alexy e Jürgen Habermas, dentre tantos outros mais, todos esses pensadores, cada qual ao seu modo, criaram escolas para uma espécie de reintrodução da moral no fenômeno jurídico. Logo de imediato, procedem de modo distinto daquele que foi típico do juspositivismo estrito, e suas variadas vertentes. Para Kelsen, tratava-se de extirpar a moral do direito para salvar a pureza científica, técnico-normativa. Para Reale, tratava-se de considerar o valor como constituinte do direito, mas sem fazer juízo sobre tal – os valores não querem dizer algo necessariamente positivo, podendo até mesmo ser maus valores, ou valores inapropriados, já que se manifestam social e historicamente. Mas os novos filósofos moralistas do direito hão de buscar mecanismos pelos quais, normativamente, se atinja o virtuoso na relação entre direito e a sociedade. Se as normas jurídicas eram tidas por neutras na concepção mais técnica dos juspositivistas, nessa nova visão as normas são reencantadas. O ganho político dessa nova visão é o exato oposto de sua qualidade teórica. Não se trata de uma moralidade nova, para além das normas, mas a moralidade nas normas.²⁴⁵

²⁴⁵ MASCARO, Alysson L. B. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 357.

Estes pensadores, que Mascaro classifica como representantes do juspositivismo ético, estão tão contaminados pelo fetiche provocado pelo aparelho ideológico jurídico que ao invés de questionarem o surgimento e a existências das normas jurídicas, reputam como ética a própria norma em si. Agindo desse modo, dão credibilidade e legitimidade a esta estrutura de dominação e se mostram como espelhos da atual ideologia, que Mascaro trata de maneira brilhante:

A ideologia não é uma ideia acidental de cada um, nascida e com vida apenas dentro dos limites de cada indivíduo que pensa. Muito mais do que isso, ela é um dado estabelecido estruturalmente na sociedade. Toda sociedade tem ideologia, na medida em que ela funciona como meio de reprodução da própria lógica social. Assim sendo, ao contrário de uma certa visão tradicionalmente arraigada, a ideologia não é apenas uma distorção imaginária da realidade feita pelos indivíduos, mas é também a própria estrutura necessária de pensamento da realidade. Ela se impõe não pelo que distorce do real, mas também pelo que afirma da realidade.²⁴⁶

Reich escapa dessa lógica e, apesar de não questionar a forma jurídica, não afirma a norma como uma referência ética ou moral, destacando como ela é moldada pelas relações de poder da estrutura social. Os representantes do juspositivismo ético atuam exatamente dentro do parâmetro estabelecido por Mascaro ao analisar ideologia na obra de Althusser, ao invés de questionarem a norma e sua historicidade, afirmam-na como sendo o ético, o moral, o justo, contribuindo para a reprodução da lógica social da exploração.

Uma caminhada para além dessa ideologia, com o objetivo de ultrapassar os limites históricos relacionados à própria existência da norma, consiste em retirar esse véu de legitimidade que encobre a verdadeira percepção do que são as normas e de como elas surgiram. Para que possamos então questionar a forma jurídica ultrapassando essa mera análise de conteúdo, que pressupõe idealisticamente que a estrutura jurídica é um fenômeno eterno e irrevogável, façamos uma análise histórica que nos permitirá perceber como foi a origem da forma jurídica.

²⁴⁶ MASCARO, Alysson L. B. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 559-560.

A grande originalidade do modo de produção capitalista se dá no modo como os produtos, oriundos da intermediação entre o homem e a natureza, são intercambiáveis. As mercadorias são produzidas pelos produtores independentes visando não o seu uso, mas a sua troca no mercado. Para que isso acontecesse, as mercadorias precisavam de um elemento que as equiparasse, colocando-as qualitativamente em um mesmo plano.

Já na forma primitiva de trocas, havia um elemento que possibilitava equiparar certa quantidade de pães a certa quantidade de tecido. Essas mercadorias, muito embora sejam essencialmente diferentes, possuem um elemento em comum que pode equipará-las, o trabalho.

O trabalho humano, forma essencial de intercâmbio entre o homem e a natureza, é o único elemento presente em qualquer mercadoria, e, por essa razão, é ele que possibilita que mercadorias díspares possam ser trocadas como equivalentes. Cabe ressaltar que não estamos tratando do trabalho concreto despejado pelo produtor, mas sim do trabalho que socialmente seria necessário para produzi-lo, o que Marx chama de trabalho abstrato socialmente necessário. Por exemplo, ao se trocar dez pães por um metro quadrado de um determinado tecido, tem-se o fato de que para se fazer dez pães, naquela determinada sociedade, é necessária, socialmente, a mesma quantidade de horas de trabalho que se utiliza para produzir um metro quadrado de tecido.

Essa forma de equivalência das horas-trabalho dedicadas a cada mercadoria, com o desenvolvimento das forças produtivas e com o aumento do comércio passa a ser traduzida em uma mercadoria única, que seja abundante nos locais em que o comércio se realiza. Assim, as trocas se tornam mais fáceis e o comércio e o mercado se desenvolvem ainda mais, até que em determinado momento surge o dinheiro, o qual consiste em uma abstração que traduz a quantidade de horas de trabalho em uma mercadoria.²⁴⁷

²⁴⁷ MARX, Karl. *O Capital*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985, pp. 46-70.

Todas essas mercadorias que são produzidas na sociedade capitalista, como já dito, são dedicadas ao mercado, onde os valores de troca são substancialmente mais importantes para o produtor do que os valores de uso. Observamos então que os processos de troca se dão pelo trabalho equivalente na mercadoria, mas deixamos de destacar um ponto importantíssimo, especialmente para o estudo do direito: o papel dos portadores das mercadorias nesse processo. Vejamos como Marx trata desse ponto, examinando processos de troca:

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores das mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar a violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia, enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadoria.²⁴⁸

Nesse momento histórico, temos o nascimento dos três principais institutos, que balizam o direito burguês. O *status* de igualdade formal entre os possuidores de mercadorias, para que estas possam, em situação de igualdade dos seus guardiões, ser intercambiadas como equivalentes. O surgimento da forma jurídica em si que, espelho da relação de troca de mercadoria, formaliza-se no contrato. E a propriedade privada, que está pressuposta no reconhecimento de que aquela mercadoria transferir-se-á de um guardião para outro. Impõe-se destacar que esses institutos surgem nesse ato de troca de mercadorias, que, por sua vez, é consequência direta da produção de mercadorias, voltadas à produção pelo valor de troca, núcleo do sistema de produção capitalista.

²⁴⁸ MARX, Karl. *O Capital*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985, pp. 79-80.

Reich em certo momento também observa que pode haver um modo diferente de intercâmbio de produtos, destacando que se pode “permitir que todos os fabricantes de sapato do mundo discutissem a melhor maneira de fornecer sapatos às crianças da China” ou que “todos os mineiros descobrissem a melhor solução para evitar que seres humanos sofressem de frio”.²⁴⁹

Todavia, Reich não pôde desenvolver mais especificamente este tópico em seu pensamento e Marx também não pôde desenvolver as implicações jurídicas do modo de produção capitalista, que circunda a produção de valor pela mercadoria, pois faleceu antes de concluir sua maior obra da maturidade intelectual. Esse desenvolvimento histórico da forma jurídica somente voltou a ser debatido, nos moldes propostos por Marx, por um jusfilósofo soviético, Eugeny Pachukanis, já na segunda década do século XX.

Do mesmo modo que Marx descobriu a mercadoria como o núcleo indivisível aprofundando-se na lógica do sistema econômico, Pachukanis investigou a lógica do nosso sistema jurídico buscando as relações mais profundas e inexoráveis que dão especificidade ao direito. Essa metodologia de Pachukanis é assim tratada por Celso Naoto Kashiura Júnior:

Pachukanis pode tratar com muita propriedade da história da forma jurídica porque, contrariando as teorias dominantes, encontra especificidade do direito não no descolamento quanto à realidade social, mas nela própria. A forma jurídica é, segundo sua visão, não essencialmente normativa (“dever-ser”), mas forma de relação voluntária entre sujeitos equivalentes, forma esta cuja gênese reside numa relação social determinada, a relação de troca mercantil, uma vez que a forma jurídica está no “mundo real” (do “ser”).²⁵⁰

²⁴⁹ REICH, Wilhelm. *Escute, Zé Ninguém!*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 124.

²⁵⁰ KASHIURA JÚNIOR, Celso Naoto. Dialética e forma jurídica: considerações acerca do método em Pachukanis. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org.). *O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis*. Campinas: Unicamp, 2009, p. 59.

E é buscando a relação da forma jurídica, em seu momento mais primordial, derivada do mundo do “ser”, que Pachukanis desenvolve a relação entre a circulação mercantil e o direito. Tratando da teoria marxista do direito afirma:

Ela se propõe, por conseguinte, a tarefa de explicar aquelas condições materiais, historicamente dadas, que fizeram desta ou daquela categoria uma realidade. As premissas materiais da comunidade jurídica ou das relações entre sujeitos jurídicos foram definidas pelo próprio Marx no primeiro tomo de *O Capital*, ainda que só de passagem e sob forma de anotações muito gerais. Estas anotações, porém, contribuem muito mais para a compreensão do momento jurídico nas relações humanas do que qualquer volumoso tratado sobre teoria geral do direito. Para Marx, a análise da forma do sujeito tem origem imediata na análise da forma da mercadoria.

A sociedade capitalista é, antes de tudo, uma sociedade de proprietários de mercadorias. Isto quer dizer que as relações sociais dos homens no processo de produção tomam uma forma coisificada nos produtos do trabalho que aparecem, uns em relação aos outros, como valores.²⁵¹

Tal como destacamos no início deste tópico, Pachukanis vê nas relações econômicas mais primitivas, destacadas por Marx, as premissas do sistema jurídico. Partindo desse ponto, afirma que a forma jurídica é determinada pelo ambiente econômico capitalista, não de uma forma direta e simples, mas regida por uma “sobredeterminação”, que é explicada por Márcio Naves:

É verdade que há, para Pachukanis, uma relação de determinação imediata entre a forma jurídica e a forma mercadoria, como vimos, mas a determinação em Pachukanis é, a rigor, uma *sobredeterminação*. A esfera da circulação, que determina diretamente as formas do direito, é por sua vez determinada pela esfera da produção, no sentido preciso de que só o específico processo de organização capitalista do trabalho permite a produção de mercadorias como tais, isto é, como resultado de um trabalho que se limita a ser puro dispêndio de energia laborativa indiferenciada. Ora, se a forma do direito depende da forma da mercadoria, e se esta só se realiza no modo de produção capitalista, então a forma jurídica também depende do modo específico de organização do processo de trabalho decorrente da instauração das relações de produção capitalistas.²⁵² [grifo do autor]

²⁵¹ PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988, p. 70.

²⁵² NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo: 2008, p. 72.

Com a necessidade da troca mercantil para que surja o fenômeno jurídico, precisa-se destacar que formas primitivas de direito, ainda que de modo incipiente, apareceram em outros modos de produção da história humana. Nas cidades-estado gregas e ao longo do Império Romano, onde houve um aumento considerável das trocas comerciais, se encontravam faíscas de um fenômeno jurídico, mas nada comparável às chamas jurídicas que hoje incendeiam todo o nosso mundo.

É importante destacar também que a forma jurídica, sob o ponto de vista pachukaniano, não reflete a exploração de uma classe burguesa sobre a classe trabalhadora, apesar de peça fundamental para este fato. O direito é um pressuposto do modo de produção em que vivem tanto a burguesia, como o proletariado. De tal forma que uma extinção do direito implicaria diretamente a extinção do capitalismo e, por consequência, de suas classes antagônicas.

Sobre essa relação atávica entre capitalismo e direito, Mascaro assevera:

A especificidade do direito como aparato necessário das relações mercantis é tal que, em face da religião e dos meios de comunicação, é possível claramente pensar em estruturas capitalistas não religiosas ou mesmo antirreligiosas, sendo possível também pensar também em capitalismo sem meios de comunicação ou contra estes, mas restando impossível imaginar o capitalismo sem o aparato jurídico. Para a livre exploração do trabalho assalariado, que se dá mediante contrato, e para garantia do lucro da venda e da apropriação dos bens, é preciso que haja direito. O direito, assim, ao contrário da religião e dos meios de comunicação, que são aparatos úteis ao capitalismo, é-lhe um aparato necessário.²⁵³

Essa postura de Pachukanis, que mostra como o direito está visceralmente conectado ao capitalismo, não permite interpretações que veem o Estado como uma instância política, que possibilita margens de manobra para que os oprimidos se manifestem. Sobre o Estado jurídico, eis como Pachukanis se manifesta:

O Estado jurídico é uma miragem que muito convém à burguesia, uma vez que substitui a ideologia religiosa em decomposição e esconde aos olhos das massas a realidade do domínio da burguesia. A ideologia do Estado jurídico convém ainda mais do que a ideologia religiosa porque ela não reflete completamente a realidade objetiva ainda que se apoie nela. A autoridade

²⁵³ MASCARO, Alysson L. B. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 476.

como “vontade geral”, como “força do direito” concretiza-se na sociedade burguesa na medida em que esta representa um mercado.²⁵⁴

Essa função estatal também não passou despercebida aos olhos de Alysson Mascaro, que na obra *Crítica da legalidade e do direito brasileiro* explica:

A instância estatal, a partir daí, não é mais a política para as concessões a favor da burguesia. É a própria esfera burguesa de legitimação do espaço possível para a ação política. Esta só se exerce dentro dos limites possíveis à burguesia, dentro das normas já positivadas e consideradas fundamentais ao Estado e ao direito. Os direitos e garantias fundamentais do homem e do cidadão positivados pelo Estado contemporâneo – a liberdade contratual, a igualdade formal, a propriedade privada e a segurança das relações jurídicas – são os limites dentro dos quais a política é possível. A partir daí, o Estado é o garante da reprodução econômica.²⁵⁵

Após esta breve leitura marxista, que busca na totalidade a explicação dos acontecimentos sociais e salienta as raízes históricas e econômicas do fenômeno jurídico, partindo do seu núcleo indecomponível, qual seja, a relação entre sujeitos possuidores de mercadorias, fica difícil não perceber como Reich realizava uma análise ingênua do direito, mesmo que salientasse a postura ideológica do mesmo.

Como Reich, em qualquer uma de suas fases, limitou-se a fazer uma leitura de conteúdo da norma, mas não da forma jurídica em si, não podemos alçá-lo ao núcleo de pensadores que esboçaram uma compreensão do fenômeno jurídico. Apesar de, em certo momento de sua primeira fase, a marxista, ele vislumbrar o fim do direito e do Estado, fica patente que ele não conseguiu chegar, nem mesmo aproximadamente, a esse nível de compreensão. Especialmente porque, após uma mudança de posicionamento já explicada aqui, Reich abandona a questão de extinção do Estado pelos modos revolucionários, reputando à instância jurídica uma perenidade, incompatível com a compreensão marxista mais avançada sobre o direito. Ironicamente, é nessa segunda fase do seu pensamento que ele consegue realizar algumas contribuições a aplicabilidades das normas, hoje em voga.

²⁵⁴ PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988, p. 100.

²⁵⁵ MASCARO, Alysson L. B. *Crítica da legalidade e do direito brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 32.

4.5 Os proveitos de Reich para o direito

Após discutirmos a relação de Reich com o direito e evidenciarmos as suas limitações teóricas, fica claro que ele não precisou a origem e a ligação entre direito e a forma mercadoria. Todavia, mesmo dentro dessas limitações, Reich nos forneceu meios de renovar a atual realidade jurídica, além de destacar o papel ideológico do direito. Ao prever um futuro com Estado e, conseqüentemente, leis e o judiciário, Reich, a despeito da limitação teórica, nos proporciona uma análise que pode ser muito proveitosa, dentro da perspectiva positivista.

Em *O assassinato de Cristo*, Reich dedica todo um capítulo para explicar quando e como se manifesta no judiciário a “peste emocional”, nome que ele atribuiu à atuação dos mecanicistas e místicos irracionais, que atacam quaisquer manifestações em prol da “Vida viva”. E ao descrever a atuação da peste emocional, no âmbito do judiciário, ele afirma:

Quando a Peste Emocional ataca sua vítima, ela ataca forte e rapidamente. Ataca sem piedade ou interesse pela verdade dos fatos; só interessa uma coisa: *matar a vítima*.

Há promotores públicos que agem como verdadeiros advogados, estabelecendo a verdade, recorrendo a múltiplas fontes. Há outros cujo único objetivo é a morte da vítima, seja essa morte certa ou errada, justa ou injusta.

Aí está o assassinato de Cristo, hoje como dois mil ou quatro mil anos atrás.

Quando a peste emocional ataca, sua vítima está exposta aos olhos e julgamentos de todos; difundem-se largamente as acusações que existem contra ela. A vítima fica nua diante de seus juízes, como um cervo no meio de uma clareira, prestes a ser morto, enquanto caçadores se escondem nas moitas.

(...)

Quando a peste emocional ataca, a justiça recua mansamente, chorando. Não há nada nos livros antigos que se possa evocar para fazê-la prevalecer. A sentença de morte é pronunciada antes mesmo da investigação do crime. O verdadeiro motivo do processo nunca teve ocasião de encontrar a força purificante da divina luz de Deus.²⁵⁶ [grifo do autor]

²⁵⁶ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 179-180.

É notável a ressalva que Reich faz aos promotores que realmente buscam a justiça e, por múltiplas fontes, buscam descobrir de forma ampla e complexa a origem, o motivo e todos os percalços que levaram o acusado àquela situação, mas a regra não é esta. Normalmente, impulsionados pela peste buscam a condenação, tal como o caçador busca sua caça, e usam de todos os meios para se alcançar a “vitória” e não a justiça.

Esses acusadores e juízes contaminados pela peste emocional atuam quando você encontrar “um acusado, mas não um acusador, o auto de acusação, mas não a defesa, o formalismo meticuloso das leis, mas nenhum verdadeiro motivo de acusação”²⁵⁷; quando você ouvir o “representante do ministério público usar entonações pérfidas e venenosas”.²⁵⁸ Nesses momentos, podemos afirmar que não há justiça, mas sim, mais um assassinato de Cristo.

Ao fazer um contraponto aos juízes e promotores mecanicistas, técnicos contaminados pela peste, Reich faz umas das mais belas descrições de como deve ser a “verdadeira justiça”, referindo-se a uma perfeita atuação do judiciário, respeitando as “leis da vida e da verdade”. Vejamos:

A verdadeira justiça, que atua de acordo com as leis da vida e da verdade, não dilacera a honra de sua vítima. Ela primeiro tenta compreender como um Filho de Deus (e todos os homens são filhos de Deus) pode chegar a um tribunal como réu.

A verdadeira justiça levará em conta as circunstâncias particulares da Vida viva que levaram um homem ou uma mulher a violar uma lei existente.

A verdadeira justiça julga a própria lei que está aplicando. Será que ela é adequada a este caso? De quando ela data? Quando e em quais circunstâncias ela foi promulgada e por quem? As condições que deram origem a esta lei ainda são válidas? Esta lei não será devida a condições particulares da época, que não mais existem e que já não são válidas?²⁵⁹

²⁵⁷ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 180.

²⁵⁸ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 180.

²⁵⁹ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 181.

Primeiramente, é de se destacar que, mesmo não sendo jurista, Reich faz uma crítica considerável ao juspositivismo, salientando alguns pontos que podem justificar o próprio abandono da norma, o que o coloca adiante da grande maioria de juristas técnicos que se restringem à aplicabilidade da norma.

Quando coloca em julgamento a própria norma, questionando a sua origem, a ocasião de sua promulgação ou há quanto tempo essa norma foi promulgada, ele ensina uma importante lição, especialmente útil em um país que até recentemente estava sob o jugo de uma sanguinária ditadura militar, promulgadora de várias leis que estão em plena vigência. Ao colocar em julgamento a própria norma, Reich coloca a verdade e a justiça acima da mera formalidade legal.

Também é de se salientar o fato de Reich destacar de pronto a principal questão: Por que alguém vem a violar uma norma? Essa questão dá margem para uma busca sociológica, psicológica e filosófica que pode trazer as reais motivações do rompimento das normas. E, buscando as origens do ato prestes a ser julgado, possibilita-se combater as origens, prevenindo novos atos antissociais, e não somente condenando aquele que violou a norma.

Segundo Reich, caso todo esse procedimento não seja feito, estaremos diante de mais um assassinato de Cristo. Vejamos:

Se você vir um tribunal que não julga primeiro a própria lei a ser aplicada a um caso que envolva a sorte de um homem, que não abre inquérito sobre a história, a função, o autor, as razões de aplicação na situação atual da lei, você está diante de um instrumento potencial ou efetivo da peste, decidida a cometer outro assassinato de Cristo.²⁶⁰

Para ilustrar um caso, que demanda esse julgamento da própria lei, Reich dá como exemplo o caso de leis extemporâneas:

Tomemos o caso de uma lei de duzentos anos atrás, de uma época em que se ignorava todo o amor de Deus na criança e no adolescente, uma lei que considera crime o fato de se amar antes de atingir certa idade; e quando duzentos anos mais tarde esses vastos conhecimentos se impuserem ao espírito dos homens e um juiz, em seu julgamento, recusa-se a levar em conta essa evolução, estamos diante de uma lei destinada a facilitar o assassinato de Cristo. O verdadeiro criminoso não é a vítima, mas sim a lei que se recusa a evoluir conforme as mudanças da Vida viva.

²⁶⁰ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 181.

Quando você estiver diante de uma lei de seis mil anos atrás, é preciso ser seis mil vezes mais prudente ao aplicá-la. De que outra forma poderia a verdadeira justiça ser feita? Tais leis são, nas mãos de homens mal-intencionados, os instrumentos mais poderosos contra Cristo, que é Amor, Verdade e movimento contínuo para o Reino de Deus. Aqui está a causa profunda da escravidão dos homens, do reino dos ditadores; de fato, as pessoas têm medo de falar e de proclamar bem alto o que sabem, no mais profundo de suas almas, ser verdadeiro e justo.²⁶¹

Esta é uma contribuição a ser extraída do trabalho de Reich sobre o fenômeno jurídico, tal como ele se dá hoje. Acima de qualquer formalidade técnica, legalista ou burocrática está a Justiça. Justiça que, buscando sempre as origens e as razões mais profundas de um ato antissocial, julga a vítima, tal como uma mãe julga um filho, com os caminhos da verdade e do amor.

²⁶¹ REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 181.

CONCLUSÃO

Para alcançarmos os proveitos que Reich nos proporciona para uma melhor compreensão do fenômeno jurídico, fizemos no primeiro capítulo deste trabalho um estudo sobre como a psicanálise pode ser utilizada na compreensão das manifestações sociais e percebemos que o autor pesquisado destaca as contradições psíquicas individuais causadas pelo princípio da realidade, sem realizar falsas totalizações e sem aceitar a realidade como imutável.

Com a conclusão do bom uso que Reich fez da psicanálise para interpretação social, aprofundamo-nos em suas pesquisas psicanalíticas e nos seus estudos sobre saúde evidenciando como a formação do caráter neurótico é prejudicial ao equilíbrio mental e físico dos indivíduos. Além disso, analisamos como o caráter neurótico está mais sujeito às biopatias, doenças causadas pela nossa estrutura social opressora.

Observando as consequências sociais que a psicanálise reichiana possibilitava, desenvolvemos as principais questões sociológicas e políticas levantadas por Reich, tanto em sua fase marxista quanto na fase em que desenvolve a “democracia natural do trabalho”. E concluímos pela atualidade de sua *Sexpol* e de seus conceitos de proteção do desenvolvimento social, livre de barreiras que possibilitem a reprodução da estrutura do caráter neurótico.

Isto feito, passamos a uma análise jurídica do pensamento reichiano com ênfase nos pontos em que desenvolveu estudos jurídicos diretamente, mas também destacando pontos em que lateralmente tratou do direito e da justiça. Com isso, percebemos os limites jusfilosóficos do pensamento reichiano, que não se aproxima da profundidade teórica de filósofos do direito como Eugeny Pachukanis.

A despeito de não ter destacado as origens e a formação do fenômeno jurídico, Reich nos mostra o papel ideológico do direito. A função que o Estado, o direito e as relações de poder deles decorrentes são responsáveis pela manutenção da estrutura moral e ideológica que colabora na manutenção do conservadorismo e do reacionarismo.

Reich também fez análises de grande relevância para a aplicabilidade do direito hoje. Ao destacar o jurista como um perseguidor da justiça, evidencia que o aplicador do direito não deve somente aplicar a lei ao caso concreto, mas também julgar a própria lei, observando como se deu sua formação, o governo que a promulgou, qual era sua finalidade inicial e, em caso de a lei estar ultrapassada, afastá-la do julgamento em nome da verdadeira

justiça. Com isso, fica clara a distância que mantém do juspositivismo. Reich também destaca que o jurista, antes de pensar na punição daquele que viola a norma, deveria questionar o que levou esta pessoa a praticar tal conduta, evidenciando um perfil sociológico do qual as decisões judiciais se afastam cada vez mais.

Impõem-nos destacar que o início do século XXI apresenta desafios de magnitude semelhante àqueles enfrentados nas primeiras décadas do século passado. O capitalismo se depara com crises cada vez mais agudas e generalizadas que vêm proporcionando concentração de renda e desamparo social até mesmo nos países mais ricos.

No século passado, a oposição entre a esperança revolucionária que ascendia ao poder na Europa oriental e na Ásia e o reacionarismo que se consolidou na Europa ocidental terminou no mais sangrento conflito já enfrentado pela humanidade. Hoje a globalização e a generalização do sistema produtor de mercadorias dificultam a existência de um novo embate mundial imperialista entre os Estados, o que está longe de significar tempos de paz. Em face da abismal distância socioeconômica entre a classe dominante e os oprimidos, a manutenção do *status quo* só remanesce com o aumento da força do aparelho repressivo estatal e dos seus aparelhos ideológicos. E é neste ponto que o estudo da obra de Wilhelm Reich é de vital importância.

Defrontado com os efeitos da crise capitalista do início do século passado na Alemanha, Reich observou a classe trabalhadora em um estado de miséria econômica e social e que, ao invés de adernar rumo às propostas marxistas, viu-se entregue à direita hitleriana. Também pôde observar a população da União Soviética, cujo sistema econômico era o capitalismo estatal, aceitar o autoritarismo de Stalin, em vez de lutar por uma autonomia socialista.

Todos esses fatos levaram Reich a concentrar o seu aparato teórico psicanalítico para compreender esse irracionalismo nas manifestações de massa e é esse ferramental desenvolvido por ele que devemos considerar na aplicação e interpretação dos recentes movimentos sociais de indignação em face do capitalismo.

Hoje a oposição não acontece entre as nações, mas sim em âmbito global dentro dos mais diversos Estados. É de se destacar que ao mesmo tempo em que encontramos os “indignados” gregos e espanhóis, a chamada “primavera dos povos árabes” e o movimento “Occupy Wall Street”, também temos a ascensão do *Tea Party* americano, dos partidos reacionários europeus e do xenofobismo nos países centrais do capitalismo.

Dentro do horizonte crítico do trabalho desenvolvido aqui, devemos aplicar as análises reichianas para essas recentes manifestações sociais, buscando na atuação prática promover aquelas que buscam uma verdadeira emancipação frente ao capitalismo e eliminar as barreiras que permitem que o caráter neurótico continue se desenvolvendo e se recrudescendo em nossa sociedade.

No âmbito das questões jurídicas juspositivistas, Reich mostrou o papel que esse aparelho ideológico possui na formação ou na transformação da estrutura do caráter da população e também destacou como as leis são utilizadas na composição dos “Assassinatos de Cristo” que nossa estrutura judicial teima em repetir diariamente. Para evitar que esses erros ocorram, Reich, como já dito, coloca as próprias leis em julgamento, não somente do prisma da validade, mas sim do mais elevado senso de justiça que deve proteger a formação natural da vida.

Eric Hobsbawn, em sua obra sobre o breve século XX, ensina: “Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar”.²⁶² É nessa lógica que o estudo reichiano se encaixa, na promoção desse salto ontológico em nossa estruturação social, afastando o passado e o presente marcados pela produção desenfreada e anárquica para consolidar um futuro no qual o ser humano prevaleça em face da mercadoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

²⁶² HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 562.

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (orgs.). *Temas básicos de sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- ALBERTINI, Paulo (org.). *Reich em diálogo com Freud: estudos sobre psicoterapia, educação e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O direito no jovem Lukács: a filosofia do direito em História e consciência de classe*. São Paulo: Alfa-Omega, 2006.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- BARRETO, André V. B. *Em busca de Eros: a “democracia natural do trabalho” e a relação entre poder e afetividade no pensamento de Wilhelm Reich*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Unicamp, 1997. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000116049&fd=y>>, acessado em 31/05/2011.
- BOADELLA, David. *Nos caminhos de Reich*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985.
- BREUER, Josef; FREUD, Sigmund. *Estudos sobre histeria*. Volume II. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/31041638/ESTUDOS-SOBRE-HISTERIA-VOLUME-II>>, acessado em 05/03/2011, pp. 10, 147, 151, 165, 179, 182 e 184.
- CÂMARA, Marcus V. A. *Grupos e sociedade*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CÂMARA, Marcus V. A. *Reich, o descaminho necessário: introdução à clínica e à política reichianas*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- DADOUN, Roger. *Cem flores para Wilhelm Reich*. Moraes: São Paulo, 1991.
- FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FROMM, Erich. *Ter e Ser*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

- GUIMARÃES, V. C.; CELES, L. A. M. O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, jul-set 2007, volume 23, n. 3, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a14v23n3.pdf>, acessado em 31/05/2011, p. 342.
- HIGGINS, M.; RAPHAEL, C. (orgs.). *Reich fala de Freud*. Lisboa: Moraes, 1979.
- HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Ideologia. In: *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1973.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- HORKHEIMER, Max. *Teoría tradicional y teoría crítica*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.
- JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1983.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *O Capital*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MASCARO, Alysson L. B. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MASCARO, Alysson L. B. *Utopia e Direito: Ernst Bloch e a Ontologia Jurídica da Utopia*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- MASCARO, Alysson L. B. *Crítica da legalidade e do direito brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

- MATHIESSEN, Sara Q. *Organização bibliográfica da obra de Wilhelm Reich: bases para o aprofundamento em diferentes áreas do conhecimento*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- MELLO, Thiago de. *Faz escuro mas eu canto: porque a manhã vai chegar*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MITCHEL, Juliet. *Feminismo e psicanálise*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.
- NAVES, Márcio Bilharinho. (org.). *O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis*. Campinas: Unicamp, 2009.
- NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo: 2008.
- NOBRE, Marcos. *Curso livre de teoria crítica*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2009.
- NOBRE, Marcos. *Teoria Crítica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- PACHUKANIS, E. B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- PALMIER, J.M. *Wilhelm Reich: Essai sur la Naissance du Freudo-marxisme*. Paris: French & European Pubns, 2004.
- PARSONS, Talcott. *An Approach to Psychological Theory in Terms of the Theory of Action*. In: *Psychology: A Study of a Science*. Volume 3. McGraw-Hill Book Company: New York; Toronto; London, 1959.
- RAMALHO, S. A. *Psicologia de massas do fascismo: Reich e o desenvolvimento do pensamento crítico*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.ibpb.com.br/DissertacaoSimone.pdf>>, acessado em 16/06/2011.
- RAPPAPORT, Clara Regina (org.). *Temas básicos da psicologia: teorias da personalidade em Freud, Reich e Jung*. São Paulo: Editora EPU, 1984.
- REICH, Wilhelm. *A biopatía do câncer*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- REICH, Wilhelm. *As origens da moral sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- REICH, Wilhelm. *Children of the future: on prevention of sexual pathology*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1983.
- REICH, Wilhelm. *Elementos para uma pedagogia antiautoritária*. Porto: Escorpião, 1975.
- REICH, Wilhelm. *Escute, Zé Ninguém!* 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- REICH, Wilhelm. *Irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- REICH, Wilhelm. *Materialismo dialético e psicanálise*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1977.
- REICH, Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- REICH, Wilhelm. *O que é consciência de classe?* Porto: H. A. Carneiro, 1976.
- REICH, Wilhelm. *People in Trouble*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1976.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- REICH, Wilhelm. *Psicopatologia e sociologia da vida sexual*. São Paulo: Global, 1977.
- REICH, Wilhelm. *The sexual revolution: toward a self-regulating character structure*. New York: Farrar Strauss and Giroux, 1986.
- REICH, Wilhelm. *Wilhelm Reich, selected Writings: an introduction to orgonomy*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1961.
- ROBINSON, Paul A. *A esquerda freudiana*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.
- ROUANET, Sérgio. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- RYCROFT, Charles. *As ideias de Reich*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1971.
- RYCROFT, Charles. *Dicionário crítico de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- SAFATLE, Vladimir; MANZI, Ronaldo (orgs.). *A filosofia após Freud*. São Paulo: Humanitas, 2008.
- SAMPAIO, Zeca. *Educação e liberdade em Wilhelm Reich*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SHARAF, Myron. *Fury on earth: a biography of Wilhelm Reich*. New York: Da Capo Presse, 1994.

THOMPSON, Clara. *Evolução da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

ZIMERMAN, David. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed, 1999.